

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

JANAINA NASCIMENTO SILVA

**O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DOS RIBEIRINHOS ESQUECIDOS:** os “velhos”  
no mar de Belo Monte

SÃO PAULO - SP

2017

JANAINA NASCIMENTO SILVA

**O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DOS RIBEIRINHOS ESQUECIDOS: os “velhos”**  
no mar de Belo Monte

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito e Desenvolvimento.

Campo: Direito e Desenvolvimento.

Subárea: Instituições do Estado Democrático de  
Direito e Desenvolvimento Político e Social

Orientadora: Profa. Dra. Michelle Ratton  
Sanchez Badin

SÃO PAULO - SP

2017

Silva, Janaina Nascimento.

O conflito socioambiental dos ribeirinhos esquecidos : os “velhos” no mar de Belo Monte / Janaina Nascimento Silva. - 2017.  
130 f.

Orientador: Michelle Ratton Sanchez Badin

Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

1. Direito ambiental. 2. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 3. Desenvolvimento social. 4. Habitação. I. Badin, Michelle Ratton Sanchez. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDU 349.6

JANAINA NASCIMENTO SILVA

**O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DOS RIBEIRINHOS ESQUECIDOS: os “velhos”**  
no mar de Belo Monte

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção para obtenção do título de Mestre em  
Direito e Desenvolvimento, Fundação Getulio  
Vargas – FGV Direito SP.

Campo: Direito e Desenvolvimento.

Subárea: Instituições do Estado Democrático de  
Direito e Desenvolvimento Político e Social

Orientadora: Profa. Dra. Michelle Ratton  
Sanchez Badin

Data da aprovação: 15.05.2017

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Michelle Ratton Sanchez Badin  
(Orientadora) – FGV Direito SP

---

Profa. Dra. Katiane Silva - UFPA

---

Prof. Dr. Douglas de Castro – FGV Direito SP

SÃO PAULO - SP

2017

*Aos velhos ribeirinhos do Xingu*

## **AGRADECIMENTOS**

Para aqueles que eu não me canso de agradecer, meus pais e minha irmã. Obrigada pelas constantes palavras de apoio e incentivo;

Aos ribeirinhos que me acolheram e suas casas e partilharam suas histórias de vida comigo, vocês não serão esquecidos;

A todos os pesquisadores, servidores públicos e membros da sociedade civil das mais diversas instituições, que me auxiliaram na trajetória dessa pesquisa, suas colaborações foram engrandecedoras;

À professora Katiane Silva, que toda vez que foi solicitada, compartilhou a grandeza do seu conhecimento;

À minha orientadora, Michelle Badin, pelas oportunidades acadêmicas, paciência e cobranças durante esse processo de orientação;

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração desta dissertação.

“O que Belo Monte trouxe pra gente foi só miséria. [...] Nós vivia tranquilo, nós não tinha essa perseguição que nós ‘tamos’ vivendo hoje. Desalojou todo mundo, e só trouxe só fracasso, miséria. É gente passando mal, passando necessidade, tá vendo? E faz a moda da história [...], é daqui pra pior. Não vai ter melhoria. Vai ter a guerra mundial.”

Da. R., ribeirinha, 2017

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por escopo analisar a atual situação do direito de propriedade e identidade de comunidades tradicionais ribeirinhas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em um primeiro momento, considerando a metodologia da análise dos conflitos socioambientais, optou-se pela realização de uma análise histórica e jurídica dos procedimentos necessários para a construção e operação do empreendimento de Belo Monte. A apresentação dos atores sociais envolvidos no conflito foi sendo feita ao longo dos capítulos da dissertação. Procurou-se com relação à Norte Energia, demonstrar a atuação dela como empreendedora. E, com relação aos ribeirinhos, protagonistas de uma luta de sobrevivência apreciada por esse trabalho, procurou-se demonstrar que identidade e propriedade podem ser analisadas por perspectivas tanto antropológicas como jurídicas, para então serem contrastadas com a realidade vivida pelas comunidades tradicionais ribeirinhas de Belo Monte. Assim, procurou-se montar um panorama da situação ribeirinha em Belo Monte, através da criação de categorias baseadas em identidade e propriedade.

**Palavras-chave: Direito de propriedade. Identidade. Categorias. Ribeirinhos. Belo Monte.**



## ABSTRACT

This paper aims to analyze the situation of property rights and identity of traditional communities, named *ribeirinhos*, created by the construction of the *Belo Monte* dam. At first, considering the adoption of the socioenvironmental conflict methodology, it was decided to conduct a historical and legal analysis of the procedures necessary for the construction and operation of the *Belo Monte* dam. The presentation of the social actors was made throughout the chapters of the dissertation. Regarding *Norte Energia*, it was sought to demonstrate its performance as the company responsible for the construction of *Belo Monte*. And, in regard to the *ribeirinhos*, protagonists of a survival fight, this work tried to demonstrate that identity and property can be analyzed by both anthropological and juridical perspectives. Being, then, contrasted with the reality lived by the traditional communities of *Belo Monte*. Thus, it was attempted to build a panorama of the *ribeirinhos* situation in *Belo Monte*, through the constructions of categories based on identity and property

**Keywords: Property rights. Identity. Categories. Ribeirinhos. Belo Monte.**

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01 – Casa de Força Complementar – Sítio Pimental e Casa de Força Principal - Sítio Belo Monte.....	38
Imagem 02 – Sistema de transposição no Sítio Pimental.....	75
Imagem 03 – Ilha da Fazenda.....	75
Imagem 04 – Audiência Pública realizada no dia 11/11/2016 (local antes e depois).....	76
Imagem 05 – Conversa entre os ribeirinhos no 08/11/16 para a formação do Conselho. ....	77
Imagem 06 – Reunião do Conselho dos Ribeirinhos (13/02/2017).....	80
Imagem 07 – Termo de Autorização de Uso Sustentável.....	100

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Representação comparativa entre fontes primária, secundária e terciária..... 17

Quadro 2 - Perfil dos Entrevistados..... 19

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1 - Composição Acionária Norte Energia (com alteração em 2014).....	30
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

Área de Influência Direta - AID

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Ações Cíveis Públicas - ACP

Aproveitamento Hidrelétrico - AHE

Áreas de Preservação Permanente - APP

Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio - Amora

Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri - Amoreri

Associação dos Moradores da Resex Rio Xingu - Amomex

Ato das Disposições Constituições Transitórias - ADCT

Avaliação Ambiental Integrada - AAI

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte

Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT

Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH

Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Conselho Nacional dos Povos e Comunidade Tradicionais - CNPCT

Constituição Federal - CF

Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB

Corte Interamericana de Direitos Humanos - Corte IDH

Corporação Financeira Internacional - IFC

Defensoria Pública da União - DPU

Estudo de Impacto Ambiental - EIA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Instituto de Terras do Pará - Iterpa

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Instituto Socioambiental - ISA

Ministério de Meio Ambiente - MMA

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Ministério Público do Estado do Pará - MPF-PA

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Norte Energia S/A - NESSA

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB

Organização dos Estados Americanos - OEA

Organização Internacional do Trabalho - OIT

Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos - PIDCP

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Projeto Básico Ambiental - PBA

Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD

Relatório de Impacto Ambiental - Rima

Reservas Extrativistas - Resex

Sistema de Transposição de Embarcações - STE

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Termos de Autorização de Uso Sustentável - TAUS

Trecho de Vazão Reduzida - TVR

Universidade de Brasília - UNB

Usina Hidrelétrica de Energia - UHE

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>OBJETIVO, METODOLOGIA, ESTRUTURA:</b> a análise etnográfica dos conflitos socioambientais	15
	OBJETIVO	17
	METODOLOGIA	18
	ESTRUTURA	25
<b>2</b>	<b>BELO MONTE, UMA HISTÓRIA DE MUITAS HISTÓRIAS:</b> análise histórica e jurídica do processo de construção e operação de Belo Monte	27
2.1	RIO XINGU: potencial hidroenergético e diversidade social	27
2.2	O “TUBARÃO”: a Norte Energia e a concessão de Belo Monte	34
<b>3</b>	<b>DA REALIDADE AO DIREITO:</b> o Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39	42
3.1	IDENTIDADE RIBEIRINHA: a realidade aplicada ao Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39	43
	A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NA FORMA DE PROPRIEDADE PARA	
3.2	COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO INQUÉRITO CIVIL N. 1.23.003.000078/2015-39	65
<b>4</b>	<b>DO DIREITO À REALIDADE:</b> construções empíricas sobre identidade e propriedade ribeirinha	80
4.1	CONSTRUÇÕES QUE VIERAM DA REALIDADE	89
4.2	REPENSANDO A PROPRIEDADE: Propriedade do direito civil x propriedade comunal x propriedade individual em um contexto de comunidade	94
<b>5</b>	<b>REFLEXÕES FINAIS:</b> o pescador sem rio	114
	<b>REFERÊNCIAS</b>	117
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTAS</b>	126
	<b>ANEXO A – Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)</b>	130

## **1 OBJETIVO, METODOLOGIA, ESTRUTURA: a análise etnográfica dos conflitos socioambientais**

Belo Monte. Localizada na região norte do Brasil. Com sede administrativa, sobretudo em Altamira. É um projeto que se expande para as cidades de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu e influencia cidades vizinhas como Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará e São Felix do Xingu.

Dessa breve descrição é possível se ter noção da dimensão do empreendimento voltado para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Com no mínimo quatro formas de se identificar as áreas de influência do projeto, sendo elas Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (AII) e Área de Abrangência Regional (AAR), constatou-se ao longo dessa pesquisa que a opção pela construção dessa hidrelétrica estará marcada pela convivência com dois discursos contrastantes.

O primeiro deles, posição defendida notadamente pelo Estado, considera que o crescimento econômico nacional demandaria a expansão dos “parques geradores de energia elétrica” (Resolução n. 6 de 2008). Edison Lobão, quando ministro de Minas e Energia, em 2010, era adepto dessa interpretação, e expressou que: “Ou sai Belo Monte ou a segurança energética está comprometida”<sup>1</sup> (IHU, 2010).

Em contrapartida a esse posicionamento, questiona-se a adoção de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão energética que desconsidera o conjunto de impactos socioambientais e econômicos que projetos de grande porte<sup>2</sup> geram na sua área de influência. Impactos esses, muitas vezes, não vantajosos para a comunidade local e seu entorno.

Já dizia em 2009, Rodrigo Timóteo da Costa e Silva, nesse período procurador do Ministério Público Federal de Altamira (MPF-PA) que: “O que está em discussão não é só a usina de Belo Monte mas o modelo de desenvolvimento que está por trás do projeto. O impressionante é que de alguma maneira o plano repete o modelo de ocupação visto no período militar”<sup>3</sup>. (BRITO, 2009).

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida ao jornal “O Globo”, em 13.01.2010.

<sup>2</sup> Rodolfo Stavenhagen define que esses projetos consistem em: [...] um processo de inversão de capital público e/ou privado, nacional e internacional para a criação de uma melhora na estrutura física de uma determinada região; transformação a longo prazo das atividades produtivas com as correspondentes mudanças no uso da terra e nos direitos de propriedade sobre a mesma; a exploração em larga escala de recursos naturais, incluindo os recursos do subsolo; a construção de centros urbanos, fábricas, instalações mineiras, centrais energéticas, refinarias, projetos turísticos, instalações portuárias, bases militares e empresas similares. (STAVENHAGEN, s.d, p. 49)

<sup>3</sup> Manifestação apresentada na Folha de São Paulo em 20.09.2009.



É desse conflito de posições que surgiu o interesse pela realização deste trabalho. Ao perceber que Belo Monte é um projeto de infraestrutura que tem impactos diversos, sobretudo em comunidades tradicionais, passei a compreender a necessidade de estudar um pouco mais a fundo esse projeto e compreender como a identificação e o direito de propriedade, tipicamente vistos como direitos individuais, estavam sendo tratado coletivamente.

Como pesquisadora, meu estudo sobre comunidades tradicionais sempre esteve focado em compreender como se dava a relação dos povos indígenas com sua terra e território ancestral. Em uma perspectiva de comparação entre o direito nacional e o direito internacional, a intenção era analisar as proposições do direito internacional e verificar sua possível aplicação ao ordenamento jurídico interno, ajudando a melhorar a situação daqueles que enfrentavam problemas com relação a preservação do seu direito de propriedade no Brasil.

Tanto é assim, que o meu trabalho de conclusão do curso da graduação, denominado “Critérios internacionais de proteção e reparação de comunidades indígenas: a violação do direito de propriedade indígena no Brasil”, como o título preceitua teve como objetivo analisar os critérios internacionais voltados para a proteção e reparação de comunidades indígenas, aplicando-os no caso de violação de propriedade indígena no Brasil.

Já minha pesquisa para a elaboração da monografia da especialização em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade, denominada “NÃO É FÁCIL SER VERDE E CONSTRUIR UMA HIDROELÉTRICA: O processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte”, apesar de ter tido cunho mais técnico-procedimental, ao tratar do licenciamento ambiental da UHE de Belo Monte, dava início aos meus estudos pessoais sobre as questões ambientais e sociais que emergiram em função da construção e operação da mencionada Usina.

De todo modo, o objetivo inicial dessa dissertação de se analisar as questões relativas a identidade e propriedade de comunidades indígenas diretamente afetadas pela construção de Belo Monte, não se tornou realidade. E se me perguntarem o motivo, a resposta é bem simples.

É inegável que Belo Monte já foi estudada pelos mais diferentes pesquisadores, nas mais diversas áreas e a questão indígena não escapou desse escrutínio. Foi levando isso em consideração, que percebi que tratar do direito de comunidade desses povos não traria acréscimos para a comunidade acadêmica, nem estimularia um maior debate sobre a situação desses povos.

Seria preciso voltar o olhar para aqueles que, apesar de todos os esforços da sociedade civil, e mesmo do Ministério Público Federal e Defensoria Pública, estão sofrendo com os

efeitos da construção, e ainda mais, com as consequências que a operação do empreendimento está trazendo.

Os ribeirinhos.

### **Os velhos ribeirinhos e o mar da Norte Energia**

Foi pensando nessa mudança de interlocutores da pesquisa que lembrei de “*O velho e o mar*” de Ernest Hemingway. No prefácio do tradutor Jorge de Sena, apresenta-se uma marcante consideração sobre a obra:

[...] a luta titânica do velho pescador com o seu peixe imenso não é sequer titânica senão pela naturalidade da mútua aceitação: é uma luta pela vida, lutada em plena dignidade natural. Nada há de sobre-humano nela, que não seja o facto admirável de o homem ser capaz de lutar e de sobreviver para além do que parece ser o legítimo limite das suas forças. (HEMINGWAY, 1952, p. 2)

Tiro daí que os ribeirinhos, aqueles esquecidos até recentemente, são como o “Velho”. Seres humanos que lutam para sobreviver, resistem e procuram garantir sua vida com dignidade. Apesar da extrema indignação que encontrei pelo caminho por parte de diversas famílias por quem tive a oportunidade de conversar, também notei que há resignação.

Essa resignação, com o fato imutável de que Belo Monte existe e está em funcionamento (ainda que não pleno), não tira dessas pessoas, os “velhos”, a força de lutar. E, a Norte Energia, como o “tubarão”, que também precisa sobreviver, leva pedaços daquilo que os ribeirinhos lutam para ter. O peixe.

Com base nessa construção, tomarei a liberdade de me referir em algumas passagens aos ribeirinhos como os “velhos”, símbolos de uma luta de resistência, assim como, a Norte Energia, será o “tubarão”, aquele ser que tem mais força do que o “Velho”, e sempre está em colocando em xeque a sobrevivência dos ribeirinhos.

### **OBJETIVO**

Considerando que a cada passo que se dava no avanço da dissertação, também se avançava na delimitação dos objetivos da presente pesquisa, foi preciso sempre ter em mente que o cenário vivido pelas comunidades ribeirinhas afetadas pela UHE Belo Monte estava (e ainda está) em constante alteração.

É certo que as questões ribeirinhas estão sendo cada vez mais discutidas. Para tanto, tornou-se necessário focar em um objetivo específico, já que tratar das mais diferentes dificuldades enfrentadas por essas comunidades, não caberia a uma dissertação (e aqui estou me referindo não à pertinência, e sim ao espaço e tempo que são necessários para a adequada análise desta questão).

Optou -se, deste modo, por ter como objetivo geral delinear categorias de ribeirinhos afetados pela construção de Belo Monte, analisando propriedade e identidade ribeirinha para tanto. Nesse sentido, toma-se como partido que a propriedade de uma terra, ou seu domínio, é essencial para a garantia do modo de vida dessas comunidades. E, é nessa questão que se centra a pesquisa, ao se propor compreender as formas com que as propriedades das comunidades ribeirinhas que estavam (e estão) inseridas no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Partindo dessa noção mais ampla, alguns objetivos específicos também foram traçados. Dentre eles, tem-se como objetivo:

- a. Analisar as informações coletadas no Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39 e em campo, para compreender:
  - a.1 A identidade ribeirinha;
  - a.2 O significado de propriedade para os ribeirinhos;
  - a.3 Os impactos (direitos ou indiretos) ao modo de vida ribeirinho que refletem na propriedade.
- b. Elaborar uma análise com base na antropologia jurídica, levando em conta a categorização dos ribeirinhos “deslocados”, “não deslocados, porém deslocados” e “não deslocados”. Trata-se de uma parte reflexiva da dissertação, já que alguns conceitos e interpretações são resultados da pesquisa acadêmica desenvolvida.

## METODOLOGIA

Tomando como ponto de partida o objetivo de se “delinear categorias de ribeirinhos afetados pela construção de Belo Monte, analisando propriedade e identidade ribeirinha”, foi necessário refletir se a postura “estruturalmente normativa e instrumental do direito em face dos dilemas da sociedade” (LIMA; LIMA (org), 2012, p. 42) seria suficiente para integrar

aquilo que a sociedade (“nós”) compreendia como direito, com aquilo que os membros da comunidade tradicional (“eles”) pensam como direito.

Dessa necessidade de analisar as relações sociais que se desenvolvem, se objetiva usar a Antropologia como subsídio, tendo em mente que aquilo que o Direito procura aplicar, como leis e disposições administrativas, precisa ser complementado com perspectivas sociais, para que este trabalho não se torne uma pesquisa que unicamente trate de leis e processos, e acabe por se esquecer que há uma figura maior, ou seja, há um conflito com um grupo social, que são os ribeirinhos, e que esse conflito, depende da análise tanto da antropologia como das disposições do Direito para ser solucionado.

Reafirmando esse entendimento, a construção de Roberto Kant de Lima no livro “Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos” compreende a antropologia e o direito como dois polos distintos da pesquisa empírica. Considerando que o conhecimento na antropologia é “[...] construído pela interlocução com os atores que participam do campo estudado, eles mesmo coprodutores desse conhecimento científico” (LIMA, 2012, p. 37), e a análise pela ótica jurídica, por sua vez, se preocupa em confirmar, por via de provas, algo que já se sabe.

Esses campos, contudo, podem trabalhar em conjunto. E por isso, é que a Antropologia Jurídica assume um papel importante no desenvolvimento dessa pesquisa.

### **Conflitos socioambientais por Paul E. Little**

Da análise de três textos bases de Paul E. Little, (1) “A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas”, (2) “Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico” e (3) “Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política” compreendi que um conflito socioambiental surge das disputas entre distintos grupos sociais, que possuem diferentes formas de se relacionar com o meio natural (LITTLE, 2001, p. 113).

Cada grupo social mantém uma específica relação com o meio ambiente que o cerca. Alterações no meio natural, se feitas a contragosto de um determinado grupo, acabam por desencadear conflitos. E foi assim, analisando as diversas possibilidades de conflitos socioambientais que podem surgir<sup>4</sup>, que Little desenvolveu uma metodologia de pesquisa que

---

<sup>4</sup> Little classifica os conflitos socioambientais em três possibilidades: 1. Conflitos em torno do controle de recursos naturais; 2. Conflitos em torno de impactos ambientais e sociais que são ocasionados pela ação humana e natural; e, 3. Conflitos que decorrem do uso dos conhecimentos ambientais (LITTLE, 2001, p. 115). Importa para esta

procura partir do pressuposto de que inexistente uma solução única para tratar conflitos socioambientais.

Para tanto, será preciso ter em mente o contexto de cada situação, incluindo aqui, os aspectos:

- a. Ambientais: os conflitos entre os povos da biosfera (exploradores do meio ambiente) e os povos do ecossistema (conservadores do meio ambiente).
- b. Geográficos: a dimensão do conflito, seja ele local, regional, nacional, continental ou até mesmo, planetário.
- c. Históricos: a contextualização do conflito quanto ao momento histórico, incluindo mudanças políticas, sociais e culturais.

Mas, não é somente isso. Somando-se a contextualização, ainda é preciso se analisar dois pontos. O primeiro deles é a identificação e análise dos principais atores envolvidos no conflito.

Cada ator social deve ser entendido com base nos seus interesses econômicos e ambientais. Uma breve hierarquização desses interesses deve ser feita para se entender melhor os interesses principais de cada ator social [...]. (LITTLE, 2001)

O segundo é a identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito, por se entender que o mundo natural tem papel ativo e passivo, em situações de conflito socioambiental.

Por fim, é realizada, com base na contextualização, identificação e análise de atores sociais e naturais, uma análise sintética e global do conflito, tornando-se possível analisar a assimetria de poderes, o antagonismo de interesses e as relações sociais, políticas e econômicas entre os atores sociais. Bem como, proceder com a identificação dos impactos ambientais causados.

---

dissertação os conflitos em torno do controle de recursos naturais, já que a água é um bem natural de domínio social; e os conflitos em torno de impactos ambientais e sociais que são ocasionados pela ação humana e natural, porque a construção de uma Usina Hidrelétrica como Belo Monte, acaba por impactar negativamente no ecossistema da região. Assim, os impactos hidrológicos, bem como, os impactos na fauna e na flora, também desencadeiam conflitos socioambientais.

## Fontes de Pesquisa

Para a análise dos conflitos socioambientais decorrentes de Belo Monte e que afetam comunidades ribeirinhas, sobretudo, com a violação do seu direito de propriedade, partiu-se da tipologia das fontes apresentadas por Denis Grogan, conforme tabela apresentada a seguir (Tabela 01)<sup>5</sup>:

**Quadro 01 - Representação comparativa entre fontes primária, secundária e terciária**

FONTES	CARACTERÍSTICAS	TIPOLOGIA
<b>Primária</b>	Novas informações ou novas interpretações de ideias ou fatos acontecidos. Caracteriza por se uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro formalizado de alguma informação situando em fontes bastante diversas.	Artigos de periódicos; patente; relatórios; teses e dissertações; normas técnicas, etc.
<b>Secundária</b>	Contêm informações sobre documentos primários e guiam o usuário para eles. É a informação filtrada e organizada, a partir da seleção e revisão das fontes.	Enciclopédias; dicionários; manuais; tabelas; revisão de literatura; monografias; anuários; base de dados, etc.
<b>Terciária</b>	São sinalizadores de localização ou indicadores sobre documento primário e secundário.	Bibliografias de bibliografias; biografias; guias bibliográficos; bibliotecas e centros de documentação; diretórios, catálogos comerciais.

Fonte: AZEVEDO, 2012, p. 150-151

Esta pesquisa se valeu primordialmente das seguintes fontes primárias (“matérias-primas”) e secundárias:

- a. Pesquisa em livros e artigos acadêmicos do campo jurídico e antropológico;
- b. Pesquisa em teses de dissertação dos campos do Direito e da Antropologia;
- c. Análise de notícias de jornais, que apresentavam informações atualizadas sobre a realidade local;

<sup>5</sup> A presente tabela foi elaborada por Alexander Azevedo, no artigo “Metodologia de identificação de fontes de coleta de informação: uma proposta de modelo para cadeia produtiva de couro, calçados e artefatos”, tendo como base o livro “Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia” de Murilo Cunha e sua análise da tipologia dos documentos e fontes de informação de Denis Grogan.

- d. Blogs de informação sobre Belo Monte, bem como, sobre as comunidades afetadas pelo empreendimento;
- e. Informativos técnicos, bem como, documentos disponibilizados pela Norte Energia, por outras empresas e por demais órgãos competentes envolvidos na construção e funcionamento do empreendimento. Inclui-se aqui, por exemplo, o edital de leilão para a concessão de bem público para a exploração, construção e gerenciamento, de Belo Monte e o Projeto Básico Ambiental (PBA);
- f. Documentos administrativos e judiciais, como pareceres técnicos elaborados pelo IBAMA referentes a concessão das licenças ambientais, memorandos, decisões judiciais, como o Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, decisões administrativas e o relatório de inspeção interinstitucional, apresentado pelo MPF-PA;
- g. Documentos elaborados pela sociedade civil, com perspectivas acadêmicas sobre os possíveis e já constatados impactos que ocorreram na região de Altamira e municípios adjacentes;
- h. Participação em eventos do Instituto Socioambiental (ISA), do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP e *International Finance Corporation* (IFC) que tratavam de assuntos pertinentes as questões de “Grandes Obras na Amazônia” e Belo Monte;
- i. Participação nas reuniões do grupo técnico composto pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) e Ministério Público Federal do Estado do Pará (MPF-Pa), realizados em Altamira;
- j. Participação na Audiência Pública realizada em 11 de novembro de 2016;
- k. Pesquisa em campo e realização de entrevistas com ribeirinhos em Altamira e Senador José Porfírio.

Trata-se de rol um ilustrativo dos principais instrumentos de pesquisa utilizados, já que não se teve como intenção esgotar aos mínimos detalhes tudo aquilo que foi utilizado como referência para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Todavia, é preciso, ainda, ressaltar que, a escolha dessas fontes, pertencentes aos campos do Direito e Antropologia, no que tange a parte documental, se deu primordialmente em função da disponibilidade para a consulta desses documentos, seja mediante consulta eletrônica ou consulta física. Assim, não se procurou diminuir a importância do Direito, e sim, complementar aquilo que o direito traz como base, com aquilo que a Antropologia pode contribuir para expandir as interpretações jurídicas.

## Entrevistas

As entrevistas realizadas no decorrer dessa pesquisa compreendem uma fonte primária de grande importância, já que como uma boa “matéria-prima” (BOOTH, COLOMB, WILLIAMS, 2005, p. 92) as informações adquiridas por meio de conversas com os interlocutores apresentados pelo (Apêndice A) foram essenciais em dois sentidos:

1. Informar: apresentando os pontos de vistas e práticas pessoais dos interlocutores no que tange aos seus conhecimentos e compreensões sobre as noções de identidade e propriedade.
2. Representar: para além da informação pessoal, foi possível partir do posicionamento dos interlocutores para construir conceitos que representam a situação de pelo menos três grupos de ribeirinhos afetados pela construção de Belo Monte.

Elaboradas de modo a serem adaptadas no momento da conversa de acordo com a necessidade e compreensão dos interlocutores, considero que as mesmas foram semi-estruturadas, de modo não recair em modelo de entrevista não dirigida, que segundo Poupart não é mais utilizada. (POUPART, 2012, p. 224).

Assim sendo, com o objetivo de coletar informações sobre identidade e propriedade ribeirinha no contexto da construção da UHE Belo Monte, buscou-se dentro da disponibilidade dos interlocutores coletar percepções diferenciadas, de pessoas em situações distintas, mas que estavam incluídas em um mesmo contexto. Tais pessoas foram escolhidas não seguindo critérios rígidos, mas, de acordo: (1) com a facilidade de contato e (2) disponibilidade.

É sempre importante lembrar que o contexto em que os interlocutores estão inseridos não facilita a realização de entrevistas em larga escala. As famílias que foram deslocadas de suas ilhas, se espalharam por Altamira, principalmente nas áreas mais afastadas do centro urbano. Já as famílias que permaneceram em suas ilhas, geralmente se encontram sem comunicação, diante da ausência de sinal telefônico em suas moradias, ou estariam em localidades de difícil acesso para a minha pesquisa.

Deste modo, considerando todos os fatores que influenciaram nas escolhas dos interlocutores, segue o perfil daqueles que foram entrevistados:



### Quadro 02 – Perfil dos Entrevistados

QUEM É?	LUGAR DE ONDE FALA?	PERFIL DO ENTREVISTADO
<b>Entrevistado 01</b> <b>Data: 10.02.2017</b>	– Altamira – Bairro Bonanza	Ex-pescadora, com descendência indígena, 69 anos. Habitava a Ilha do Jatobá por mais de 10 anos. Trata-se de uma pessoa que não foi propriamente deslocada, mas que também não pode retornar para sua ilha. Mora atualmente em Altamira, com o marido doente.
<b>Entrevistado 02</b> <b>Data: 11.02.2017</b>	– Altamira – Bairro São Domingos	Pescador, 44 anos, morava na região do Palhal. Deslocado compulsoriamente, porque sua ilha foi submersa, mora na Rua (Altamira), em casa que adquirida antes da construção da UHE Belo Monte (ponto de apoio).
<b>Entrevistado 03</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Morador da Ilha da Fazenda, por toda a sua vida, 66 anos. Ribeirinho indígena que não foi deslocado pela construção do empreendimento, mas, que convive diariamente com os impactos ambientais e sociais ocasionados pela UHE Belo Monte.
<b>Entrevistado 04</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Morador da Ilha da Fazenda, 44 anos. Já viveu em outros lugares, além da Ilha da Fazenda, no Brasil e no exterior. Escolheu a ilha como sua casa, e trabalhou para NE no processo de retirada de animais silvestres de ilhas que seriam submergidas.
<b>Entrevistado 05</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Pescador, 48 anos, mora na Ilha da Fazenda. Vendedor de peixes, inclusive, ornamentais, sofre economicamente com as alterações

ambientais que o rio Xingu apresenta após o barramento feito pela UHE Belo Monte.

Cabe ressaltar que a não apresentação do nome dos interlocutores se deve a uma opção pessoal. Apesar de ter todos os termos de consentimento para a realização da entrevista devidamente assinados, optei por procurar garantir que todos pudessem falar com liberdade, sem que o medo de expor seus nomes pudesse afetar o desenvolvimento da entrevista, bem como, a coleta das informações que serão ao longo dessa pesquisa apresentadas.

## ESTRUTURA

A elaboração da estrutura dessa pesquisa somou aos ensinamentos de Little duas Dissertações de Mestrado, que tinham como base metodológica a análise do conflito socioambiental. A primeira delas intitulada “Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental”, foi apresentada por Graziela Rodrigues de Almeida para Universidade de Brasília (UNB) e pretendia realizar uma análise, com base na metodologia da etnografia do conflito socioambiental, do planejamento e licenciamento da UHE de Estreito, tomando como base a visão de seis atores sociais sobre os possíveis impactos que a construção da Usina viria a ter.

Já a segunda, foi incorporada a essa pesquisa por indicação da banca de qualificação. A dissertação de mestrado de Rodrigo Magalhães de Oliveira, defendida na Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada “A ambição dos pariwat: consulta prévia e conflito socioambiental”, é de fundamental importância porque apresentou o conflito socioambiental por uma perspectiva da antropologia jurídica.

Isto posto, formulou-se a seguinte estrutura a ser empregada nesta dissertação. Primeiro, foi preciso relembrar quais procedimentos básicos devem ser cumpridos para a análise de qualquer conflito socioambiental (LITTLE, 2001, p. 125):

- a. A contextualização do caso, analisando, dentro da disponibilidade de informações, o contexto ambiental, geográfico e histórico no qual se insere a construção de Belo Monte;
- b. A identificação e análise dos atores e agentes naturais; e, por fim
- c. A análise sintética e global do conflito específico.

Cada momento descrito acima corresponde a uma parte da pesquisa, que não necessariamente será apresentada de maneira isolada. Por serem tópicos interligados, tratar da contextualização, requer também tratar da identificação de atores; ao passo que, tratar do conflito específico ocasionado por Belo Monte, também é contextualizar o histórico da região do Rio Xingu.

Como bem preceituou Rafael Oliveira, para se compreender um conflito ambiental é preciso identificar “os diferentes agentes envolvidos, o ambiente objeto da disputa, que tipo de projeto está produzindo o conflito, quais são os impactos desse projeto, as interações e a distribuição de poder entre os agentes, assim como as suas reivindicações” (OLIVEIRA, 2016, p. 55)

Assim, a presente dissertação foi estruturada em três partes. Coube ao primeiro capítulo traçar um panorama histórico e jurídico da construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Parte importante do processo de contextualização e apresentação dos atores sociais, a proposta dessa primeira parte foi contar a história do Rio Xingu e do desenvolvimento da UHE Belo Monte na região.

Em um segundo momento, partindo-se de uma noção da “realidade ao direito” o capítulo se propõe a analisar o Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, dentro de duas perspectivas: identidade e propriedade ribeirinha. Se pensou pela perspectiva legal em identidade e propriedade, de modo a se verificar, com relação, aos ribeirinhos afetados pela construção e operação da UHE Belo Monte quais disposições legais são aplicáveis a essas pessoas e suas famílias.

Por fim, coube ao terceiro capítulo criar a contraposição. Partindo do “direito para a realidade”, tomando como base as experiências vivenciadas em campo e as informações coletadas, objetivou-se definir categorias de ribeirinhos afetados pelo empreendimento. Cada categoria vivenciou diferentes experiências com o conflito socioambiental gerado pela instalação de Belo Monte, e portanto, suas manifestações sobre identidade e propriedade precisavam ser verificadas, de maneira que juntas, pudessem permitir uma compreensão integral do conflito vivenciado na região do Rio Xingu.

## **2. BELO MONTE, UMA HISTÓRIA DE MUITAS HISTÓRIAS:** análise histórica e jurídica do processo de construção e operação de Belo Monte

Para poder se entender as raízes e causas do conflito socioambiental, é preciso tomar como primeiro passo a realização de uma contextualização ambiental, geográfica e histórica do conflito em questão.

Deste modo, falar de Belo Monte, perpassando pelos períodos de seu planejamento, construção e funcionamento, é essencial para se abarcar esse ponto metodológico, bem como, já iniciar o processo de identificação dos atores e apresentar alguns dos conflitos que foram se desenrolando ao longo do empreendimento.

### **2.1 RIO XINGU: potencial hidroenergético e diversidade social**

Considerado como de distinta importância nacional, seja por sua diversidade biológica, diversidade sociocultural, ou ainda, por sua localização estratégica, o Rio Xingu integra a bacia amazônica do rio Xingu, com cerca de 510.000km<sup>2</sup>, desenvolvendo-se a partir dos rios Culuene e Sete de Setembro, até a sua foz no rio Amazonas. Toda essa extensão está dividida entre os estados do Pará e Mato Grosso.

A região que era casa de diversas etnias indígenas, que já habitavam as áreas próximas ao curso do rio (SANCHES, VILLAS-BÔAS, 2008, p. 303), começou a sofrer mudanças históricas com os incentivos governamentais para o povoamento da região amazônica. Com o início do processo de expedições para a região, o longo da década de 40<sup>6</sup>, o rio Xingu e seus braços se consolidaram ao longo dos anos como locais atrativos para diversos grupos sociais que antes não faziam parte da paisagem da região.

Com a instalação de empreendimentos de agricultura, agroindústria e a vinda de comunidades pesqueiras, voltadas para a exploração em larga escala, madeireiros e outros interessados nos recursos disponíveis na região, vieram também os problemas sociais que decorrem de povoamento exploratório.

---

<sup>6</sup> A região amazônica foi historicamente um alvo das mais variadas políticas públicas voltadas para a ocupação e desenvolvimento econômico da região considerada como um “vazio demográfico”. Dentre diversos discursos como “ocupar para não entregar”, ou ainda, “terras sem homens, para homens sem terras”, a região amazônica recebeu em determinados períodos grandes fluxos migratórios, decorrentes, sobretudo, das políticas públicas governamentais. Tais discursos ignoravam, contudo, a prévia existência de populações tradicionais na região, incluindo povos indígenas.

A adoção do modelo de desenvolvimento econômico, que procurou distribuir terras para a sociedade nacional, fez do Xingu um “[...] alvo de expedições de descoberta, representado sob olhar enigmático, espaço no qual o ‘civilizado’ deveria tomar pé” (MARIN, 2010, p. 5). Tal postura, de trazer o olhar civilizado para a região impactaria no futuro do rio Xingu, bem como, modo de vida das populações indígenas e da comunidade local (SANCHES, VILLAS-BÔAS, 2008, p. 305).

Sabe-se que a:

[...] ocupação da região dos formadores do Xingu pelo *não-índio* é, portanto, historicamente recente e resultou em uma nova paisagem preterida por um novo modelo econômico entre os polos de desenvolvimento da Amazônia Legal. Esse modelo foi viabilizado por meio de projetos de colonização oficial e privado em consonância às atividades agroextrativistas, à implantação de monoculturas em larga escala voltadas à exportação. (SANCHES, VILLAS-BÔAS, 2008)

Com a região se tornando mais atrativa para investimentos nacionais e as políticas públicas locais se intensificando com o estabelecimento de projetos de infraestrutura para a região, anos mais tarde, durante o período da Ditadura Militar, quando o governo federal notou que seria preciso suprir a demanda energética ocasionada pelo crescimento industrial do Brasil, o Rio Xingu se tornou parte do “Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”.

Já na década de 70, se procurou definir pontos estratégicos para o estabelecimento de barragens. E, apesar de todas as dificuldades inicialmente encontradas no período para a identificação de locais com as características técnicas, necessárias para a construção de um empreendimento hidroelétrico, e, diga-se de passagem, não relevantes para esta dissertação, algumas áreas se demonstraram como potenciais sítios de barramento voltados para o aproveitamento hidrelétrico (BERTIN NETO, 2006, p. 2), e entre elas, estava a área que veio futuramente a ser denominada Usina de Kararaô.

No “Relatório dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu – MME/ELETRONORTE/CNEC” de janeiro de 1980, a Volta Grande do Xingu<sup>7</sup> foi então considerada pelos técnicos responsáveis pela elaboração do Estudo como uma interessante área

---

<sup>7</sup> A Volta Grande do Xingu compreende trecho do rio Xingu com cerca de 100km de extensão, extremamente rico em termos socioambientais.

para a produção energética<sup>8</sup>, já que além da supramencionada Usina de Kararaô, também se localizaram outras possíveis regiões a serem exploradas, como Koatinema e Babaquara.

O estudo que previu, pelo menos, sete barragens para a região, foi aprovado no início de agosto de 1988, quando o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica por meio da Portaria DNAEE n. 43/88, avaliou positivamente o “Relatório Final: Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”. No final do mesmo mês, a Portaria MME n. 1077 autorizou a Eletronorte a realizar os “Estudos de Viabilidade Técnica para a Usina Hidrelétrica de Kararaô”.

Finalizados em 1989, os estudos de viabilidade técnica para a Usina Hidrelétrica, agora conhecida como Belo Monte<sup>9</sup>, foram revistos em 1994. A revisão dos estudos energéticos para averiguar se o empreendimento era viável, atualização dos estudos ambientais, hidrológicos, e principalmente, dos custos que o empreendimento teria, significou para os responsáveis do projeto uma forma para: “[...] além de viabilizar sócio-politicamente o empreendimento, subsidiar as decisões relativas à retomada do projeto do AHE Belo Monte no contexto e no horizonte do plano 2015 da ELETROBRÁS”<sup>10</sup> (BERTIN NETO, 2006, p. 17).

Para aqueles que adotam uma vertente mais crítica de análise da situação de Belo Monte, a revisão serviu como uma forma de estimular que investimentos fossem feitos no projeto de infraestrutura, ao buscar tornar o projeto da obra “mais amigável” do ponto de vista ambiental, social e político. De todo modo, com ela, ocorreu uma previsão de redução dos impactos ambientais, bem como, previsão de diminuição da área de inundação, o que culminaria na redução dos impactos e das remoções compulsórias. Nesse momento, existiu a confirmação de que áreas indígenas não seriam inundadas (o que não significava que elas deixariam de estar nas áreas de influência direta e indireta do projeto).

E assim, em 1998 coube a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizar a Eletrobrás e a Eletronorte a realizarem novos “Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”. Entretanto, foi somente durante os anos 2000,

---

<sup>8</sup> Com o foco voltado para a produção de energia, desconsiderava-se nesse período quais impactos sociais, econômicos e ambientais a implementação de um empreendimento desse porte iria trazer para a região da Volta Grande do Xingu.

<sup>9</sup> O abandono do nome Kararaô, de origem indígena, foi produto de uma luta dos movimentos sociais que se recusaram a aceitar que a palavra “grito de guerra”, que para os Kayapó tem um cunho religioso, fosse usada como o nome de um empreendimento controverso para as comunidades tradicionais que habitam a Volta Grande do Xingu.

<sup>10</sup> O Plano 2015, também conhecido como Plano Nacional de Energia Elétrica 1993-2015, compreendeu um plano de política energética desenvolvido pela Eletrobrás em 1994. Objetivando garantir estabilidade de longo prazo para o setor elétrico brasileiro, o plano procurava ser uma estratégia para o setor lidar com fatores (ambiental, econômico-financeiro, político) que estão diretamente relacionados com a política energética nacional.

em meio à crise no setor enérgico - conhecida como “Crise do Apagão”<sup>11</sup>, que o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte realmente começou a sair do papel.

Vale mencionar que em 2001 a Medida Provisória n. 2.198-5/2001 foi criada para o estabelecimento de “diretrizes para programas de enfrentamento da crise energética”, e previu a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Tratava-se de uma medida de política econômica criada em um período em que o país enfrentava uma crise energética.

Em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, tal Medida Provisória previu que:

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no caput compreendem, dentre outros: [...] IV - usinas hidroelétricas;

§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

[...] III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

Assim, com a introdução do “princípio da celeridade” na lógica do licenciamento ambiental, há a abertura de uma porta para o *fast-track* do licenciamento, também conhecido como “licenciamento a jato”<sup>12</sup>.

No caso de Belo Monte, tal medida, somada a Resolução n. 2 de 2001 do Conselho Nacional de Política Energética<sup>13</sup> e a união da Eletrobrás com a Eletronorte para realizar em cooperação técnica os “Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental da Usina de Belo Monte”, permitiu que em 2002, fosse apresentado o “Relatório dos Estudos de Viabilidade

<sup>11</sup> A Crise do Apagão aconteceu em meados dos anos 2000, principalmente entre os anos 2001 e 2002, quando o Brasil teve que lidar com o racionamento de energia decorrente do baixo investimento estatal no setor de energia elétrica. Somou-se a essa situação a seca prolongada nas regiões Sudeste e Nordeste e o aumento na demanda do mercado consumidor, que tornaram necessárias que nesse período tanto residências como indústrias reduzissem seu consumo energético diante de uma campanha intensa e abrangente para a conscientização nacional.

<sup>12</sup> Cabe aqui uma breve consideração sobre as atuais discussões sobre um procedimento simplificado de licenciamento ambiental. Em discussão no Senado Federal, tal modelo de licenciamento pretende reduzir o prazo das licenças (prévia, de instalação e de operação) de empreendimentos de infraestrutura estratégica de interesse nacional para um limite máximo de sete meses. Para os defensores do desenvolvimento econômico nacional, o *fast track* é uma saída estratégica, para o entrave que a quantidade de licenças ambientais, e seus respectivos prazos, geram. Em contrapartida, para os que analisam a questão pelo viés ambiental, qualquer legislação nesse sentido seria um grave retrocesso ambiental (RAAD; SUMAR, 2016; LIMA, 2015).

<sup>13</sup> Resolução n. 2 de 2001 do Conselho Nacional de Política Energética, previa o interesse estratégico nacional na construção do Complexo de Belo Monte.

do Complexo Hidrelétrico Belo Monte MME/ELETROBRÁS/ELETRONORTE” para a ANEEL. Esse estudo demonstrou que:

A retomada dos estudos na bacia do Xingu, ainda na década de 80, deu-se no âmbito dos estudos de Viabilidade do aproveitamento Kararaô, que passou a ser denominado de AHE Belo Monte, caracterizando-se pela busca de soluções que garantissem o máximo aproveitamento do potencial do complexo Altamira – Belo Monte, mas mitigando ao limite as interferências e impactos com a cidade de Altamira e de áreas inundadas, bem como identificar e criar condições preferenciais na canalização de benefícios para o processo de desenvolvimento regional polarizado por Altamira, a partir das oportunidades resultantes da implantação do aproveitamento. (BERTIN NETO, 2006, p. 16)

Em 2003, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (Fadesp) e a Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) retomaram a produção do Estudo de Impacto Ambiental iniciado em 2000, considerando as orientações do IBAMA e do Ministério de Meio Ambiente (MMA). Vale ressaltar que a contratação carecia de legalidade já que a Fadesp e a UFPA não eram instituições competentes para dar prosseguimento ao licenciamento ambiental de Belo Monte. Tal competência, cabia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável no âmbito federal pela realização de licenciamento ambiental.

Mais tarde, em 2005, diante da autorização dada pelo Congresso Nacional, por meio do controverso Decreto Legislativo n. 788/2005<sup>14</sup>, garantiu-se a implantação do projeto da hidrelétrica, após a elaboração dos “estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros que se julgar necessários” (art. 1). Inclui-se nesse contexto, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do Rio Xingu, e o estudo antropológico para as comunidades indígenas que seriam afetadas pelo projeto.

Em 2006, foi solicitado ao Ibama a abertura do processo para a licença ambiental prévia, ao passo que, segundo informações da Norte Energia, também se deu início ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA). No ano de 2007, se concluiu a atualização dos “Estudos de

---

<sup>14</sup> Esse decreto foi questionado no Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI n. 3573, em função de três vícios: a. ausência da consulta de populações indígenas, incorrendo na violação dos artigos 170, VI e 239, par. 3 da Constituição Federal (CF); b. ofensa ao art. 123 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), em função da modificação no Decreto Legislativo do Senado Federal que não retornou à Câmara dos Deputados; e, por fim, c. inexistência da Lei Complementar que regularia a exploração de recursos hídricos em áreas indígenas, conforme determinação do art. 231, par. 6 da CF. Contudo, tal ação foi arquivada por maioria dos votos no Plenário do STF, com o argumento oriundo da análise das preliminares, de que por se tratar de um Decreto Legislativo, com efeitos concretos, não caberia contestação por meio de ADI.



Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu”, com o entendimento de que somente o aproveitamento de Belo Monte seria capaz de atender aos requisitos energéticos, econômico e socioambientais pré-estabelecidos para a bacia do rio Xingu.

No ano seguinte se apresenta a Resolução n. 6 de 2008 elaborada pelo Conselho Nacional de Política Energética. Diante da grande repercussão do projeto, e das conclusões do Inventário, tal resolução apresentou os seguintes pontos:

[...]

a necessidade de novos parques geradores de energia elétrica para atender às expectativas de demanda geradas pelo crescimento econômico que o País deverá experimentar em futuro próximo;

a grande potencialidade que o rio Xingu apresenta em termos de possibilidade de instalação de aproveitamento hidrelétrico para o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, no País, no próximo decênio;

a criação de diversas unidades de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas pelo Governo Federal ao longo do rio Xingu;

a recente criação da Reserva Extrativista Médio Xingu, localizada no Município de São Félix do Xingu, que se incorpora ao conjunto de unidades de conservação existentes ao longo do rio Xingu e que evidencia o reconhecimento governamental sobre a importância de implementar medidas conservacionistas na Região;

a conclusão da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Xingu em outubro de 2007, que recomenda, com base na avaliação de critérios técnicos, energéticos, econômicos e ambientais, a adoção da alternativa de divisão de queda do rio Xingu, constante de um único aproveitamento, situado à jusante da sede urbana da cidade de Altamira, no Estado do Pará, denominado Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte - AHE Belo Monte;

que o trecho do rio Xingu, entre a sede urbana de Altamira e a sua foz, dispõe de elevada queda natural e vazão bastante significativas que permitem a geração de energia em um único aproveitamento que tem como características elevada energia média gerada e possibilidade de integração ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução tratava do aproveitamento do potencial hidráulico para fins enérgicos do Rio Xingu, e na prática, foi proposta como uma forma de se “apaziguar ânimos”, já que, com a determinação do art. 2 de que o potencial a ser explorado seria “aquele situado no rio Xingu, entre a sede urbana do Município de Altamira e sua foz”, o interesse estratégico do rio Xingu (incansavelmente exaltado nos mais variados instrumentos normativos favoráveis a Belo Monte), estaria limitado à somente a exploração do AHE Belo Monte. Dessa forma, se procurou evitar o argumento de que outros projetos hidrelétricos seriam construídos na região.

Em 2009, a Resolução n. 5, elaborada pelo Conselho Nacional de Política Energética, prevê em seu caput que a mesma tem por objetivo dar celeridade ao procedimento de licitação e implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, localizado no rio Xingu, no Estado

do Pará. Trata-se de outro instrumento que define a prioridade para licitação e implantação do projeto de Belo Monte, considerando sempre que o posicionamento do Governo Federal é o de defensor da importância estratégica da obra diante do exponencial crescimento do consumo energético no Brasil.

No ano de 2009 também ocorreu a solicitação da Licença Prévia pela Eletrobrás, a entrega do EIA e RIMA ao IBAMA e a disponibilização da portaria com as diretrizes voltadas para o Leilão de Energia de Belo Monte, que viria a se consolidar por meio do Edital nº 06/2009, Processo nº. 48500.005668/2009-85, elaborado pela ANEEL.

Tornando pública a realização do leilão de concessão de uso de bem público para a exploração, construção e gerenciamento de Belo Monte, definiu-se como objeto do Leilão:

1 – Do Objeto.

1.1 Constitui objeto deste LEILÃO a contratação de Energia Elétrica Proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e indicada como projeto de geração com prioridade de licitação e implantação, por seu caráter estratégico e de interesse público, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, conforme Resolução CNPE nº. 5, de 3 de setembro de 2009.

A outorga concedida, por meio do Contrato de Concessão nº 01/2010-MME-UHE BELO MONTE, tem como duração o período pré-determinado de 35 anos (contados a partir da sua assinatura) para a produção independente de energia elétrica.

Com isso, viabilizou-se, portanto, que em 2010, concluída a organização necessária para a construção de um empreendimento hidrelétrico, ou seja, do planejamento eletroenergético (matriz energética, plano de longo prazo e plano decenal) ao ciclo do projeto hidrelétrico (estudos de inventário, avaliação ambiental integrada, estudos de viabilidade e estudos de impacto ambiental), o IBAMA concedesse a Licença Prévia n. 342<sup>15</sup>.

Nesse ínterim, o avanço do empreendimento e a concessão de sua licença não ocorreu sem qualquer tipo reação. Considerando que Belo Monte é altamente criticada em função da certeza de que os impactos socioambientais serão irreversíveis uma vez instalados, a concessão da licença foi questionada por via de Ação Civil Pública em virtude de pontos específicos, como: a irregularidade e insuficiência do EIA e RIMA; e, quantidade limitada de audiências públicas (quatro no total) que violariam o direito de informação e participação dos afetados pelo

---

<sup>15</sup> A licença prévia, apresentada após o processo de análise e aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tinha o prazo de validade de dois anos, e requeria o cumprimento de 40 condicionantes para que a licença de instalação pudesse ser concedida. Tal licença não tinha como objetivo autorizar o início das obras de construção do empreendimento, porém, cabia a ela, autorizar a realização do Leilão de Energia de Belo Monte.

projeto de infraestrutura. Ambas as situações questionavam a falta de um caráter “democrático-participativo” do licenciamento ambiental.

Vale destacar que o caso foi denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em função das reiteradas violações dos direitos humanos que estavam acontecendo. O foco estava direcionado, contudo, para a situação de comunidades indígenas. O que não significa que as disposições gerais de uma possível intervenção da CIDH ou até mesmo da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) não teriam impactos no tratamento de outras comunidades afetadas, como os ribeirinhos, por exemplo.

## 2.2. O “TUBARÃO”: a Norte Energia e a concessão de Belo Monte

Consórcio Construtor Norte Energia S.A também conhecido como NESA compreende a empresa que se tornou vencedora do Leilão de concessão de uso de bem público para a construção da UHE Belo Monte, recebendo também a autorização para a operação do empreendimento e comercialização de energia a ser gerada pela hidrelétrica em questão.

Pessoa jurídica de direito privado, concessionária de uso de bem público para geração elétrica, a Norte Energia é constituída por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, conforme a constituição acionária que segue (Organograma 1):

### Organograma 1: Composição Acionária Norte Energia (com alteração em 2014)

<b>Norte Energia</b>	Grupo Eletrobrás	Eletrobrás - 15%
		Chesf - 15%
		Eletronorte - 19,98%
	Entidades de Previdência Complementar	Petros - 10%
		Funcef - 10%
	Sociedade de Propósito Específico	Belo Monte Participações S/A (Neoenergia) - 10%
		Amazônia (Cemig/Light) - 9,77%
	Autoprodutoras	Aliança Norte Energia S/A (Vale/Cemig) - 9%
		Sinobras - 1%
	Outras Sociedade	J Malucelli Energia - 0,25%

**Fonte:** Sítio eletrônico da Norte Energia. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br>. Acesso em: 25.02.2017

Sua posição no histórico de Belo Monte se consolida a partir do momento em que vence a concessão para a construção e operação do empreendimento. Ao se firmar na posição de empreendedor, a Norte Energia também assumiu um papel de responsável pelos avanços e pelos problemas que começaram a surgir na região da Volta Grande do Xingu.

Após a concessão da licença prévia, o próximo passo lógico para o prosseguimento do empreendimento era a busca por sua licença de instalação. O que aconteceu no ano de 2011. Contudo, foi concedida pelo IBAMA uma licença de instalação parcial, que permitiu o início da implantação do empreendimento, com a instalação do canteiro de obras, alojamentos e áreas de estoque de madeira e solo.

A Licença de Instalação n. 770/2011, foi recebida de maneira controversa, pois da análise das proposições do Decreto n. 99.727/90, art. 19 e da Resolução n. 237 do CONAMA, responsáveis pelas orientações gerais para a concessão de licenças ambientais, inexistiu de maneira expressa no nosso ordenamento jurídico a possibilidade de parcelar a concessão de licenças.

O Ministério Público Federal (MFP-PA), por exemplo, se posicionou contra a concessão dessa licença, e interveio por meio de Ação Civil Pública n. 968-19.2011.4.01.3900. Apesar de não ser uma ação exclusiva para o tratamento da licença de instalação parcial, esse era um dos tópicos questionados, por se entender que inexistiu etapa parcial no licenciamento ambiental.

Há quem inverta a situação e defenda que diante da inexistência de uma proibição expressa seria possível a concessão de licenças fracionadas, já que a legislação referente à concessão de licenças ambientais não obriga que a licença de instalação seja única.

Sales e Uhlig, representantes do Instituto Acende Brasil<sup>16</sup>, expressam esse entendimento em matéria publicada no Correio Braziliense. Para eles:

[...] a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e seus regulamentos (resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente) não impedem que a LI possa ser concedida para parte do empreendimento. Afinal, a viabilidade ambiental de todo o empreendimento é assegurada pela emissão da Licença Prévia. A concessão da Licença de Instalação para partes do empreendimento pode permitir o avanço gradual do cronograma da obra, respeitando toda a legislação. (SALES, UHLIG, 2015)

---

<sup>16</sup> Segundo informações disponibilizadas em sítio eletrônico, o Instituto Acende Brasil trata-se de um Centro de Estudos que tem como objetivo desenvolver ações e projetos com fins de aumentar a transparência e a sustentabilidade do setor elétrico brasileiro. Para maiores informações: <http://www.acendebrazil.com.br>

Nesse mesmo sentido, a Norte Energia defendeu que a concessão de uma licença de instalação parcial só foi possível porque existiram estudos prévios que subsidiaram a decisão do IBAMA. Além disso, o fracionamento estava sendo empregado para auxiliar no desenvolvimento célere da obra, em acordo com o cronograma de construção definido com a Aneel.

De todo modo, apesar das amplas discussões sobre o assunto, a Licença de Instalação Parcial n. 770/2011, foi posteriormente substituída pela Licença de Instalação n. 795/2011, que por ser definitiva tinha a competência para autorizar o início das construções necessárias para a instalação do empreendimento, bem como, prever a liberação de atividades relacionadas à implantação dos sítios de Belo Monte.

No ano de 2013, ocorreu um amplo desenvolvimento técnico da obra, que faz parte do histórico do empreendimento, mas que, por não estar diretamente relacionado com o desenvolvimento desta dissertação, não será desenvolvido com maiores detalhes aqui. Cumpre ressaltar que também foi nesse ano que uma nova empresa foi contratada para revisar e corrigir os erros que aconteceram no primeiro período de cadastramento socioeconômico<sup>17</sup>, que as condicionantes do empreendimento e o Projeto Básico Ambiental (PBA) previam.

Em 2014 ocorreu a promulgação do Decreto n. 5.163/2014, um dos instrumentos jurídicos utilizados para se regulamentar a comercialização, outorga, concessão e autorização de geração de energia elétrica.

Regulamentador da Lei n. 10.848/2004, esse Decreto marca o estabelecimento das “bases de um novo modelo institucional, um novo marco regulatório para o setor elétrico brasileiro” (FILHO, [s.d]), por meio do qual se buscou reforçar um planejamento estratégico feito pelo Estado, que passou a atentar para os critérios técnicos, econômicos e ambientais, de acordo com a sua necessidade energética.

Assim, esse Decreto previu que o Leilão de Energia, nesse caso, o de Belo Monte, seria feito por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), ou seja, trata-se de um contrato bilateral a ser celebrado entre a vencedora da licitação e todas as compradoras. Também se previu por meio desse decreto que existirá um

---

<sup>17</sup> Considerado como falho por não caracterizar da maneira devida as pessoas e seus respectivos núcleos familiares atingidos, se constatou na prática, a ausência de transparência e publicidade na realização do cadastro da população afetada pelo empreendimento. Como resultado, parte da população atingida foi prejudicada, tanto em função da insegurança e expectativa (seja ela positiva ou negativa) para com a construção do projeto de infraestrutura, como em decorrência da sua exclusão dos programas, projetos e planos do Projeto Básico Ambiental, que dependiam do cadastro socioeconômico para serem corretamente aplicados.

Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que determina a existência de valores mínimos e máximos a serem estabelecidos periodicamente pela Aneel, que precisará levar em conta os custos variáveis de operação de empreendimentos termelétricos.

No final do ano, em dezembro de 2014, a Agência Nacional de Águas publicou a Resolução n. 2046/2014 alterando duas Resoluções previamente publicadas: Resolução n. 48 de 2011 e Resolução n. 911 de 2014.

Prevendo que:

Art. 5. [...]

III – Durante o enchimento do reservatório deverão ser mantidas, no Trecho de Vazão Reduzida, as vazões mínimas do Hidrograma B do Anexo III, e garantida a qualidade da água em níveis adequados e a preservação dos usos múltiplos dos recursos hídricos, inclusive a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário.

Na prática, essa Resolução alterou o momento específico do enchimento do reservatório, permitindo que o procedimento fosse feito em qualquer momento do ano. O que deu celeridade ao procedimento de instalação final de Belo Monte.

No ano que se seguiu, em março de 2015, 75% da obra já estava concluída. A Licença de Operação que tinha sido negada em setembro, em função do não cumprimento de condicionantes das licenças anteriores, foi concedida em 24.11.2015, apenas dois meses depois do Parecer Técnico do IBAMA que dizia que ainda existiam pendências nas demais licenças que precisariam ser cumpridas antes da concessão da licença de operação.

A Licença de Operação n. 1317/2015, também foi outra licença concedida de maneira controversa. Questionada por documentos como o “Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação”, elaborado pelo ISA, e pelo próprio Parecer n. 02001.003622/2015-08 elaborado pelo IBAMA, seu conteúdo foi voltado para determinar com precisão: localização do empreendimento, capacidade total instalada, delimitação do Trecho de Vazão Reduzida (TVR) e tamanho das Áreas de Preservação Permanente (APP).

Com a obra prosseguindo para sua conclusão e ativação das turbinas para a geração de energia, em agosto de 2015 a Aneel homologou o leilão de transmissão de Belo Monte, e com a abertura do vertedouro e a correção do leito do rio, cinco turbinas entraram em funcionamento nesse período.

## NORTE ENERGIA E OUTRAS PREVISÕES RELEVANTES QUE LEGITIMAM SUA ATUAÇÃO

Para concluir essa caminhada de contextualização, vale ainda mencionar que a atuação do empreendedor é subsidiada por outros instrumentos técnicos, administrativos ou até mesmo legais. Dentre eles, destacaram-se os seguintes:

a. O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Norte Energia, a Secretária do Patrimônio da União (SPU) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 2010. Tal instrumento interessa porque estabeleceu que a SPU e a Norte Energia deveriam “definir diretrizes para a realocação pelo empreendimento e consolidar o cadastro em conjunto, após consulta às comunidades tradicionais ribeirinhas diretamente atingidas” (GVCES, FGV PROJETOS, PDRS XINGU, 2015, p. 27).

O que se verá mais adiante, é que a emissão do TAUS, feita pela Secretária do Patrimônio da União (SPU), não foi utilizada pelo empreendedor como forma de reconhecimento da identidade e propriedade dos ribeirinhos que ocupavam o Rio Xingu. Assim, o presente acordo teve uma aplicação questionável diante da realidade relatada por diversas comunidades tradicionais.

b. Portaria n. 48/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que autorizou a concessionária Norte Energia a realizar as obras de implantação das instalações iniciais licenciadas pelo IBAMA, na Licença Prévia n. 342/2010 e na Licença de Instalação n. 770/2011 (Art. 1º).

Importa aqui que essa autorização, abarcava terrenos marginais de rio federal, seus acrescidos e terras devolutas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em nome da União (Art. 2º).

E, mais, que existia uma condicionante para a autorização ter validade:

Art. 3º A presente autorização somente terá vigor mediante o cumprimento das exigências definidas pelo órgão ambiental competente e ações prévias ao início das obras definidas no Acordo de Cooperação Técnica SPU/MDA/NESA, firmado em 12 de novembro de 2010, incluindo as seguintes condicionantes: [...]

**II - conclusão das ações de cadastramento e identificação de áreas para o reassentamento das famílias de ribeirinhos agroextrativistas**, conforme ações definidas nas alíneas "e", "h", "i", "j", "k" e "n" do item 5.3 do Acordo de Cooperação Técnica SPU/MDA/NESA, firmado em 12 de novembro de

2010, antes do início das obras; e III - realização de consulta às famílias de ribeirinhos agroextrativistas que vivem nas áreas de instalações iniciais (Sítio Belo Monte e Pimental), antes do início das obras, apresentando: a) alternativas de áreas de reassentamento, incluindo opções na margem esquerda do Rio Xingu onde atualmente vivem; b) alternativa de moradias em padrão e local adequados à manutenção de seu modo de vida e identidade; e c) serviços de assistência técnica e social para apoiar a transferência e inserção produtiva das famílias no novo local de moradia. (grifo nosso)

O cumprimento dessa condicionante é algo questionável, tendo em vista que até o início do ano de 2017 ainda existem famílias que não foram reassentadas apropriadamente em função da remoção compulsória exigida para a instalação e funcionamento da UHE Belo Monte. De todo modo, a implementação da instalação inicial do projeto se concretizou, conforme exposição histórica já realizada.

c. O Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE de Belo Monte. Elaborado pela Norte Energia, teve sua versão final disponibilizada em setembro de 2011, com sete volumes, 17 itens, mais os seus anexos.

Para o Ibama, responsável pela aprovação do PBA, conforme nota inclusa no primeiro volume, constam nesse documento: planos, programas e projetos voltados para a mitigação e compensação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos gerados pela UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2011, Vol. 01, p. 2).

Importa aqui mencionar o conteúdo do Volume II, Item 4, responsável por apresentar o “Plano de Atendimento à População Atingida”. Determina-se como objetivo central de tal documento: a redução dos impactos sociais decorrentes da implantação do empreendimento, bem como, propor soluções que devem levar em conta “expectativas e demandas” dos atingidos pelo empreendimento.

Prevendo a necessidade de desocupação (deslocamento compulsório) para a implementação da UHE Belo Monte, estabelece-se que do:

[...] conjunto de impactos daí decorrentes torna imperativo que se definam claramente os procedimentos a serem utilizados no tratamento das populações atingidas, incluindo suas atividades produtivas (agropecuária, comércio, extrativismo) e a infraestrutura e os equipamentos públicos e institucionais que também possam ser afetados (igrejas, escolas, centros de saúde, cemitérios) (Norte Energia, 2011, Vol. 02, Item 04, p. 14)

E mais,



[...] reforça-se a ideia de que a condição de atingido não deve ser observada do ponto de vista unicamente territorial e patrimonialista, e sim reconhecer uma situação onde prevalece a identificação e o reconhecimento de direitos e de seus detentores, evoluindo significativamente na amplitude com que procura assegurar a recomposição, e mesmo, melhoria, das condições de vida das populações afetadas. (Norte energia, 2011, Vol. 02, Item 04, p. 16)

Apesar de toda a construção em torno dos atingidos, a menção de comunidades ribeirinhas, fica, contudo, limitada a dois momentos ao longo das 450 páginas desse documento. Dentre essas menções, somente uma delas é importante para a garantia do direito de propriedade de comunidades tradicionais.

No caso, quando há uma preocupação em se tratar de “reestruturação de fragmentos”. Essa reestruturação se configura em uma “ordem de preferência” na oferta de novos lotes, priorizando atender primeiro as famílias de atingidos mais idosos, seguidos dos ribeirinhos, com ou sem o título da SPU, representado pelo TAUS (que será melhor explicado em sessão específica sobre propriedade tradicional.)

Segundo a análise do “Mapa dos Caminhos: deslocamentos no meio rural - fevereiro 2015/julho 2015”, realizado pelo GVCes o PBA não apresentou “informações objetivas sobre diferenciação do tratamento destinado às populações tradicionais, no momento do deslocamento compulsório” (GVCES, FGV PROJETOS, PDRS XINGU, 2015, p. 27). Contudo, há uma referência a necessidade de um amplo processo de participação social, para que assim seja possível a identificação daqueles que possuem direito a indenização e/ou reparação, em função dos impactos ocasionados direta ou indiretamente pelo empreendimento (Vol. 2, Item 4, p. 14).

d. Previsto pela Resolução n. 302/2002, o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios, também conhecido como Pacuera, tem como objetivo regular as Áreas de Preservação Permanente (APP) “do reservatório artificial e a instituição da elaboração obrigatória de plano ambiental de conservação e uso do seu entorno” (art. 1).

Caberá ao empreendedor:

Art. 4º O empreendedor, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, deve elaborar o plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente, para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público.

Tal instrumento, foi incluído entre os documentos apresentados pelo PBA, no Vol. VI, Item 15. Além da regulamentação do uso de recursos naturais, uma das propostas desse documento é a compatibilização da ocupação de terras do entorno do reservatório a ser criado pelo empreendimento (NORTE ENERGIA. Vol. 6, Item 15, p. 487).

Sua menção aqui acontece em função do desenvolvimento do “zoneamento de uso do entorno dos reservatórios do Xingu e Intermediário e de seus respectivos entornos”. A Zona de Utilização Rural é importante porque trata de “locais fundamentais para a sustentabilidade de populações que tradicionalmente obtêm sua subsistência dos mesmos”. (NORTE ENERGIA. Vol. 6, Item 15, p. 496)

Desse instrumento se compreende que é possível para a comunidades tradicionais ocuparem as áreas do entorno do reservatório. O que significaria, que a manutenção do modo de vida tradicional, seria afetado em menor escala com a implantação das disposições do Pacuera.

Na prática, o que constatou foi que dentre as opções de indenizações disponíveis, existia a oferta de terras residuais das áreas que foram desapropriadas pela Norte Energia para a instalação da infraestrutura da empresa. Essas terras que primeiro foram oferecidas para os atingidos pela barragem no meio rural, representavam, portanto, um “resto”, uma sobra de terras já que haviam sido negadas e substituídas por indenizações para os deslocados da zona rural (MPF-PA, 2015, p. 39).

Como os ribeirinhos foram mantidos em uma posição de “invisibilidade” durante o processo de instalação e construção de Belo Monte, não é difícil notar que os planos de ação por parte do empreendedor para a realocação de atingidos não tiveram uma formulação que considerasse o peculiar modo de vida das comunidades tradicionais ribeirinhas. A aplicação de um modelo de compensação generalizado, com a concessão de cartas de crédito, indenizações monetárias ou reassentamento em lotes na zona rural e urbana, porém distantes do rio, é parte da história de diversas famílias de ribeirinhos que foram impactos pela construção e operação da UHE Belo Monte.

### **3. DA REALIDADE AO DIREITO:** o Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39

De um lado temos dados técnicos. Belo Monte, em abril de 2017, já conta com onze turbinas em operação, sendo cinco localizadas na Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte e seis na Casa de Força Complementar, no Sítio do Pimental.

Considerando que a jusante da hidrelétrica abrange a área entre a barragem da usina e a foz do rio, e a montante a área entre a barragem da usina e a nascente do rio:

A barragem de Belo Monte interrompe o curso do Xingu na Volta Grande, a 40km à jusante de Altamira, no sítio Pimental. Ali haverá 6 turbinas gerando 233 MW. Mas não será esta a principal casa de força. Pouco antes do barramento, um canal de 20km desviará a água para um reservatório intermediário e depois à casa de força principal, com capacidade instalada de 11.000 MW. (AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2015)

Em termos estruturais, Belo Monte irá funcionar com “força total” no ano de 2019. Até lá, vinte e quatro turbinas estarão operando, sendo dezoito ativas na Casa de Força Principal e seis turbinas na Casa de Força Complementar.

#### **Imagem 01 – Casa de Força Complementar – Sítio Pimental e Casa de Força Principal - Sítio Belo Monte**



**Fonte:** Acervo pessoal – Altamira, 10.11.16

Do outro, temos dados da realidade local dos ribeirinhos da região amazônica. Comunidades tradicionais que procuram se reafirmar como ribeirinhos, para que nessa posição, possam se contrapor “aos grupos econômicos e atores institucionais que impulsionam projetos político que se pretendem hegemônicos mediante perspectivas desenvolvimentistas modernizadoras construídas no âmbito de Estados-Nação” (O'DWYER, 2014, p. 11). Esse é o caso de Belo Monte e o conflito socioambiental dessas comunidades em face da Norte Energia.

A busca por justiça socioambiental, em função dos conflitos oriundos do empreendimento levou o processo de construção e funcionamento de Belo Monte a uma posição de protagonista em inúmeras ações judiciais. Identifica-se aqui, um embate entre dois posicionamentos sobre a questão ambiental. Por um lado, há a visão utilitarista do empreendedor, que vê o meio ambiente e seus recursos como uma forma de garantir crescimento econômico, não importando os “conteúdos socioculturais”, contanto que a exploração do recurso material possa ser feita.

E, do outro, existe uma “visão contracultural”, que ganha destaque porque propõe se repensar o modelo de apropriação da natureza que alimenta o mercado capitalista. O meio ambiente é dotado de um pluralismo social, que não permite que desatrele os problemas sociais das sociedades que usufruem e conservam esse ambiente. Entram aqui, os ribeirinhos, e sua crescente posição de destaque na defesa de seus próprios direitos.

Trazer alguns questionamentos do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, colocando a realidade<sup>18</sup> *versus* o direito, compreende uma necessidade de se contrapor aqui, o que o que está acontecendo com as comunidades ribeirinhas com o que direito entende por identidade e propriedade de comunidades tradicionais.

Essa escolha de intercalar os questionamentos do Inquérito Civil com os apanhados teóricos é uma opção metodológica para demonstrar como a realidade do conflito socioambiental enfrentada pelos ribeirinhos do Rio Xingu se intercala com as definições teóricas sobre o assunto.

### 3.1 IDENTIDADE RIBEIRINHA: a realidade aplicada ao Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39

Em 16.03.15 o Ministério Público Federal do Estado do Pará, deu início ao Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, que ainda se encontra em andamento na Procuradoria de Altamira<sup>19</sup>.

A abertura desse procedimento teve como objetivo “avaliar os riscos de violações ao modo de vida das populações ribeirinhas do rio Xingu pelo processo de remoção compulsória

---

<sup>18</sup> Procurando esclarecer e justificar o uso do termo “realidade”, tomo emprestado de Uri Montoya Uriarte a definição de que a realidade é algo que sempre irá superar a teoria. Assim sendo, aquilo que a teoria ensina não representa integralmente aquilo que encontramos em campo. E, com a proposta dessa dissertação de aproximar o direito das proposições dos ribeirinhos, representa uma forma de “nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e entender” (URIARTE, 2012, p. 4).

<sup>19</sup> Por se tratar de um processo ainda em andamento, as manifestações sobre o Inquérito Civil estarão diretamente relacionadas ao tema central da presente pesquisa identidade e propriedade.

da UHE Belo Monte”, considerando que o procedimento de remoção dessas comunidades tradicionais estava sendo feito sem o respeito as determinações do PBA, previamente mencionadas aqui, que determinavam que o modo de vida tradicional deveria ser conservado, ainda que o processo de deslocamento compulsório fosse necessário.

Nesse contexto, é preciso que se compreenda e responda a seguinte pergunta: como fazer parte deste grupo de indivíduos, que possui um modo de vida tradicional? Primeiro, é preciso que se tenha em mente que a identificação dos ribeirinhos, é um passo essencial no avanço da proteção buscada por meio do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39. Contudo, essa identificação não é facilmente feita juridicamente. Foram necessárias algumas interpretações com ampliações, analogias, e até mesmo, construções, até se chegar a um conceito de comunidades tradicionais que se aplica aos ribeirinhos.

Sempre lembrando que os conceitos apresentados aqui são produto de uma elaboração exógena. Ou seja, ainda que se defenda a existência de auto-identificação e hetero-identificação<sup>20</sup>, como requisitos para se identificar um indivíduo, sua família ou até mesmo uma comunidade como ribeirinha, essas definições muitas vezes não contaram com a participação de comunidade ribeirinhas na sua elaboração.

Ainda assim, ressalto que não se retira a importância dessas proposições, para que se responda a uma segunda pergunta: quem são os ribeirinhos que o Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39 quer defender?

Adianto que dentre as duas perspectivas de identificação que serão aqui apresentadas, uma antropológica e uma jurídica, deve-se considerar que ambas são empregadas com o mesmo objetivo, que é facilitar com que comunidades ribeirinhas afetadas pela UHE Belo Monte sejam reconhecidas como ribeirinhas, para que assim, seus direitos de comunidades tradicionais possam ser reivindicados.

## IDENTIFICAÇÃO DO PONTO DE VISTA ANTROPOLÓGICO

---

<sup>20</sup> Pegarei emprestado os conceitos de auto-determinação e hetero-determinação das doutrinas que estudam os povos indígenas. Assim, a auto-identificação consiste no fato do indivíduo se entender como pertencente a um grupo, aqui, de ribeirinhos. Em contrapartida, a hetero-identificação consiste na identificação e reconhecimento do indivíduo (como ribeirinho) pelas demais pessoas.

O primeiro passo para se identificar um indivíduo como membro de uma comunidade, é saber, o que significa “identidade”. Para Estupiñan-Silva, a identidade deve ser considerada como:

[...] el sentimiento individual de pertenencia al grupo, y como la manifestación subjetiva de las pautas culturales de los grupos poblacionales. La identidad es importante en el doble sentido de haber sido hasta hace poco tiempo el foco principal de los ataques del Estado a la integridad de las comunidades tradicionales [...], y también por ser el centro privilegiado de las reacciones indígenas y tribales a los intentos de aculturación, y de las adaptaciones u reacomodaciones subsiguientes. (ESTUPIÑAN-SILVA, 2014, p. 583)

Trata-se de um conceito dinâmico, já que a manutenção de uma comunidade também pressupõe que ela não esteja alheia às transformações, internas e externas, que podem vir a acontecer. Decorrerá, portanto, da forma com que o grupo de indivíduos se adaptam a essas externalidades, históricas e culturais, e se mantêm como uma comunidade (ESTUPIÑAN-SILVA, 2014, p. 584), deixando de lado a possibilidade de uma adaptação passiva às mudanças históricas e locais.

Cada comunidade gozará de características próprias e distintas entre si. Não há como se criar uma moldura bem definida do que um indivíduo precisa ter para ser parte de uma comunidade, ou ainda, parte de uma comunidade de ribeirinhos. Henyo Barreto Filho chama isso de um “molde conceitual” (BARRETTO FILHO, 2006, p. 110). E o emprega na explicação de que é a partir desse molde que hoje se reconhecem esses grupos sociais, muitas vezes indo na contramão do entendimento de que há uma pluralidade social quando estamos falando de povos tradicionais.

E o que seria essa “tradição” a ser defendida? Seria uma tradição no manejo? Na formação de uma sociedade? Na forma em que se usam os recursos? Na ocupação de um território? Na conservação de um modo de vida? Na formação de grupos específicos? Ou tradição de alguns tipos culturais? (BARRETTO FILHO, 2006, p. 121)

Para o *Relatório de Brundtland* povos tradicionais seriam uma minoria cultural que se distinguem do restante da população por estarem praticamente fora do contexto de uma economia de mercado. Cobertos pelo “*statement of coverage*”, a ser melhor tratado no tópico referente a Convenção n. 169 da OIT, importa esses povos tradicionais, que não necessariamente são indígenas ou tribais também são protegidos pelas disposições da referida Convenção.

Segundo Diegues:

[...] uma interpretação mais ampla é necessária para incorporar sociedades minoritárias que têm as características dos grupos tradicionais – incluindo um corpo de conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos e que ainda não estão intimamente ligados à economia de mercado. (DIEGUES, 2000, p. 104)

No que tange ao conhecimento (GADGIL, 1993 apud GUARIM, 2000), o conhecimento acumulado por esses povos é chamado de “conhecimento ecológico tradicional”, e compreende: “um corpo cumulativo de conhecimento e crenças, passado adiante através das gerações pela transmissão cultural, acerca das relações dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com seu ambiente” (GUARIM, 2000, p. 10).

Nesse sentido, falar de povos tradicionais é falar de uma parcela da população, o “eles”, que se distinguem do restante da sociedade em função da sua organização econômica, cultural e social. Há uma forma específica de sociedade que ganha, cada vez mais voz, e passa a exigir que os direitos de indígenas ou quilombolas, por exemplo, se estendam a eles, de acordo com as suas peculiaridades.

Partindo-se da premissa de que aqueles que não se enquadram diretamente na categoria de indígenas, quilombolas ou seringueiros<sup>21</sup>, pertencem ao grupo de povos ou comunidades tradicionais, é preciso ter em mente que essa categoria “expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais” (BARRETO FILHO, 2006, p. 110).

São povos que ao mesmo tempo que dependem do ecossistema para sua sobrevivência, aprendem a conservar o mesmo. Tudo de maneira a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e a manutenção do modo de vida tradicional (DIEGUES, 2000, p. 87).

No caso de comunidades ribeirinhas, interlocutores em destaque nessa pesquisa, entre as características essenciais que irão compor o seu “molde conceitual”, é preciso que se tenha (DIEGUES, 2000, p. 87-88):

---

<sup>21</sup> Henyo T. Barreto Filho, no texto “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção” apresenta o entendimento de que existem duas conotações para a utilização do conceito populações tradicionais, aqui chamadas de povos ou comunidades tradicionais, por se entender que o uso do termo população não é adequado antropológicamente, já que como o próprio autor menciona em sua conclusão, “simplifica, atomiza e assujeita” (BARRETO FILHO, 2006, p. 138). De todo modo, retomando as conotações, a primeira delas é geral, ou seja, compreende que todo e qualquer povo tradicional poderá se enquadrar nessa categoria. A segunda, contudo, apresenta povos/comunidades tradicionais como o “resto”, ou seja, é uma categoria residual negativa, por compreender que aqueles que se enquadram nessa situação, não são indígenas, quilombolas ou seringueiros.

- a. Modo de vida: a construção de um modo de vida adequado ao ecossistema e seus recursos, permite a essas comunidades desenvolverem um modo de vida único.
- b. Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos: de geração em geração, os conhecimentos acumulados sobre a natureza são transferidos em família, permitindo que as presentes e futuras gerações saibam como o uso e o manejo dos recursos deverá ser feito (transmissão vertical).
- c. Noção de território ou espaço: é preciso que a comunidade tenha o conhecimento do ambiente onde reproduzem seus aspectos culturais, sociais e econômicos.
- d. Moradia e ocupação: em regra, ocupa-se um território por várias gerações, sendo ele o local da moradia dos antepassados, das presentes gerações e provavelmente, também, das futuras gerações. Há, portanto, a formação de um forte vínculo com o local habitado.
- e. Importância das atividades de subsistência: como supramencionado, os ribeirinhos transitam entre uma economia de troca e uma economia de mercado. O que se busca em regra é a subsistência e uma relação sustentável com a natureza, o que ocasiona uma acumulação de capital limitada. Ainda assim, atualmente, essas comunidades não podem mais ser vistas como “economias isoladas” ou “auto-suficientes”, já que, quando necessário, mantêm uma relação com a economia externa (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007, p. 8).
- f. Uso de tecnologias simples: há uma busca pela redução nos impactos ao ecossistema com a opção por tecnologias simples. Há ainda uma limitada divisão técnica e social do trabalho, que em regra é feito de maneira artesanal.
- g. Importância da unidade familiar, doméstica ou comunal: a família em seu núcleo mais simples, ou na forma de comunidade, é altamente respeitada em comunidades ribeirinhas, já que o conhecimento e manutenção das tradições depende das gerações anteriores para ser mantida.
- h. Importância da simbologia, mitos e rituais: para a boa execução da caça, pesca e demais atividades extrativistas, comunidades tradicionais tendem a se apegarem a determinados símbolos, mitos ou rituais.



i. Fraco poder político: comunidades, geralmente isoladas, possuem baixa representatividade nos locais em que habitam, e entre si, não possuem instituições políticas organizadas (TOLEDO, 2001, p. 2), se tornando dependentes dos centros urbanos, onde se concentra o poder político, para terem seus direitos básicos garantidos.

Vale mencionar que na atualidade, movimentos sociais organizados por comunidades tradicionais têm surgido como uma forma de se garantir maior representatividade e voz a essas comunidades. Ou seja, há uma mudança na forma com que comunidades tradicionais passam a ser ouvidas na sociedade, já que elas assumem uma posição de protagonismo na exposição de suas ideias.

A noção de fraco poder político, precisa, portanto, ser visto com cautela. Comunidades deixam de lado sua dependência política, abandonam a posição de meros sujeitos de políticas públicas, e se tornam agentes que atuam ativamente na defesa dos seus próprios direitos, reconhecendo primordialmente sua identidade coletiva.

j. Auto-identificação e hetero-identificação: são propostos como requisitos para que se identifique uma comunidade. A identificação pessoal de que aquela pessoa faz parte de uma cultura distinta do restante da sociedade, compreende a auto-identificação. Já a hetero-identificação acaba sendo feita por membros estranhos à comunidade tradicional.

Essas características foram originalmente desenvolvidas Antônio Carlos Diegues em “O mito moderno da natureza intocada” para se identificar comunidades tradicionais em um sentido amplo.

Apresentadas aqui como parte da construção de um conceito de identidade ribeirinha, é preciso que se compreenda que nem todas as características essenciais de Diegues condizem com a realidade atual. Contudo, com uma aplicação mais restritiva dos critérios apresentados, o sociólogo conseguiu consolidar as discussões nacionais sobre povos/comunidades tradicionais, influenciando assim, na formulação de leis específicas para esses indivíduos – as manifestações legais sobre comunidades tradicionais e ribeirinhas serão demonstradas nos tópicos a seguir.

### **A região amazônica na construção da categoria de ribeirinhos**

Do avanço dos programas governamentais voltados para a Amazônia, a luta pela definição das categorias de povos/comunidades tradicionais dessa região se intensificou. Com

o crescimento do desmatamento e a implantação de projetos de infraestrutura como rodovias e hidrelétricas, foi somente no final de 1980, com diferentes eventos protagonizados por ribeirinhos, seringueiros e quilombolas, que surgiram movimentos:

[...] pela manutenção de condições de vida pré-existentes a projetos e programas governamentais - ou induzidos pelo governo - e pela garantia do “efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à identidade” desses atores sociais. (ALMEIDA, 1994 apud BARRETTO FILHO, 2006, p. 132)

E assim, o que se quer demonstrar sobre as comunidades ribeirinhas da região amazônica? Essas comunidades, que dependem diretamente dos rios (e dos seus cursos d’água, várzeas e florestas de terra firme) para manterem suas tradições socioculturais, são produtos do histórico da região amazônica. Os grandes fluxos migratórios decorrentes de políticas públicas específicas para a Amazônia, bem como, o modelo de povoamento e exploração para a região, fizeram com que as populações ribeirinhas surgissem. Esses povos:

Herdaram da cultura indígena a prática tradicional de cultivos nas áreas de várzea, desenvolveram sistemas de criação de animais adaptados à sazonalidade de cheias e secas, além de aproveitarem os recursos das águas e da floresta por meio do trabalho extrativo. Tais atividades, voltadas predominantemente para o autoconsumo, com destinação do excedente para um sistema local de trocas não monetizado, eram (e ainda são) praticadas com maior ou menor autonomia, a depender da pressão exercida pelos ciclos econômicos hegemônicos ocorridos na região, com apropriação de seu território e de sua mão de obra para exploração de recursos naturais voltados para o mercado. (IPEA, 2015-1, p. 10)

Surge, como é comum no Brasil, uma população tradicional que é subordinada aos ciclos econômicos que se desenvolvem na Amazônia em função do interesse de elites. São aqueles que andam pelos rios (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007, p. 94), convivem com as políticas públicas e projetos de infraestrutura que são destinados para a região.

## IDENTIFICAÇÃO COM PREVISÕES LEGAIS

As relações que se formam, requerem o reconhecimento por parte do Estado, seja da sua estrutura organizacional dotada de direitos socioculturais, seja da sua relação diferenciada com

a noção de telúrico. Os ribeirinhos, como comunidades tradicionais, também se encaixam nessa categoria, e necessitam que Estado, de maneira proativa, atenda a sua população, de acordo com as suas particularidades (conhecimentos tradicionais, cultura e práticas).

Baseada nessa perspectiva, a parte seguinte dessa pesquisa se propõe a demonstrar quais instrumentos jurídicos (nacionais e internacionais) protegem as comunidades ribeirinhas, na sua condição de comunidades tradicionais que merecem tratamento diferenciado para o reconhecimento do seu direito de propriedade sobre territórios tradicionalmente ocupados.

No plano internacional, o reconhecimento de comunidades tradicionais, aqui em sentido amplo, conta com inúmeros instrumentos jurídicos. De instrumentos que apresentam direitos das minorias<sup>22</sup>, até instrumentos mais específicos, que procuram garantir que direitos culturais, econômicos, sociais e, até mesmo, ambientais, o que se procura aqui, é demonstrar que as comunidades ribeirinhas, na categoria de comunidades tradicionais, estão respaldadas, no quesito identificação e consequente reconhecimento de direitos específicos<sup>23</sup> pelo campo do direito internacional<sup>24</sup>.

### **O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), aprovado em 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e reconhecido no Brasil pelo Decreto n. 592/1992, procurou garantir a proteção dos direitos civis e políticos, como seu próprio nome já anuncia. Entre esses direitos, em regra, autoaplicáveis, logo em seu primeiro artigo (1.1), reconhece-se o direito à autodeterminação dos povos.

Essa autodeterminação, para os autores Samantha Meyer-Pflug e Roberto Senise Lisboa, tem seu conceito “[...] atrelado a busca de liberdade em relação ao Estado e aos outros.

---

<sup>22</sup> Para Giralda Seyferth o conceito de minoria possui diversos significados. Sejam minorias numéricas, políticas, étnicas ou raciais, religiosas, de gênero entre outros, para a antropóloga, o seu uso, hoje, é reduzido na análise de relações interétnicas. Para Louis Wirth, apresentado por Seyferth, “as minorias são definidas, sobretudo, por sua posição econômica e politicamente desvantajosa na sociedade” (WIRTH, 1945, apud SEYFERTH, 2002, p. 17). Cumpre ressaltar que o conceito de minoria compreende para este trabalho um conjunto de pessoas que são dotadas de identidade, modo de vida e tradições distintas do restante da população. A auto-identificação é um importante passo para o seu reconhecimento, já que é preciso que o indivíduo/grupo se identifique como pertencente a uma minoria, e que seja aceito como tal.

<sup>23</sup> Ressalta-se aqui que as menções ao direito de propriedade de comunidades tradicionais serão tratadas no tópico seguinte. Deste modo, pretende-se, no momento, focar somente na “identificação” dessas comunidades.

<sup>24</sup> Atenção para o fato de que o rol de instrumentos internacionais e nacionais a seguir apresentados não esgotam todas as possibilidades de identificação que podem ser empregadas para as comunidades ribeirinhas enquanto comunidades tradicionais.

Na verdade, representa de uma certa forma o controle sobre si mesmo” (BALERA; SILVEIRA; COUTO, 2013, p. 32), já que as minorias passam a buscar sua própria autonomia, seja ela territorial ou cultural (MOREIRA; GOMES, 2013, p. 474).

Tal conceito, também está vinculado a uma noção de liberdade de exploração dos seus recursos naturais. Garante-se o direito à vida, a dignidade da pessoa humana e a conservação das características tradicionais de determinados povos e comunidades, que, tendo autonomia para se valerem de seus recursos, acabam sendo incentivados a protegerem o seu modo de vida<sup>25</sup>.

Além da autodeterminação, o PIDCP apresenta em seu art. 27 disposições acerca do respeito à identidade nacional, étnica, religiosa ou linguística de uma minoria independentemente do reconhecimento ou não, desta população pelo Estado. Bem como, também prevê o direito de preservação das características únicas de uma minoria.

Art. 27. Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Existindo um sentimento de pertencimento, garante-se aos membros das minorias (étnicas, religiosas ou até mesmo linguísticas) que seus direitos, individuais e coletivos, devem ser assegurados pelo Estado.

Nesse sentido, a Observação Geral n. 23 do art. 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotada pelo Comitê de Direitos Humanos e publicada em 1994, tratava-se de mais uma análise sobre a forma de aplicação dos direitos das minorias. O distinguindo da autodeterminação, procura-se garantir que o cumprimento do art. 27 irá resultar na proteção da “vida cultural” de um determinado indivíduo, enquanto pertencente a uma minoria.

No que essa observação importa para comunidades tradicionais? Em um primeiro momento, é preciso se ter em mente que, mesmo que o direito previsto pelo PIDCP tenha sido individualmente desenvolvido, ele deve, e precisa, ser pensado de forma coletiva. Porque, o que se objetiva com a garantia do direito de minorias, é que esse grupo, com uma cultura/religião/língua distinta do restante da população, possa manter o seu distinto modo de vida.

---

<sup>25</sup> Em uma análise crítica da autodeterminação, questiona-se até que ponto as determinações internacionais quanto a esse direito estariam abertas a aceitarem que esses grupos possuem autonomia para decidirem sobre seu próprio futuro. Assim sendo, pode ser que essa autodeterminação esteja limitada ao que os Estados permitirem, e não ao que as comunidades tradicionais realmente desejam.

Também é relevante compreender que a conservação do modo de vida, incluso na categoria de cultura, prevista no artigo, também abarca a proteção do território e de seus recursos, já que estes estão intimamente ligados com a cultura e o modo de vida de uma minoria. Garante-se por meio dessa análise, que minorias contem com uma atuação positiva do Estado, cabendo a este último, garantir que esses grupos sejam efetivamente consultados, e possam se expressar livremente, diante de decisões que possam afetar a manutenção do seu modo de vida.

Do mesmo modo, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), também aprovado em 1966 por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi ratificado em 1992 no Brasil, pelo Decreto n. 591/1992. Objetivando, por meio de metas e tarefas dos Estados proteger os direitos econômicos e os direitos humanos que estavam atrelados ao Pacto, tal instrumento também garante a proteção do direito de autodeterminação dos povos. Aqui, vale ressaltar, os direitos estão muito mais atrelados existência de políticas públicas por parte do Estado, comparado ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que apresenta direitos que podem ser autoexecutáveis.

Dentre as disposições enunciadas pelo PIDESC, há o reconhecimento de que nenhum povo ou comunidade, de qualquer origem poderá ser discriminado, comprometendo-se os Estados a garantirem os direitos desses indivíduos:

Art. 2. [...] 2. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a garantir que os direitos nele enunciados e exercerão em discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.

Esse instrumento, todavia, não apresenta muitas disposições referentes a minorias, e por isso, deve ser aplicado em conjunto com o PIDCP, para que seja possível se traçar o início da identificação de povos e comunidades tradicionais nos instrumentos jurídicos internacionais.

### **Outros instrumentos internacionais voltados para a proteção de minorias**

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas é inspirada nas diretrizes do art. 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Aprovada em Assembleia Geral pelas Nações Unidas, em 1992,

tal declaração é uma norma prevista em um instrumento não vinculante, que transita entre a proteção individual e coletiva dos direitos das minorias.

Procura garantir que o indivíduo, sozinho, na posição de minoria, seja capaz de preservar sua identidade como tal. Bem como, também garante que como parte de um grupo maior, formado por uma determinada minoria, o Estado seja capaz, dentro das limitações, de preservar a soberania do seu país (seja pela perspectiva territorial ou política). Em ambas as situações, espera-se do Estado a promoção de medidas adequadas, sejam elas legislativas ou administrativas, para se garantir os direitos elencados pela Declaração (art.1.1).

Garante-se por meio desse instrumento que comunidades tradicionais possam exercer sua cultura, de acordo com a sua organização socioeconômica e, por que não, ambiental, sem qualquer tipo de preconceito. Garante-se ainda, o direito de participação, que nas palavras da declaração, compreende:

Art. 2. [...] 3. As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de participar efectivamente nas decisões adoptadas a nível nacional e, sendo caso disso, a nível regional, respeitantes às minorias a que pertencem ou às regiões em que vivem, de forma que não seja incompatível com a legislação nacional.

A participação na tomada de decisões é o reconhecimento de um direito essencial para povos e comunidade, que na condição de minoria, muitas vezes enfrentam decisões verticalizadas, e que não condizem com as realidades diferenciadas de cada minoria.

Encerrando o rol, que não tem nenhuma pretensão de apresentar todas as possibilidades de instrumentos jurídicos internacionais referentes a comunidades tradicionais, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, recepcionada no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 485/2006.

Esse instrumento apresenta algumas considerações quanto a proteção de minorias, no que tange a sua cultura, que não pode deixar de ser, ainda que brevemente, mencionado. Destaca-se a proteção dos direitos culturais de grupos como minorias e povos indígenas. Tais grupos dependem da possibilidade de livremente exercerem seus direitos sociais, como a autodeterminação, para conservarem o modo de vida que representa a sua cultura.

### **A Convenção 169/1989 da OIT**

A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos destaques dentre os instrumentos aqui apresentados, tem por escopo proteger povos indígenas e povos tribais de países independentes, garantindo o respeito a sua integridade como povos que

possuem características culturais, bem como, organização social e econômica, distintas do restante da população.

Aprovada no Brasil, por via do Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto n. 5.051/2004, tal instrumento é referência na proteção de direitos étnicos, e, portanto, essencial, nesse roteiro de identificação das comunidades tradicionais ribeirinhas.

Com a previsão do Artigo 1 há a delimitação dos sujeitos para qual a Convenção 169 foi desenvolvida. Importa aqui mencionar, o art. 1, 1. a), que trata dos povos tribais, e o item 2 do art. 1 que apresenta a noção de auto-identificação:

1. A presente Convenção aplica-se a:
  - a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais.
- [...]
2. A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.

O artigo 2 apresenta também delimitações para a aplicação desse instrumento. Usando de conceitos como “povos interessados”, “membros indígenas” e “demais membros da comunidade nacional”, importa aqui compreender, que para além da proteção, amplamente discutida, dos povos indígenas e tribais, outros grupos<sup>26</sup> poderão usufruir das disposições da Convenção, em função do seu “*statement of coverage*”<sup>27</sup>.

Segundo proposição do IUCN, inclui-se ainda como sujeitos da convenção:

- iii. Comunidades tradicionais que não são necessariamente chamadas de indígenas ou tribais, mas que compartilham uma mesma característica social, cultural e condições econômicas que os distinguem de outras partes da comunidade nacional. Inclui-se ainda, aqueles que tem seu status regulado completamente ou parcialmente por seus próprios costumes e tradições, e aqueles que tem seu modo de vida bem próximos do ecossistema e dos seus bens e serviços<sup>28</sup>. (IUCN, 2016, p. 2)

<sup>26</sup> Evita-se usar o termo população ao longo dessa dissertação, por ser considerado como uma forma de se homogeneizar os indivíduos, e afetar o reconhecimento da pluralidade de povos e comunidades tradicionais.

<sup>27</sup> Considerado com um princípio geral de orientação, o “*statement of coverage*” pode ser utilizado no processo de identificação de povos indígenas, tribais e comunidades tradicionais, considerando que cada localidade utiliza termos próprios para a identificação desses indivíduos.

<sup>28</sup> Do original: “iii. traditional peoples not necessarily called indigenous or tribal but who share the same characteristics of social, cultural, and economic conditions that distinguish them from other sections of the national community, whose status is regulated wholly or partially by their own customs or traditions, and whose livelihoods are closely connected to ecosystems and their goods and services” (tradução livre).

A inclusão de comunidades tradicionais no rol de proteção da Convenção n. 169 da OIT, nos permite se compreender que o cumprimento das disposições dessa Convenção, no que tange, sobretudo ao respeito pela autoidentificação e os direitos que dela decorrem, representa um dos incipientes passos do campo internacional para se reconhecer a pluralidade étnica que cada vez mais ganha destaque nas discussões da antropologia jurídica.

### **Convenção sobre a Diversidade Biológica**

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), elaborada em 1992 durante a ECO-92, garante direitos voltados para a preservação de comunidades tradicionais, locais e indígenas, pois reconhece a importância da atuação desses grupos na conservação ambiental de maneira sustentável.

Promulgada no Brasil pelo Decreto n. 2.519/1998, após sua assinatura em 1992 e ratificação em 1994, por meio do Decreto Legislativo n. 2/1994, coube ao artigo 8º prever que cabe a parte contratante da Convenção:

Art. 8. [...] j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Igualmente importante, o preâmbulo da referida Convenção compreende:

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes;

A Convenção sobre Diversidade Biológica está intimamente relacionada com as disposições da Convenção n. 169, que tem por objetivo reforçar os instrumentos de redefinição da política agrária, bem como, atualização das políticas ambientais e étnicas (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 10).



Das considerações dessas duas Convenções, então, qual conceito prévio se pode elaborar para comunidade tradicional? Hoje, esses povos ou comunidades, não são limitados a um determinado local e nem ao isolamento cultural, que os colocava na categoria de “povos da floresta primitivos”. Se superou, ao menos no campo de reflexão teórica, a noção de que as comunidades são imutáveis. E mais, há um avanço na tentativa de se consolidar o entendimento de que as comunidades tradicionais, para assim serem identificadas, não precisam partilhar das mesmas características para serem consideradas como tradicionais.

Importam as relações sociais que se desenvolvem. Importa que elas se tornaram, nas palavras de Alfredo Wagner de Almeida, adstritas ao sentido de “tradicional” (apud SHIRAISHI NETO, 2007, p. 11). São povos e comunidades, vistos por uma perspectiva social, com capacidade própria e que sabem que têm direitos (mesmo que haja uma dificuldade em por eles em prática).

### **Em termos nacionais, o que se encontra?**

Em uma perspectiva nacional, a Constituição Federal determina em seus artigos 215 e 216 a proteção dos direitos culturais. Essa foi uma das primeiras formas de se consagrar os direitos das comunidades tradicionais do Brasil. O que merece considerações positivas, já que se tornou um modelo para legislações estaduais e municipais e reafirmou o interesse brasileiro em dar cumprimento às disposições do campo internacional.

Por volta de 1992, com a Portaria n. 22-N, o IBAMA deu um dos primeiros passos para o reconhecimento de comunidades tradicionais pelo poder público. Com a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), tinha-se como objetivo:

Art. 2º - O CNPT tem por finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais, através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais e, especificamente: a) desenvolver estratégias e fomentar ações visando o desenvolvimento sustentado e, a livre determinação sobre a evolução dos perfis culturais das Populações Tradicionais, b) implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas, em conjunto com as Populações Tradicionais que as ocupam, c) promover e fomentar estudos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento das Reservas Extrativistas e das bases econômicas, sociais e culturais das Populações Tradicionais que as manejam; d) apoiar, promover e fomentar a industrialização e

comercialização dos produtos e recursos naturais manejados pelas Populações Tradicionais, e) apoiar, quando estabelecido em acordos específicos, as ações de responsabilidade de outros órgãos governamentais, que estejam em consonância com os objetivos do CNPT; f) promover a articulação com instituições federais estaduais e municipais visando a obtenção de apoio política, técnico e financeiro, para a implantação das ações demandadas pelas Populações Tradicionais g) promover a articulação com os órgãos governamentais, organizações não-governamentais e representações das Populações Tradicionais, visando subsidiar a definição de políticas e implementação das ações demandadas Pelas Populações Tradicionais, h) promover a articulação com as Diretorias e Superintendências do IBAMA, SEMAM, Universidades e Institutos de Pesquisa, visando a obtenção de subsídios e apoio técnico necessário ao desenvolvimento, implantação e implementação dos planos, programas, projetos e ações de interesse das Populações Tradicionais; e i ) implantar em conjunto com o Centro Nacional de Informação Ambiental, um subsistema de informações, tendo como referência os planos, programas, projetos e ações implementados, visando a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias relacionadas à problemática das Populações Tradicionais.

Trata-se, portanto, de uma “resposta governamental às demandas expressas pelas populações que tradicional e culturalmente subsistem do extrativismo e dos recursos naturais renováveis” (VIANNA, 1996, apud BARRETTO FILHO, 2006, p. 134). Apresentado com um modelo *sui generis* por conciliar os interesses das populações tradicionais com a destinação dos recursos, o conceito de “população tradicional” aqui apresentado era considerado como flexível por considerar que aqueles que tradicionalmente e culturalmente retiram sua subsistência do extrativismo de bens naturais renováveis (MURRIETA, RUEDA, 1995, p. 51) eram sujeitos das disposições do CNPT.

Tal reconhecimento teve significativo avanço com o Decreto de 27 de dezembro de 2004 – modificado pelo Decreto de 13 de julho de 2006. Com a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), hoje Conselho Nacional dos Povos e Comunidade Tradicionais (CNPCT), em função do Decreto n. 8.750/2016 que revogou os decretos previamente mencionados, procurou-se garantir, por meio de políticas públicas, a instituição de um órgão capaz de promover o desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais (art. 2, II).

Em decorrência do surgimento desse órgão, também se desenvolveu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Instituída pelo Decreto n. 6.040/2007, esta política é de competência do CNPCT, que deverá coordenar sua implantação de modo intersetorial e integrada.

Procura-se, nas palavras do Ministério do Meio Ambiente (MMA) garantir uma ênfase ao: “reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (art. 2, CNPCT).

O art. 3, I, do Decreto n. 6.040/2007 identifica povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.<sup>29</sup>

Garante-se força ao reconhecimento, seja na sua forma de auto-reconhecimento, seja na forma de hetero-identificação, que para além do reconhecimento pessoal, procura identificar o cumprimento de critérios em um modelo bem próximo ao de uma lista com critérios. Cumprir os requisitos permite que a comunidade tradicional seja reconhecida como tal.

Nesse espectro de reconhecimento amplo, vale mencionar a Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Quando seu projeto de lei ainda estava em discussão, cogitou-se apresentar nas disposições preliminares um artigo com o conceito de “população tradicional”<sup>30</sup>. Contudo, por ser um conceito que gerou amplas controvérsias quanto a sua delimitação, coube no final, aos artigos 4º, 5º, 17, 18, 20, 23, 29, 32, e 42, apresentarem as expressões “populações tradicionais” e “populações extrativistas tradicionais”.

Apesar de não ter um artigo específico que viesse a consolidar esse conceito, a Lei do SNUC permitiu que com a junção das proposições dos artigos supramencionados, fosse possível formar uma breve conceituação. Sendo assim, garante-se a esses povos e comunidades tradicionais, seu reconhecimento como importantes promovedores do desenvolvimento sustentável local e regional, por serem “populações” tradicionais, que subsistem com base na exploração de recursos naturais.

## E OS RIBEIRINHOS DE BELO MONTE?

<sup>29</sup> Essa mesma definição foi aplicada na Lei n. 13.123/2015, também conhecida como “Marco da Biodiversidade” ou “Lei de Acesso ao Patrimônio Genético”.

<sup>30</sup> Elaborado por Diegues, o conceito compreendia como população tradicional os “grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (BARRETTO FILHO, 2006, p. 135)

Afinando o filtro no processo de identificação dos ribeirinhos, que partiu de uma análise dos direitos referentes às minorias até chegar em comunidades tradicionais, considera-se que seu reconhecimento, não só como comunidade tradicional no Brasil, mas como, indivíduo ribeirinho, acontece no Art. 4, par. 2, XXV do Decreto n. 8.750/2016.

Garante-se a esses indivíduos a posição de membros da sociedade civil que podem integrar o CNPCT. Há, portanto, o reconhecimento de uma posição de categoria representativa, que dentro dos inúmeros povos e comunidades tradicionais no Brasil, precisam garantir a defesa dos seus interesses de acordo com o seu modo de vida peculiar.

Alfredo Wagner (2008), ao analisar as terras tradicionalmente ocupadas no Brasil, constatou que os ribeirinhos são uma categoria de comunidades tradicionais que contam com uma limitada proteção legislativa. Em 2004, tal autor havia constatado a inexistência de artigos voltados para o reconhecimento e proteção da comunidade ribeirinha. Quatro anos depois, em uma reformulação do seu artigo, reconsiderando seu posicionamento, o antropólogo incluiu a Constituição Estadual do Amazonas de 1989 como uma das referências legislativas.

Interessante notar que essa Constituição possui um Capítulo específico para “população ribeirinha” e “povo da floresta”. No Capítulo XIII, contudo, dos seus três artigos, do art. 249 ao art. 251, dois deles são, claramente, voltados para povos indígenas. Restando ao art. 251, falar de “população ribeirinha” para garantir a esse grupo (entre outros que não são relevantes para esse tópico), que o Estado deverá promover o acesso aos direitos propostos pela Constituição Federal; pelo art. 54 do Ato das Disposições Constituições Transitórias (ADCT), que trata dos seringueiros; pelo art. 203, V da Constituição Federal; e pelas disposições constitucionais que tratam de assistência, saúde e previdência.

Nesse contexto, o Estado do Pará, assim como o Estado do Amazonas, também foi submetido as mais diversas políticas públicas voltadas para a expansão da região amazônica, originando a criação de grupos tradicionais, para além daqueles que historicamente já ocupavam a região. Esperava-se que, do mesmo modo, sua Constituição fosse tão inclusiva quanto a do estado vizinho. Contudo, da pesquisa dos termos “povos”, “comunidades”, “ribeirinhos” e “tradicional”, somente existe uma menção expressa à ribeirinhos em sua Constituição Estadual.

No Capítulo III, “Da política agrícola, agrária e fundiária”, prevê-se:

Art. 239. A política agrícola, agrária e fundiária será formulada e executada com a efetiva participação dos diversos setores de produção, comercialização e consumo, especialmente empresários e trabalhadores rurais representados por suas entidades sindicais, visando a fixação do homem nas zonas rurais,

propiciando-lhe melhores condições de vida, justiça social e o aumento de produção agropecuária, principalmente da produção de alimentos, através do implemento de tecnologias adequadas às condições regionais, nos termos da lei [...].

§ 5º. O Estado dará a devida assistência, especialmente através de seu órgão fundiário e da Defensoria Pública, quando for o caso, para que os **ribeirinhos**, sem qualquer ônus para eles, possam regularizar ou legalizar a posse das terras que habitem. (grifo nosso)

E o que isso significa? Significa que o Estado do Pará, apesar de ser um estado onde diversas categorias de comunidades tradicionais habitam, é marcado pela ausência de instrumentos normativos locais inclusivos. E isso dificulta, e muito, o processo de identificação e proteção das comunidades ribeirinhas na região.

Como já se demonstrou, os efeitos (positivos e negativos) oriundos do processo de instalação e funcionamento de Belo Monte não ficaram limitados a região de Altamira. Dentre as áreas identificadas como ADA, AID, AII e AAR, incluíam-se municípios vizinhos como Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, que também foram afetados pelo empreendimento, cada um ao seu modo.

Dessa maneira, os ribeirinhos de Belo Monte a quem nos referimos ao longo dessa pesquisa, não estão limitados à região de Altamira. Ou seja, para além dos ribeirinhos que foram visitados durante a Inspeção Institucional promovida pelo Ministério Público Federal do Estado do Pará, no ano de 2015, resultado do Edital de Comunicação expedido no âmbito do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, também existem inúmeras outras famílias e vizinhanças que foram (direta ou indiretamente afetadas) pela UHE Belo Monte.

Para se construir um panorama fiel a realidade, poderia se pensar em tentar analisar a situação de todos aqueles que foram impactos pela obra. Contudo, para se ter uma noção, somente por meio do “Relatório de Inspeção Interinstitucional”, no qual se obteve um resumo da avaliação *in loco* da situação dos grupos ribeirinhos atingidos pelo processo de remoção compulsória de Belo Monte, identificaram-se como comunidades afetadas as famílias das seguintes áreas: Ilha do Triunfo, Arroz Cru, Barragem do Pimental, Ilha do Paratizão, Ilha do Taioaba, Comunidade Santo Antônio, Ilha da Barriguda, Ilha do Poção, Ilha Dois Corações, Ilha do Mansur, Ilha do Moriá, Ilha do Bacabal e Ilha da Taboca.

Essas, são apenas algumas das ilhas visitadas pelos pesquisadores e representantes de órgãos oficiais relacionados à construção de Belo Monte. São comunidades, que segundo o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), além das atividades tradicionais, como pesca e agricultura, não possuem formas diversificadas de se inserirem na economia regional. Mas, ainda assim, são tradicionais, porque reúnem um conjunto de características

distintivas como: ligação com o local habitado/em uso (importância do telúrico); presença de fatores políticos e de organização que fazem com que uma comunidade seja quem ela é, e, portanto, distinta das demais comunidades tradicionais.

O que se sabe, até o presente momento, com os levantamentos realizados, é que:

A construção de um empreendimento do porte de Belo Monte implica: [...] além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam. (VAINER, 2003, p. 4)

Por isso, o Relatório de Inspeção Interinstitucional também objetivou avaliar se as opções de mitigação dos impactos ofertadas pelo empreendedor estavam de acordo com a necessidade das comunidades locais (Edital de Comunicação de Inspeção *in loco*). Dessa análise, também foi preciso passar por questões de identidade, já que falar de posse para ribeirinhos, é tratar do seu modo de vida.

Resultado das visitas realizadas *in loco* por três equipes de Inspeção, o mencionado relatório permitiu a elaboração da sistematização de 55 constatações oriundas das inspeções realizadas localmente. Destacaram-se como problemáticas:

a. O descumprimento das premissas do PBA, que determinava que o deslocamento compulsório deveria ser feito de modo a (1) “Definir a melhor opção para cada grupo de atingido, de maneira a atender suas demandas, esclarecendo-o sobre seus direitos”; e (2) “Garantir transparência na aplicação dos fundamentos jurídicos e técnicos das indenizações, para que sejam justas” (NORTE ENERGIA, 2011, Vol. 02, Item 04, p. 18).

b. A posição dos ribeirinhos como invisíveis durante o procedimento de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, em função do seu distinto modo de vida, que foi ignorado. O mesmo aconteceu com famílias de indígenas e de pescadores tradicionais que assim como os ribeirinhos “viviam juntas, com práticas comunitárias tradicionais e [...] não tiveram tratamento adequado à sua condição de 'povos e comunidades tradicionais'” (Constatação n. 39)

c. Insuficiência das reparações, considerando que a complexidade da organização do modo de vida ribeirinho, tanto do ponto de vista social, econômico e afetivo. Bem, como a limitação nas opções de escolha das reparações. Cartas de crédito, indenizações ou reassentamentos em áreas distantes dos rios, eram as únicas três opções que foram impostas aos deslocados. As duas

últimas, são as mais utilizadas recentemente, sendo que, vem se consolidando, conforme análise, mais como uma imposição do que com uma opção as atingidos pelo empreendimento.

Cumprir ressaltar que a concessão de “Cartas de Crédito” foi uma alternativa de compensação abandonada porque, segundo informações apresentada pelos próprios ribeirinhos no “Relatório de Inspeção Interinstitucional”, foi vetada pelo IBAMA. Considerada como uma “uma forma de transferência para o atingido da responsabilidade do empreendedor de localizar áreas para cumprimento das condicionantes do licenciamento” (MPF-PA, 2015, p. 24, Constatação n. 28), esse modelo de compensação era aquele que ao longo das falas dos ribeirinhos denotava maiores problemas na sua aplicação prática.

Com um valor de compensação que não se compara as baixas indenizações concedidas atualmente, e ainda, fora dos padrões para a aquisição de um terreno no rio Xingu, ou mesmo, na cidade com localização próxima ao rio, a “Carta de Crédito” era concedida por meio de “Contrato particular de compromisso de compra e venda e de concessão de relocação assistida”.

Entre suas cláusulas constava que:

1. A relocação assistida estava sendo feita conforme o pleito do “promissário comprador”, no caso os ribeirinhos.
2. Existia previamente uma residência “única e exclusiva”, que seria desapropriada pelo “Interveniente”, no caso a Norte Energia.
3. Haveria renúncia por parte do “promissário comprador” a “qualquer outro benefício previsto no Projeto Básico Ambiental da UGE Belo Monte e decorrente de qualquer outro bem ou direito existente dentro da área de abrangência do empreendimento referido, conferindo plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação quanto ao benefício pago e satisfeito, para nada mais reclamar em razão da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.”
4. O “promissário comprador” deveria declarar estar ciente de que não iria receber nenhuma outra indenização em razão da instalação da UHE Belo Monte.
5. E por fim, o “promissário comprador” confirma que foi advertido “expressamente e inúmeras vezes” pela Norte Energia para não investir no imóvel que se tornou objeto desse contrato, porque a área seria inferior (não se especifica em tamanho ou qualidade) ao que recomenda o EIA/RIMA e o PBA da UHE Belo Monte.

“Entretanto, ainda assim, mas de forma livre, espontânea e soberana, não sendo coagido por qualquer pessoa, confirma e insiste na vontade de adquirir o imóvel, isentando a INTERVENIENTE de qualquer responsabilidade”<sup>31</sup>.

Como se pode notar, o documento trata da questão de propriedade de maneira estritamente técnica. Não há nenhuma comprovação de que a celebração do contrato para a concessão da carta de crédito estava sendo feito com todos os devidos esclarecimentos sobre as implicações de todas as cláusulas contratuais que estavam sendo acordadas. Considerando que uma das partes, era um membro de uma comunidade ribeirinha, conforme previsão do PBA, no Vol. 02, Item 04<sup>32</sup>, estava clara a necessidade de se ter um acompanhamento próximo por parte de pessoas que se comprometeriam com uma análise objetiva das propostas do empreendedor.

d. A ignorância quando as peculiaridades da dupla-moradia de ribeirinhos.

Um dos tópicos, relativos a propriedade que foi mais citado durante todo relatório, além da própria questão do deslocamento e suas indenizações, foi a dupla moradia. Parte da noção diferenciada da propriedade dos ribeirinhos, ter a casa no rio e a casa na rua (cidade) é o mesmo que ter somente uma moradia, já que para eles “[...] você fica ocupando os dois lugares ao mesmo tempo, a vida toda... (Sr. Antônio)” (MPF-PA, 2015, p. 7).

Assim, os dois lugares são sua casa. E a perda de um deles, para aqueles que possuíam condições de ter essas duas casas, significava que haveria um impacto na vida, já que, ao serem consultados, manifestaram claramente que “se tirar um vai fazer falta. (Da. Rita)” (MPF-PA, 2015, p. 7).

Logo no início das discussões de reassentamento, quando a Norte Energia ainda não reconhecia a existência de uma propriedade diferenciada para os ribeirinhos, um dos argumentos utilizados pela empresa para desconsiderar a dupla moradia residia no fato de que

---

<sup>31</sup> O contrato particular de compromisso de compra e venda e de concessão de relocação assistida aqui analisado foi obtido durante a realização de uma das entrevistas feitas em Altamira em fevereiro de 2017. Sendo assim, destaco que não há certeza quanto a existência de cláusula semelhante em outros contratos ou se somente esse contrato contaria com esse aviso por parte da Norte Energia. Contudo, cumpre ressaltar que o ribeirinho que foi o “promissário comprador” desse terreno, durante nossa conversa, me explicou que não teve, antes da assinatura do contrato, qualquer tipo de acesso ao mencionado lote que estava sendo adquirido. Sendo que hoje, sua casa na rua, que teve oportunidade de conhecer, é uma casa que já possuía antes da instalação do empreendimento da UHE Belo Monte. O “Relatório de Inspeção Interinstitucional” chama situações como essa, de um “mercado de carta de crédito”.

<sup>32</sup> Como previamente mencionado, o PBA determinava que o deslocamento compulsório deveria ser feito de modo a (1) “Definir a melhor opção para cada grupo de atingido, de maneira a atender suas demandas, esclarecendo-o sobre seus direitos”; e (2) “Garantir transparência na aplicação dos fundamentos jurídicos e técnicos das indenizações, para que sejam justas” (NORTE ENERGIA, 2011, Vol. 02, Item 04, p. 18).



“a casa na cidade fica abandonada e não se caracteriza como moradia dos ribeirinhos”. (Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, p. 37)

Esse argumento foi seguido pela necessidade de se escolher entre a casa do rio e a casa da rua. Em situações em que os ribeirinhos eram duplamente afetados, porque tanto a casa no rio, como a casa na rua seriam alagadas com o enchimento do reservatório:

CONSTATAÇÃO n.08: Verificou-se que a empresa Norte Energia impõe ao ribeirinho a necessidade de escolher entre ser reparado por sua casa na cidade ou pela sua moradia na ilha, quando as duas lhe são igualmente essenciais [...]

CONSTATAÇÃO n.09: Verificou-se que ao exigir-se do pescador que opte entre ser rural ou ser urbano, está-se lhe impondo a necessidade de abrir mão de uma parte de um todo indivisível, indispensável ao seu modo de vida e à sua subsistência (MPF-PA, 2015, p. 22)

Hoje, a dupla moradia é vista como um direito reconhecido, capaz de justificar a tentativa de retorno para o rio, daqueles que antes foram forçados a fazer uma única escolha, entre o urbano e o rural. Entre ser da rua ou ser do rio. Para as comunidades ribeirinhas, essa opção nunca deveria ter sido imposta.

e. E, o descaso com o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de alguns ribeirinhos, que tinham o documento de regularização fundiária concedido pela União, através da SPU.

Conclui-se que, através desse levantamento foi possível compreender que as formas antropológicas e jurídicas de identificação de comunidades ribeirinhas, são um passo necessário, dentro do próprio Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39, para se entender quem são os ribeirinhos e qual a organização social e econômica peculiar que essas comunidades tradicionais devem ter salvaguardadas diante de um grande empreendimento como a construção e operação da UHE Belo Monte.

No campo da antropologia foi possível compreender que a definição de “comunidade tradicional”, por parte do “nós” abarca também as comunidades ribeirinhas. Já para o Direito, a construção de uma definição para os “velhos” ribeirinhos, traz uma incipiente proteção para as comunidades tradicionais de maneira ampla, e uma proteção que depende de uma interpretação já que as manifestações acerca dos ribeirinhos não são tão completas, quanto o modo de vida dessas comunidades exige.

Resta ressaltar a importância desses pontos, considerando que os mesmos serão base para se compreender que as noções de identidade ribeirinha são produtos de uma construção

antropológica, e, sobretudo, legal, ainda em construção, e em constante alteração, já que com a instalação de UHE Belo Monte, novas categorias de ribeirinhos foram surgindo.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NA FORMA DE PROPRIEDADE<sup>33</sup> PARA COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO INQUÉRITO CIVIL N. 1.23.003.000078/2015-39

Considerando que a questão da identidade se demonstrou de significativa relevância ao se estudar a questão ribeirinha, entendo que a propriedade possui um importante papel para a conservação do modo de vida ribeirinho, bem como, para a definição de comunidade tradicional, já que, adotando o posicionamento de Henyo Barretto Filho, compreende-se que mais do que o tempo, o espaço é aquilo que define uma comunidade como tradicional<sup>34</sup>.

Por isso, saber quais são as disposições relativas a essa propriedade tanto no âmbito internacional, como nacional, é um passo fundamental para se compreender como a construção e operação da UHE Belo Monte vem afetando as comunidades ribeirinhas locais.

#### O TRATAMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE NO CAMPO DO DIREITO INTERNACIONAL

No campo do direito internacional, como se viu ao longo do capítulo de identificação, inexistente menção expressa sobre ribeirinhos. Compreensível, já que se trata de uma, entre as mais diversas categorias de povos tradicionais que são encontrados no Brasil. Além disso, adianta-se que a categoria de “ribeirinho” também se confunde com outras denominações sociais, como pescadores e beiradeiros.

De todo modo, implica ressaltar que a análise a ser realizada aqui vai considerar que comunidades ribeirinhas, constituem ao seu modo, em uma concepção exógena, minorias que desenvolvem práticas tradicionais. Portanto, qualquer consideração sobre minorias aqui feita,

---

<sup>33</sup> Com o início desse tópico apresento uma importante consideração. Apesar de existir uma clara diferença no campo do direito civil na aplicação dos conceitos de posse e propriedade, essa distinção aqui, foi deixada de lado para a livre utilização dos termos “posse, propriedade e domínio”. Acrescento que falar de propriedade e explicar esse conceito aos ribeirinhos já se demonstrava uma tarefa com complicações, incluir ainda sua distinção, com relação ao conceito tradicional de posse geraria, algumas complicações para essa pesquisa. Sendo assim, considerando ainda que a relação tradicional dos ribeirinhos com sua propriedade e meios de subsistência é distinta da relação tradicional de propriedade que a sociedade do “nós” está acostumada a empregar, o uso desse termo aqui, já vinha sendo utilizado de uma maneira *sui generis*.

<sup>34</sup> Mesmo que o conceito apresentado por Henyo Barretto Filho em “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política” seja voltado para a definição de comunidades tradicionais inseridas em áreas de proteção ambiental, o mesmo importa para a compreensão das noções de propriedade porque há uma preocupação em incluir “indivíduos, famílias, comunidades e grupos [...] que ocupam, residem ou usam, regular ou recorrentemente, um território específico”, como, pessoas ou grupos sociais que são mutáveis e sofrem influências do tempo, moldando, assim, a sua constituição.

será com a intenção de estender as considerações às comunidades tradicionais dos ribeirinhos, e não, para se reforçar essa condição de minoria, como já se demonstrou previamente.

### **Convenção 169 da OIT**

Analisando a Convenção n. 169 da OIT, constata-se que há uma proteção de direitos coletivos. Prevê no Artigo 7º que:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Compreende-se que para povos tradicionais propriedade representa conservação e desenvolvimento. Pode parecer até um pouco contraditório, em uma abordagem marcada pelas concepções do desenvolvimento econômico, mas a preservação da propriedade implica em uma série de impactos positivos para comunidades tradicionais, e por isso, o resguardo desse direito colabora com a conservação do modo de vida tradicional, e permite que haja desenvolvimento, seja ele econômico ou cultural.

A Convenção prevê ainda, em sua Parte II, uma seção específica para regular a maneira com a propriedade desses povos é protegida. Destaque para o artigo 13, I, que regula que:

[...] os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

As determinações da Convenção com relação ao aspecto de propriedade abarcam diversos aspectos como:

a. Reconhecimento do direito de posse e propriedade sobre as terras que ocupam, bem como, o direito de utilizar terras que não são exclusivamente ocupadas por eles, mas que estão diretamente relacionadas a sua subsistência e atividades tradicionais (artigo 14);

b. Direito de acesso dos povos indígenas aos recursos naturais (Artigo 15.1);

c. Proteção aos recursos naturais, direito de consulta e indenização por danos causados em função da exploração de seus recursos naturais (Artigo 15.2);

d. Direito de não ser deslocado das terras que ocupam, sendo que, o traslado ou reassentamento somente serão aceitos em casos excepcionais, com o consentimento desses povos, cabendo o retorno a suas terras de origem quando cessar o motivo do deslocamento ou o recebimento de terras adequadas, que estejam na mesma proporção e qualidade se comparadas com as terras que anteriormente ocupavam (Artigo 16).

A Convenção n. 169 da OIT passa a delimitar a questão da proteção para as comunidades tradicionais (tribais e indígenas), estabelecendo padrões de interpretação e direitos humanos fundamentais para estes povos. Nesse contexto, se mantém a necessidade de participação das comunidades tradicionais na elaboração de projetos de desenvolvimento que irão afetar sua sobrevivência cultural. É uma forma de compatibilizar os interesses do desenvolvimento econômico com os interesses tradicionais, cabendo ao governo que proceda com a realização de estudos sobre os impactos que poderão acontecer no meio ambiente ocupado.

Esse direito, contudo, precisava de um resguardo quanto as possibilidades de sua violação. Por isso, a Convenção n. 169 não deixou de prever formas de proteção que se somam com as noções de reparação no caso de danos. Cabe entender que:

#### Artigo 16

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente artigo, os povos interessados não deverão ser trasladados das terras que ocupam.
2. Quando, excepcionalmente, **o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa.** Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.
3. **Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.**
4. **Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais àqueles das terras que ocupavam anteriormente, em que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.**

5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento. (grifo nosso)

É inegável a importância deste dispositivo, pois, coube a ele regulamentar de que forma as reparações irão acontecer no caso de deslocamento forçado. Elenca-se como principais pontos: a possibilidade de retorno aos territórios despojados e as formas de reparação, na impossibilidade de retorno, com restituição em terras ou compensação econômica.

Por sua vez, a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), na mesma linha de raciocínio, irá dispor em seu artigo 21, o que será o direito de propriedade (aplicável a todos os indivíduos):

1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo de seus bens. **A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.**
2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, **salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei.**
3. Tanto a usura, como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem, devem ser reprimidas pela lei. (grifo nosso)

A interpretação desse instrumento, poderá, portanto, acontecer de maneira ampla, abrangendo como bens, as coisas apropriáveis, assim como, todo direito e interesse integrantes do patrimônio de uma pessoa.<sup>35</sup> A propriedade não pode ser vista de maneira limitada aos entendimentos legais internos de um país, é preciso que ela seja interpretada de maneira autônoma, permitindo assim, que a proteção do direito de propriedade seja mais efetiva.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), com base no documento “*Indigenous and tribal people’s rights over their ancestral lands and natural resources: norms and jurisprudence of the Inter-American Human Rights System*”, estabelece, que Estados possuem “a obrigação de respeitar e restaurar o direito de propriedade comunal das comunidades indígenas e tribais, além de ‘garantir terras, de graça, em quantidade e qualidade suficiente para a conservação e desenvolvimento do meio de vida dessas comunidades’”<sup>36</sup>

Por fim, complementa-se esse apanhado de considerações sobre o direito de propriedade em uma perspectiva internacional, com a pesquisa “*A property rights approach to understanding human displacement from protected areas: the case of marine protect areas*”

<sup>35</sup> Previsão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, julgado em 31 de agosto de 2001, par. 144.

<sup>36</sup> Texto original: “the obligation of respecting and restoring indigenous and tribal peoples’ rights to communal property, and to ‘the granting of lands, at no cost, of sufficient extent and quality to conserve and develop their ways of life’” - tradução livre (OEA, 2010, p. 135-136, par 376).

elaborada pelo “*Conservation Science Program*”. Tal pesquisa apresenta o direito de propriedade nas seguintes formas:

- a. Direitos de acesso: o acesso de recursos de determinada área está atrelado a um povo que está socialmente e culturalmente associado a ela.
- b. Direitos de retirada: diretamente relacionado ao “direito de acesso”, consiste na possibilidade de exploração de um recurso, ou direitos de uso. A retirada da possibilidade de exploração seria uma forma de deslocamento.
- c. Direitos de gerenciamento: atrelado ao “direito de retirada”, compreende o uso os recursos e seu beneficiamento.
- d. Direitos de exclusão: trata-se da possibilidade de se limitar o acesso a determinada área ou recurso, podendo até impedir que outros tenham acesso. Pode funcionar de maneira positiva, como uma proteção de um determinado direito, pois funciona como um limitador de acesso a propriedade.
- e. Direitos de alienação: engloba os direitos de alienação, ou seja, de transferência do manejo dos recursos e da limitação do acesso a propriedade.

A violação de qualquer forma desses direitos, gera impactos negativos ao modo de vida de comunidades tradicionais. No caso dos ribeirinhos, é importante mencionar, que como comunidade tradicional, eles optam, dentro da sua organização social, marcada por parentesco, ajuda mútua e solidariedade dentro do grupo, por uma repartição, de maneira intra-grupo, do acesso aos bens vegetais e animais, bem como da terra. (DIEGUES, 2000, p. 66)

## DIREITO DE PROPRIEDADE EM UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Partindo-se de uma perspectiva histórica, com a intensificação dos investimentos brasileiros em infraestrutura, existiu também um impacto nos fluxos migratórios nacionais. E, essa modificação na ocupação espacial também acabou por gerar o que Little denomina de uma “nova onda de territorializações” (LITTLE, 2004b, p. 266), através do qual aqueles, anteriormente invisíveis, começaram a lutar pela formação de novas categorias sociais adequadas às suas realidades.

Ou seja, para além do modelo geral de propriedade privada e pública, foi somente em torno da década de 70 e 80, que se começou a discutir nacionalmente, o que era propriedade para comunidades tradicionais. Há uma construção feita por duas vias, uma acadêmica, que

procura estudar as territorialidades existentes, para poder, então, subsidiar a discussão política necessária para o reconhecimento legal destes territórios em discussão.

Tendo isso mente, tratar das disposições nacionais acerca do direito de propriedade de comunidades tradicionais requer um refinamento na pesquisa, que não é necessário quando a análise era feita somente no campo internacional. Mas, isso não significa dizer que inexistem disposições aplicáveis às comunidades tradicionais ribeirinhas, em nosso ordenamento jurídico interno. Na realidade, como já se expressou, requer-se um refinamento da pesquisa, no sentido de construir uma noção geral, com base nas disposições dispersas que encontramos ao longo da pesquisa.

Sendo assim, o primeiro instrumento a ser analisado será a Constituição Federal de 1988. A defesa do multiculturalismo e do pluralismo étnico<sup>37</sup> como base para a formação de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, que já consta em seu preâmbulo, representa por uma perspectiva jurídica um avanço na proteção de duas comunidades tradicionais específicas: os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Em primeiro lugar, os artigos 215 e 216 determinaram a defesa do pleno exercício de direitos culturais. Cabendo ao Estado proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215, par. 1 da Constituição Federal).

Essa proteção já conta como um elemento determinante para a identificação de povos tradicionais, pois a proteção da cultura está diretamente relacionada com a proteção dos espaços que esses aspectos culturais requerem para se desenvolver.

Partindo dessa premissa de salvaguarda de direitos culturais, a proteção dos povos indígenas aconteceu no artigo 231, reconhecendo os indígenas “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...]” (art. 231 da Constituição Federal).

De competência da União, já se determinou a quem cabia a demarcação e proteção de terras indígenas, bem como, quais terras seriam consideradas como indígenas: “[...] as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as

---

<sup>37</sup> Segundo Giralda Seyferth o multiculturalismo apresentado pela Constituição Federal deve ser visto a partir de duas perspectivas. A primeira compreende que o discurso de igualdade, com a proposta do multiculturalismo, estaria dando lugar à tolerância para com a pluralidade. A segunda, contudo, entende que “o discurso multiculturalista coloca grupos étnicos e minorias à parte do corpo nacional, o que significa uma acomodação à persistência das desigualdades.” (SEYFERTH, 2002, p. 40) O que se busca ressaltar aqui, é que a leitura de proposições acerca do multiculturalismo, defendido pela Constituição Federal, precisa ser feita com cuidado.

necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Art. 231, §1º da CF).

No que tange a proteção dos quilombolas, coube ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determinar que caberá ao Estado a emissão de títulos para o reconhecimento da propriedade definitiva das propriedades ocupadas por remanescentes das comunidades do quilombo.

O segundo instrumento de relevante importância foi a Lei n. 9.985/2000. Mencionada previamente como a lei responsável pela constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), prevê em artigo 42 a possibilidade de realocação de “populações tradicionais” que residem em unidades de conservação, onde a permanência das comunidades não foi permitida.

Nessa hipótese, o deslocamento deverá ser indenizado/compensado pelas benfeitorias pré-existentes, bem como, as comunidades deverão ser realocadas, sem que se tenha “prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações” (art. 42, par. 2).

Apesar de ser uma construção voltada para povos tradicionais em unidades de conservação, a interpretação poderá ser expandida para os demais povos e comunidades tradicionais, quando estes se encontrarem em uma situação de ameaça a sua propriedade.

Compreende-se, portanto, que desse artigo é possível extrair um padrão mínimo a ser cumprido quando se requer a realocação compulsória de comunidades tradicionais. Será preciso, deste modo, que se cumule uma indenização/compensação com a realocação, que deve levar em conta a conservação do modo de vida da “população tradicional”.

O terceiro instrumento a ser analisado está voltado para a internalização da aplicação da Convenção n. 169 da OIT. Por via do Decreto Legislativo n. 143/2002, aprova-se o texto da Convenção n. 169 da OIT. E, com o Decreto n. 5.051/2004 foi promulgada a Convenção n. 169.

Importa aqui mencionar que com a internalização da Convenção n. 169, todas as disposições relativas a comunidades tradicionais que são apresentadas nesse instrumento internacional, podem ser aplicadas internamente.

Para o caso de Belo Monte, importa destacar o artigo 14:

Artigo 14. 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de **propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam**. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas **medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras** que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de



subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. (grifo nosso)

Por fim, o Decreto Federal n. 6.040/2007, pode ser apresentado como último instrumento legal, a ser apresentado aqui. Trata de propriedade de comunidades tradicionais, e com a preceituação do art. 3, entende-se que:

Art. 3. [...] II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

É uma previsão que segue as disposições anteriores, sem fugir muito da noção de que o território deverá ser utilizado pela comunidade para a manutenção do seu peculiar modo de vida.

Concluindo esse tópico, a propriedade de comunidades ribeirinhas ainda é produto de uma construção. Tanto o direito internacional como o direito nacional pouco abordam de maneira direta sobre a questão ribeirinha. A proteção, realizada de maneira mais ampla, abarca as comunidades tradicionais e estabelece determinações que devem nortear a interpretação dos direitos relativos à propriedade ribeirinha.

Sempre considerando que os territórios tradicionais são aqueles considerados como necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, compreender de maneira mais clara que a propriedade abarca além da noção da terra propriamente dita, será produto da pesquisa de campo, através do qual se buscou compreender o que seria propriedade na visão do “eles”, ribeirinhos, e não do “nós”, figuras externas.

Vale, contudo, deixar claro, que as manifestações legais, aqui apresentadas, são na prática aquelas que são utilizadas para a salvaguarda dos direitos de comunidades ribeirinhas enfrentadas por Belo Monte. E, apesar das manifestações dos ribeirinhos ser relevante na construção de um conceito, aquilo que se usa como embasamento para a tomada de decisões, referentes ao deslocamento compulsório, por exemplo, tem origem nas determinações legais aqui apresentadas.

Assim, a parte seguinte desta pesquisa, se propõe a encerrar o capítulo tratando da remoção compulsória, assim denominada pelo Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39. Mais conhecida como deslocamento compulsório, tal ação realizada por parte do

empreendedor, inclui noções que já foram apresentadas nos tópicos anteriores. Ou seja, trata também da questão do direito de propriedade, e por isso será apresentada no tópico seguinte.

### **A remoção compulsória aplicada ao Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39**

Considerando que os trabalhos iniciais do Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39 procuravam, sobretudo:

- a. Avaliar a compatibilidade das regras aplicadas ao processo de remoção compulsória da população atingida pela UHE Belo Monte.
- b. Esclarecer de que forma a moradia sazonal dos ribeirinhos é reconhecida.
- c. Ter acesso a informações sobre os cadastros sociais dos ribeirinhos.
- d. E, verificar as propostas de reassentamento, incluindo aquelas que já foram negociadas e as que ainda se encontravam em negociação no período, para se identificar como e em quais locais o reassentamento estava sendo posto em prática.

Para além de detalhes mais técnicos como a compatibilidade das regras aplicadas ao processo de remoção compulsória da população atingida pela UHE Belo Monte, a realização e cumprimento dos cadastros sociais dos ribeirinhos, bem como, o acompanhamento das propostas de reassentamento, conforme supramencionado, a presente pesquisa procura embasar a compreensão de identidade e propriedade ribeirinha, como forma de compreender como o nosso ordenamento jurídico se comporta com relação aos ribeirinhos afetados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O reconhecimento de uma organização social e econômica ribeirinha distinta de uma organização que é partilhada pelo “nós”, impacta no reconhecimento de que há uma necessidade de se repensar identidade, bem como, propriedade, já que a mesma deve ser vista de maneira diferenciada em função não só da ligação com a terra e o rio que a margeia, apresentada pelos ribeirinhos, como em função da existência de uma moradia sazonal (dupla moradia), típica de algumas famílias ribeirinhas.

Tendo sempre essas questões como norte, depois de se tratar de identidade e propriedade por uma perspectiva antropológica e jurídica, tornou-se necessário averiguar o que seria essa remoção compulsória (ou deslocamento compulsório como aqui vem sendo frequentemente denominada), duramente questionada, e quais são os impactos que os ribeirinhos podem sofrer.

Partindo da perspectiva de retirada compulsória de famílias de suas propriedades, é preciso saber quem são os ribeirinhos que perderam o domínio da terra que ocupavam, assim como, quem são os ribeirinhos não deslocados fisicamente, mas que também estão sofrendo com os efeitos de um deslocamento compulsório, no caso econômico, já que sua condição de subsistência foi duramente afetada com a construção da barragem e o enchimento do reservatório. Reconhecendo ainda, a possibilidade de um deslocamento que ocorre com o consentimento dos ribeirinhos, não porque é de interesse deles, mas porque eles não encontraram outras formas de impor uma negativa para sua retirada.

### **O que seria o deslocamento compulsório de populações tradicionais?**

Uma comunidade deslocada, sujeita-se ao sentimento de:

[...] movimentar-se em espaços que estão sempre no meio, dos quais não se pode dizer que sejam nem uma coisa nem outra, dos quais não se pode dizer que se encaixem, sem resíduo e sem crítica interna à adequação do nome e de uma identidade. (OLIVEIRA, 2010, p. 11)

Para Stavenhagen o deslocamento compulsório ocorre quando se retira de maneira temporária ou permanente pessoa, famílias ou comunidades inteiras das terras que ocupam, sem garantir, em contrapartida, meios de proteção legal. Nesses casos, o deslocamento teria como objetivo evitar impactos negativos no padrão de vida econômico, social e ambiental que essas pessoas, famílias ou comunidades possuíam, antes do surgimento da necessidade de deslocamento.

O documento da Corporação Financeira Internacional (IFC) “*Handbook for Preparing a Resettlement Action Plan*” prevê que o deslocamento poderá ocorrer de duas maneiras, sendo uma física e a outra econômica. A física compreende a retirada de sua propriedade ou dos seus meios de sobrevivência, incluindo assim, terras, florestas e acesso à água. Já o deslocamento econômico pressupõe a retirada dos meios de produção e de sobrevivência de uma população sem que, necessariamente ocorra o deslocamento dos povos da terra habitada. Em ambas as situações o deslocamento involuntário ocorrerá quando não se tem o consentimento daqueles que serão afetados, ou ainda, se tem o consentimento, mas, ele só é concedido porque as pessoas afetadas não possuem poder suficiente para negar a ocorrência desse deslocamento.

Carlos Vainer analisando o instrumento acima mencionado, compreende que o deslocamento realizado de maneira compulsória ou “reassentamento involuntário” trata-se de uma política criada com fins de se proteger os reassentados, garantindo aos mesmos que sua

situação não ficará pior do que estava antes do estabelecimento do empreendimento. (VAINER, 2003, p. 7)

Dentro da categoria de deslocados, existe ainda, os chamados os refugiados ambientais. Se enquadram nessa categoria pessoas que perderam seus territórios, seja temporariamente ou permanentemente, em função de questões ambientais, naturais ou provocadas por seres humanos, que resultaram em sérias degradações do ambiente anteriormente ocupado. Essas pessoas acabam sendo protegidas por instrumentos internacionais, voltados especificamente para a regulação dessa situação, como a Convenção de Genebra de 1951, que apresenta o Estatuto dos Refugiados.

Na presente pesquisa a aplicação desse conceito decorre de uma adaptação do mesmo. No caso de comunidades tradicionais, como os ribeirinhos, ou mesmo os indígenas, quando há uma retirada compulsória de suas terras (ou territórios), não há um deslocamento que os retira da jurisdição do Estado em que ocupam.

Ainda assim, com a retirada de famílias de suas propriedades, com ou sem indenização, ou ainda, com a retirada dos meios de produção ou meios de sobrevivência de alguns dos interlocutores que estão sendo analisados aqui, incluindo-se aqui a mudança na qualidade da água e a mortandade de algumas espécies de peixes endêmicos, a aplicação do conceito de deslocamento compulsório a comunidades ribeirinhas afetadas por Belo Monte se torna inegável.

E mais, há de se ressaltar que a retirada de pessoas de suas terras, na prática, não serviu como uma forma de proteção. O deslocamento compulsório, previsto em sua concepção teórica como uma forma de salvaguarda de direitos, não foi capaz de proteger as famílias deslocadas dos impactos econômicos e físicos que o deslocamento trouxe.

## **Identidade de atingidos**

No Brasil, para tratar de pessoas deslocadas por projetos de desenvolvimento, como as barragens, aplica-se o conceito dos “atingidos por barragem”. Cumpre ressaltar, desde logo, que as considerações, aqui apresentadas, serão mais simplificadas, porque o objetivo principal não é apresentar reflexões sobre a “condição de atingido”, duramente criticado por alguns antropólogos por se tratar de uma categoria estranha à região amazônica, e, portanto, imposta aos atingidos da nossa região.

Não se quer retirar a força dessa categoria, ou mesmo, do movimento social que se desenvolveu em torno da noção de “atingidos por barragens”. O Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB) é uma decorrência da necessidade de um grupo de indivíduos de se protegerem e reagirem aos efeitos de projetos de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas. Negar esse conceito, teria impactos negativos na luta coletiva pela proteção dos atingidos por barragens. Isso não significa, contudo, que a elaboração de proposições mais adequadas para os “velhos” ribeirinhos da Amazônia não poderia acontecer. No entanto, enquanto os esforços acadêmicos, sobretudo, antropológicos não são voltados para essa construção regional, me valerei, ainda, do conceito de “atingidos por barragens”, com suas devidas ressalvas.

Para o economista e sociólogo Carlos B. Vainer o termo “atingido” não pode ser empregado de maneira pura e simples. Trata-se de um conceito decorrente de uma construção histórica, e que merece atenção, pois envolve a legitimação de um direito.

Falar que uma pessoa foi “atingida” por uma barragem, apesar de depender de um contexto, espaço e tempo, significa ter certeza que um indivíduo ou determinado grupo possui direito a “ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.” (VAINER, 2003, p. 1) Direito esse, que antes era ignorado no processo de construção de grandes projetos, já que o que importava era o direito do empreendedor de ter a propriedade do local definido como de utilidade pública (concepção territorial-patrimonialista).

Passa a se tornar relevante, com o avanço da legislação ambiental e da consolidação dos movimentos sociais como referências nas lutas por direitos de comunidades afetadas por projetos de infraestrutura.

O atingido não é mais só aquele que está na área de influência direta do projeto. Ou seja, não é somente o “inundado”. É aquele que sofre com os impactos diretos e indiretos do empreendimento. É a pessoa que tem seus campos social, econômico, cultural, e até mesmo, ambiental, impactados.

E, assim, os ribeirinhos se tornam mais do que ribeirinhos. São também membros de um grupo de indivíduos que foram atingidos por barragens. Incluídos no contexto de desenvolvimento econômico, que mede os impactos políticos, econômicos, sociais e culturais de maneira desproporcional à realidade enfrentada, e, muitas vezes, impõe uma dinâmica de decisões essencialmente unilaterais, as pessoas atingidas por barragens acabam se tornando vítimas do desenvolvimento. Recebem indenizações insuficientes, sofrem com o não reassentamento, ou ainda, com o reassentamento em terras que não garantem as condições mínimas de subsistência.

Para o NUPAUB, no documento “Povos/Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas no Brasil: conflitos e direitos”, elencou-se como definição, que a remoção ou transferência de populações tradicionais consistiria em o:

[...] processo pelo qual os moradores tradicionais são removidos ou transferidos de seus territórios transformados em áreas protegidas. A remoção pode ser feita com ou sem indenização e quase sempre é feita sem o consentimento prévio dos moradores. Mesmo no caso de indenização, somente uma porção dos bens desses moradores é indenizado, geral somente as construções, equipamentos, etc. Na grande parte dos casos a terra não é indenizada pois parte-se do princípio que eles não tem o documento de propriedade, apesar de viverem no local por dezenas de anos e terem suas divisas reconhecidas pelos seus vizinhos (NUPAUB, 2011, p. 4)

Do ponto de vista do direito de desenvolvimento, o direito de propriedade, especialmente das comunidades tradicionais, é entendido como não absoluto. Logo, a depender da circunstância de interesse social ou utilidade pública, seja ela excepcional e específica, poderá o Estado limitar a propriedade das comunidades tradicionais. Mas, essa limitação deverá sempre buscar um objetivo legítimo para a sociedade, cabendo ainda, ser necessária, proporcional e em conformidade com a lei, e principalmente, com previsão e proteção no campo dos direitos humanos.

Sob outra ótica, verifica-se que o deslocamento compulsório resultado de políticas de desenvolvimento mal executadas, viola às disposições de alguns dos instrumentos internacionais mencionados, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que determina que as comunidades têm direito à moradia adequada.

Diegues (2001) compreende que no caso comunidades tradicionais já se ultrapassou a noção de tragédia dos comuns. Hoje, surge a “tragédia dos comunitários”. Comunidades tradicionais são expulsas “de seus territórios tradicionais pela expansão da grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos” (DIEGUES, 2001, p. 2).

Por isso, inúmeros são os casos (nacionais ou internacionais) em que se constata que em função de um projeto de desenvolvimento as populações são deslocadas de suas terras ancestrais, recebendo em contrapartida, prestações que não são suficientes para aplacar a perda de um território. Vale ressaltar que, o território, compreende não só a terra no sentido de propriedade, mas, abarca toda relação cultural que se tem com o local ocupado, sendo, portanto, de suma importância para a manutenção das tradições e sobrevivência das comunidades tradicionais ribeirinhas.

Como consequência, as comunidades acabam por recorrer às campanhas de resistência, ou, buscando chamar a atenção da sociedade para sua situação. A resistência ocorre hoje por meio de movimentos sociais. E a auto-definição é um fator essencial para que esses atores sociais consigam se reunir e defender em coletividade seus direitos (ALMEIDA, 2004, p. 22)

Podem ainda recorrer ao Judiciário, em uma tentativa de realizar pressão política com relação a sua situação, ou somente, buscar a devida reparação por danos sofridos. Todavia, raras são as situações em que se altera, a já definida decisão de deslocamento compulsório, e a reparação, que muitas vezes se limita a esfera material, desconsidera o impacto emocional/culturas sofrido por aqueles que foram despojados de suas propriedades, aqui em sentido amplo, abarcando bens materiais e imateriais, que compreendem a terra, a casa, os meios de subsistência, e a ligação tradicional com a terra.

Constata-se que o deslocamento compulsório resultante das políticas de desenvolvimento, gera o empobrecimento e a desorganização da vida de milhares de pessoas, que além de perderem seus territórios, passam a viver em um meio completamente distinto daquele antes ocupado. A luta das comunidades para impedir a avanço desses projetos, torna-se então, uma luta contra a possível morte (de sua tradição ou de seu povo), buscando-se o reconhecimento de que a manutenção de suas terras e territórios é essencial para sua própria existência.

#### **4 DO DIREITO À REALIDADE:** construções empíricas sobre identidade e propriedade ribeirinha

Tomando como partido três momentos bem específicos, quais sejam, as Reuniões Técnicas e a Audiência Pública realizadas em Altamira, em novembro de 2016, e a visita a campo realizada em fevereiro de 2017, pensou-se em construir um capítulo que levasse em conta não somente as determinações acadêmicas, legais e antropológicas sobre a questão dos ribeirinhos impactados pela construção de Belo Monte. Seria preciso, também, incluir as visões e opiniões daqueles que são os protagonistas dessa dissertação.

O que eles entendiam por identidade ribeirinha (o “ser ribeirinho”)? O que eles pensavam ser sua propriedade (o que um ribeirinho “tem”)? O que Belo Monte e a Norte Energia representava para eles? Essas foram algumas das indagações que fiz para as pessoas pudessem me contar sobre suas vidas como ribeirinhos.

Dentre as pessoas com quem entrevistei e conversei, algumas me contaram toda a sua história de vida. Outros, de personalidade mais reservada, se limitaram a me falar somente um pouco da sua história, ou aquilo que foi perguntado dentro do roteiro de entrevista. Mas, todos tinham um discurso em comum. Muitas foram as mudanças trazidas por Belo Monte para suas vidas.

#### **DAS REUNIÕES TÉCNICAS, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em 2009, quando o “Painel dos Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” foi elaborado por acadêmicos de distinto conhecimentos sobre as questões relacionadas à construção de uma UHE, procurando analisar criticamente o Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte apresentado pela Eletrobrás, houve uma grande repercussão, porque com a união de diversos especialistas de diferentes instituições de ensino e pesquisa nacionais, para analisarem o projeto da obra e identificarem quais eram as inconsistências, falhas e omissões apresentadas pelo EIA, existiu uma inovação, em termos de discussão acadêmica, ao se apresentar duras projeções sobre os impactos de um empreendimento desse porte.

Considerado no período como um símbolo da resistência da comunidade acadêmica que se posicionava firmemente contra o a efetiva implantação de Belo Monte na região da Volta Grande do Xingu, esse documento, gerou por parte por parte da Eletrobrás, em conjunto com a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht, membros Acordo de Cooperação Técnica



voltado para a finalização do “Estudo de Viabilidade Técnica, Economia e Socioambiental do AHE Belo Monte”, a elaboração de um documento intitulado “Análise das Críticas do Documento ‘Painel dos Especialistas’”.

Em uma estratégia chamada de “inibição do debate acadêmico”, o que muito se viu ao longo da análise das críticas, foram tentativas de “descreditar/desacreditar/desqualificar” as proposições feitas. Com títulos que variavam entre: “desconhecimento [...] do conceito do eia e do rima e da Legislação Ambiental aplicável; desconhecimento [...] do procedimento de Licenciamento Ambiental; da má fé de acusar os estudo etnoecológico de ‘desindianizar’ populações indígenas[...]”, tentou-se retirar o peso que o trabalho desenvolvidos por acadêmico renomados tem em caso de projetos de infraestrutura, como Belo Monte.

O que se percebe é o apoio da comunidade acadêmica não foi desmerecido. Ao contrário disso, apesar de todas as críticas por parte do empreendedor ele ganha mais força, sobretudo quando instituições públicas chamam membros da comunidade acadêmica para participarem dos debates referentes às questões que surgiram com a implementação da UHE.

Ao longo dos anos, as construções acadêmicas se centraram em produções científicas e realização de eventos voltados para o debate acerca das mais variadas questões que surgiram em decorrência da construção da hidrelétrica de Belo Monte. De questões técnicas, sobretudo referentes ao licenciamento e suas condicionantes até questões socioambientais que se preocupavam em discutir os impactos que a hidrelétrica traria para a região do rio Xingu e para a população que vivia desse rio, Belo Monte, como uma grande obra na Amazônia, nunca deixou de ser debatida entre os períodos que aqui não foram melhor desenvolvidos (anos de 2010 até 2015).

No período de 07.11.16 a 11.11.16 aconteceu em Altamira mais um encontro de técnicos e pesquisadores que tinham como objetivo, manter as discussões não só vivas, como também, atualizadas de acordo com as diferentes situações que as comunidades ribeirinhas enfrentam na região da obra de Belo Monte.

Dentre os dois momentos de discussões sobre a situação das comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Xingu, a pauta estava focada, sobretudo, em questões como o deslocamento compulsório (ou expulsão, como alguns defendem) e violações de outros direitos humanos relacionados à propriedade e manutenção do modo de vida ribeirinho, e estava sendo ditada tanto pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) e Ministério Público Federal do Estado do Pará (MPF-PA).

Ao longo dos dias 07.11.16 até 09.11.16 observei a realização de reuniões técnicas com pesquisadores de diversas instituições. Uma parceria centrada primordialmente no trabalho da

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Ministério Público Federal do Estado do Pará (MPF-PA), a atuação de ambos procurava, com base em experiências práticas e acadêmicas, elaborar possíveis soluções para os problemas enfrentados pelos ribeirinhos afetados direta ou indiretamente pela construção da UHE Belo Monte.

É preciso deixar claro que nesse momento de construção coletiva e compartilhamento de informações, se discutia os mais variados impactos que essas comunidades sofreram. Indo desde aspectos sociais, como as violações ao direito de propriedade, que é a temática que aqui interessa, até por exemplo, a análises mais científicas sobre os impactos que a ictiofauna estava sofrendo com a formação do lago de Belo Monte.

## VISITA TÉCNICA PARA REUNIÃO NA ILHA DA FAZENDA

Entre os dias voltados para a discussão técnica, também estava agendado um dia específico para a realização de visitas à campo. No dia 10.11.16, entre as três possibilidades de campo que estavam sendo formadas, e que tinham espaço para mais uma pesquisadora, integrei o grupo de técnicos, incluindo membros do MPF-PA e IBAMA, pesquisadores acadêmicos da PUC Paraná, e sociedade civil, na figura de Antonia Melo, membro ativo do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que se deslocaram para o rio acima, rumo a Ilha da Fazenda, localizada no município de Senador José Porfírio, onde se dizia que não existiram impactos com a construção da barragem.

Era minha primeira visita a Altamira e o Rio Xingu ainda era um mistério para mim. A viagem, que durou em torno de 3.30h a 4h, somando o trajeto de ida e de volta é uma viagem cansativa. Em meio a um cenário que ainda guarda uma beleza peculiar, é possível observar, com base na copa das árvores, diversas ilhas que deixaram de existir com o enchimento do reservatório. Com o fim dessas ilhas, muitas famílias também deixaram de ali residir.

Soma-se a isso, um paredão que existe no meio do caminho. Um rio que antes fluía sem qualquer interrupção, hoje depende do Sistema de Transposição de Embarcações (STE) para que os barcos possam ser levados de um lado da barragem para o outro. Assim, saindo da montante para a jusante da barragem do Pimental é preciso descer do barco, pegar uma van e ir para o outro lado do barramento enquanto se espera que sua embarcação seja levada pela equipe do STE.

Em cartazes fixados em um espaço em que a van faz uma pausa, permitindo o uso de banheiro público instalado no local, se esclarece que a travessia de embarcações de pequeno porte (como as voadeiras) dura em média 20 minutos. Esse é um dos símbolos mais claros de

que a vida no Rio Xingu mudou. Um rio antes livre para a navegação, agora tornou-se dependente de um sistema de transposição para que os barcos possam ir de um lado para outro.

### **Imagem 02 – Sistema de transposição no Sítio Pimental**



**Fonte:** Acervo pessoal, Sítio Pimental da UHE Belo Monte, 13.02.17

Ao chegar na Ilha da Fazenda, fomos dirigidos a igreja local para dar início a reunião com alguns membros da comunidade e ilhas próximas que vieram ouvir os técnicos e partilharem suas opiniões sobre a situação na Ilha da Fazenda.

Dentre todos os problemas enfrentados por essa comunidade, o que mais chama a atenção é a falta de assistência que os ribeirinhos à jusante da barragem sofrem, por estarem localizados em área considerada pela Norte Energia como não impactada diretamente pela construção e operação de Belo Monte.

Na prática, a comunidade da Ilha da Fazenda vivencia inúmeros problemas oriundos da implementação do empreendimento na localidade. A falta de peixes com qualidade e diversidade. A água para beber, que antes era retirada do Xingu, hoje só pode ser retirada do poço, que é comunitário. A cota de combustível antes dada pela Norte Energia não estava mais chegando. A lancha médica estava parada e o posto de saúde sucateado. O sistema de esgoto prometido, inclusive com placa informando que se tratava de obra do PBA nunca foi completo, já que na ilha, como fui informada só existe uma casa com banheiro nos padrões que “nós” estamos acostumados.

### **Imagem 03 – Ilha da Fazenda**



**Fonte:** Acervo pessoal, Senador José Porfírio, 10.11.16

Seria, então, essa visita, uma demonstração prática de que o deslocamento compulsório pode ocorrer de outro modo, além da retirada física de uma determinada comunidade de um local? Esse é um questionamento que ficará em aberto, já que se propõe para além de uma solução, uma reflexão sobre a situação na Ilha da Fazenda e em outras comunidades ribeirinhas.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convocados os ribeirinhos moradores do Rio Xingu, com delimitação à área da jusante da TI Koatinemo, com o objetivo de “[...] debater as condições necessárias para reprodução da vida ribeirinha no rio Xingu diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte”<sup>38</sup>, foi realizado no dia 11.11.6 Audiência Pública exclusiva para debater sobre o modo de vida das comunidades ribeirinhas afetadas pelo empreendimento de Belo Monte.

Assim sendo, no dia seguinte após a visita à Ilha da Fazenda, foi realizada em Altamira a Audiência Pública que promoveu uma consolidação de todos os debates realizados pelos técnicos durante a semana.

### **Imagem 04 – Audiência Pública realizada no dia 11.11.2016 (local antes e depois).**

---

<sup>38</sup> Informação que constava no edital de convocação para a audiência pública, bem como, em folheto distribuído para a comunidade ribeirinha durante as reuniões técnicas.



**Fonte:** Acervo pessoal, Altamira, 11.11.16

Com previsão para ter começado as 9h, a Audiência Pública que só teve início às 10.30h em função do que podemos chamar de uma “participação em massa”, que até o dia anterior era inesperada, teve uma longa duração, vindo a terminar somente à noite, por volta das 20h. Tanto, que foi necessária uma rápida mudança de espaço, para que fosse possível e até mesmo seguro, que todos pudessem participar e manifestarem sua opinião sobre a situação a qual estavam submetidos.

Diversas foram as histórias contadas pelos ribeirinhos. Muito se ouviu falar dos problemas com a pesca; da dificuldade da Norte Energia em reconhecer que os ribeirinhos possuíam uma dupla moradia; dos problemas que a carta de crédito estava gerando; e, das dificuldades de adaptação aos reassentamentos que foram disponibilizados pela Norte Energia.

A maioria desses tópicos já foi retratada ao longo dessa pesquisa e não serão repetidos. Mas, é preciso que se tenha em mente que após um ano, todas as constatações do Relatório Interinstitucional elaborado em 2015, ainda eram válidas para diversas famílias de ribeirinhos. E novos clamores não deixavam de surgir.

## CONSELHO DOS RIBEIRINHOS

Decorrente das discussões entre técnicos, pesquisadores e ribeirinhos, constatou-se que seria interessante e até mesmo, necessária a formação de um Conselho dos Ribeirinhos do Reservatório Xingu, capaz de legitimar o discurso de defesa dos deslocados compulsoriamente pela UHE Belo Monte.

**Imagem 05 – Conversa entre os ribeirinhos no 08.11.16 para a formação do Conselho.**



**Fonte:** Acervo Pessoal – Altamira, 08.11.16.

Esse grupo deveria ser capaz não só de unificar, mas de também trazer as considerações, opiniões e problemas das mais diversas comunidades, agora fragmentadas, e dispersas por Altamira, após o deslocamento compulsório desses indivíduos, que não tiveram opção a não ser deixar suas ilhas.

Apesar dos questionamentos sobre sua composição, bem como, sobre como sua implementação deveria ser realizada - seria um órgão deliberativo ou consultivo? -, a orientação final foi de que a formação de um Conselho Deliberativo, considerando a situação ribeirinha, seria a melhor opção.

Pensou-se ainda que esse conselho deveria trabalhar em conjunto com um Grupo de Trabalho Interinstitucional, composto por diversos interessados na questão, como o MPF-PA, a Defensoria Pública da União (DPU), o IBAMA, os movimentos sociais, a SBPC, e a própria Norte Energia, caso a mesma tivesse interesse. O objetivo seria trabalhar em conjunto, ainda que tardiamente, para se analisar, discutir e propor os critérios, as formas e os meios de reparação dos ribeirinhos.

### **O conselho na prática**

Uma das mais gratas surpresas que tive com essa pesquisa foi ver que o Conselho dos Ribeirinhos do Reservatório Xingu realmente saiu do papel, ou melhor, de uma fala colocada em uma reunião técnica com a presença dos ribeirinhos.

Focado somente nas famílias que foram deslocadas, e não puderam retornar para as suas ilhas, o Conselho dos Ribeirinhos conta com 28 membros, inclusos titulares e suplentes, de

diversas localidades como: Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego/Padeiro, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru.

Todas essas comunidades se reuniram no Conselho por entenderem que o mesmo é um “[...] órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte”. E assim, as decisões tomadas em reunião, assumem a forma de uma recomendação e tem como destino o IBAMA, bem como, outras entidades envolvidas no cumprimento das condicionais das licenças ambientais de Belo Monte (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2017).

Para que o Conselho dos Ribeirinhos sempre tenha um norte para sua atuação/pauta, suas atribuições também já foram bem delineadas e compreendem:

1. Participar de forma direta e efetiva de todas as decisões que atinjam os ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.
2. Deliberar sobre o processo de reconhecimento dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte.
  - a. Estabelecer critérios para identificação dos ribeirinhos do reservatório da UHE Belo Monte;
  - b. Promover a identificação dos ribeirinhos mediante a aplicação de critérios previamente acordados.
3. Deliberar sobre o processo de reconstrução da organização social dos ribeirinhos a serem reterritorializado na área do reservatório da UHE Belo Monte, mediante a identificação dos grupos de vizinhança e de parentesco e definição da forma adequada para reassentamento de cada grupo e família no reservatório da UHE Belo Monte.
4. Deliberar sobre o processo de ocupação do reservatório do UHE Belo Monte.
  - a. Definir os contornos das áreas coletivas e familiares necessárias para reassentamento e reconstrução da vida ribeirinha;
  - b. Indicar as áreas adequadas para reassentamento e a distribuição espacial dos grupos e famílias ribeirinhas na região do reservatório da UHE Belo Monte;
  - c. Avaliar as reocupações que já foram realizadas, especialmente os casos que estão gerando conflito e aqueles em que pessoas não ribeirinhas foram autorizadas pela Norte Energia a ocupar áreas destinadas exclusivamente aos ribeirinhos.
5. Elaborar e deliberar sobre um plano de vida para reterritorialização no reservatório da UHE Belo Monte, com a definição do que se faz necessário para a recomposição do modo de vida ribeirinho, incluindo apoio de transição, ATER (atividades produtivas, pesca...), saneamento, acesso a políticas públicas, garantia da dupla moradia etc.
6. Trabalhar para o fortalecimento da organização coletiva dos ribeirinhos e participar com autonomia da gestão dos territórios e da elaboração de seus planos de uso. (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2017)

Com suas primeiras reuniões realizadas em 13 de janeiro e 04 de fevereiro de 2017, ainda não se tem muitos resultados práticos para se contar sobre a atuação do Conselho dos



Ribeirinhos, mas posso dizer que os encontros das datas mencionadas foram realizados com a intenção de deliberar e consolidar uma lista, a ser encaminhada para a Norte Energia, com o nome de todos os membros das famílias ribeirinhas que tinham moradia permanente na região afetada pela formação do reservatório da UHE Belo Monte.

**Imagem 06 – Reunião do Conselho dos Ribeirinhos (13.02.2017)**



**Fonte:** Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) – mídia social (facebook), Altamira. Acesso em: 13.02.2017

Trata-se de um trabalho em conjunto, feito pelos próprios ribeirinhos, para identificar quais famílias realmente faziam parte de suas comunidades, discernindo quem era ribeirinho de quem era agricultor, por exemplo, bem como, selecionar quais famílias já foram indenizadas, quais já foram reassentadas e quais precisam de especial atenção nesse processo de voltar para o rio.

Todas essas questões estão relacionadas com a manutenção do modo de vida de famílias ribeirinhas deslocadas. Deste modo, não se deve esquecer que a “propriedade” ou “domínio” de uma terra, é uma das condições necessárias para que os ribeirinhos deslocados continuem sendo ribeirinhos. O risco de se perder a “condição” ribeirinho é claro, quando se retirou a propriedade dessas famílias. E a luta pela propriedade/domínio de uma terra, representa o quão importante é para essas famílias voltar para o rio, e reconstruir sua vida.

Concluo esse tópico com esperanças renovadas de que as questões relativas ao direito de propriedade dos ribeirinhos têm nesse momento um espaço fixo, composto majoritariamente por ribeirinhos, para serem amplamente discutidas. E, por entender que esse trabalho inovador,



ainda está no começo, muito ainda vai se ouvir falar do Conselho dos Ribeirinhos afetados pela UHE Belo Monte. Agora em uma posição de protagonismo na luta por “justiça ambiental”, seu trabalho como parte representante dos movimentos sociais terá cada vez mais destaque na região.

Ressalto, por fim, que o Conselho dos Ribeirinhos é acompanhado pelo MPF-PA, pela DPU, pelo ISA e pelo Movimento Xingu Vivo. Ou seja, já há um esboço do Grupo Interinstitucional proposto, para auxiliar na condução das reuniões e apoiar tanto juridicamente como socialmente o prosseguimento do conselho.

#### 4.1 CONSTRUÇÕES QUE VIERAM DA REALIDADE

Ao longo de toda a pesquisa, constatei que a revisão de literatura sem o convívio prático com a realidade enfrentada em Altamira, e regiões vizinhas, resultaria em um trabalho desvinculado das questões vividas pelas famílias ribeirinhas afetadas pela construção da UHE Belo Monte.

Assim, para além de acompanhar as discussões técnicas e a primeira visita à campo, realizada em novembro de 2016, foi preciso retornar a Altamira para poder conversar com alguns interlocutores, apresentar algumas perguntas diretas e buscar por meio da participação espontânea dos interlocutores compreender a situação de cada um deles, dentro de um panorama maior, que me permitiria criar categoriais para os ribeirinhos afetados por Belo Monte.

Tomando como partido o que Poupart define como princípios para uma entrevista do tipo qualitativo<sup>39</sup>, procurei interlocutores que pudessem me contar suas histórias, ao passo em que também, estariam respondendo as perguntas elaboradas (Apêndice A) para se construir uma noção de identidade e propriedade partindo dos próprios ribeirinhos.

Essa segunda viagem aconteceu entre os dias de 09.02.17 a 14.02.17. Como supramencionado, a escolha dos interlocutores dependeu de dois fatores: o contato e a disponibilidade para a entrevistas.

Reconheço que em um primeiro momento, a dificuldade maior foi a de se conseguir contatos. Ao chegar em Altamira, eu possuía três caminhos a seguir:

---

<sup>39</sup> Para Jean Poupart em “A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas” consideram-se como princípios de uma entrevista do tipo qualitativo: 1. Obter a colaboração do entrevistado; 2. Colocar o entrevistado à vontade por elementos de encenação; 3. Ganhar a confiança do entrevistado; 4. Fazer com que o entrevistado fale espontaneamente; e, 5. Fazer com que o entrevistado aceite a se envolver (POPUART, 2012, p. 228).

1. Conseguir o endereço da Entrevistada 1, através de contato prévio com uma pesquisadora da PUC Paraná.
2. Conseguir manter contato com o Entrevistado 3, para verificar a disponibilidade dele para uma entrevista na Ilha da Fazenda.
3. Manter contato com uma pesquisadora da UFPA que trabalha na região e conviveu diretamente com diversas famílias ribeirinhas, para conseguir indicações de interlocutores ribeirinhos deslocados para Altamira.

Cada um deles, com algumas dificuldades me levaram a conversar com os interlocutores que aqui menciono. E, assim, tendo em mente as construções previamente apresentadas pela Antropologia e pelo Direito, bem como, as experiências adquiridas com as viagens que fiz para Altamira, a parte seguinte desse capítulo vai se propor a formar três grupos de ribeirinhos que são impactados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A partir de informações coletadas no campo, das entrevistas e conversas informais com ribeirinhos, as considerações sobre identidade e propriedade aqui apresentadas, foram pensadas para melhor se adaptarem ao modo de vida e a realidade dos ribeirinhos atingidos por Belo Monte.

O primeiro grupo consiste na categoria de “ribeirinhos não deslocados”. O segundo, na categoria dos “não deslocados, porém deslocados”, que compreende os ribeirinhos que ficaram em uma situação de meio termo, e que, como o nome da categoria bem exemplifica, ficaram entre uma posição contrastante, ou seja, foram deslocados de suas terras (física e economicamente) quando poderiam não ter sido. Por fim, o terceiro grupo é composto por “ribeirinhos deslocados”, aqueles que antes silenciados, assumem hoje uma posição de protagonismo na luta por seus direitos.

## ONDE MORAMOS? ONDE TRABALHAMOS? QUEM SOMOS?

O “[...] o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis” (LITTLE, 2004b, p. 283). O que buscamos agora é uma dimensão empírica, já que a dimensão política é aquela apresentada ao longo das determinações legais previamente destacadas.

Compreende-se, portanto, que depois de apresentar a identidade ribeirinha de uma maneira global, é importar tratar, agora de maneira específica, considerando a realidade na qual as comunidades tradicionais do rio Xingu estão submetidas.

### **Atingidos por Belo Monte**

No decorrer da trajetória dessa pesquisa, muitos nomes foram dados aos interlocutores dessa dissertação. Para uns ribeirinhos, para outros pescadores ou até mesmo “beiradeiros”, mas todos eles não negavam a relação de dependência para com o rio.

No caso de Belo Monte, foi surpreendente ver na prática que cada uma das categorias propostas, no processo de se auto identificar e me auxiliar na formação de um conceito de ribeirinho, feito por ribeirinhos, trouxeram respostas muito semelhantes.

Dos questionamentos sobre “o que é ser ribeirinho?” e se “ser ribeirinho era diferente de ser pescador”, cada interlocutor ao seu modo respondeu que:

#### **a. Entrevistada 1 - Ribeirinha “não deslocada, porém deslocada” (10.02.17).**

De uma família de ribeirinhos que eram seringueiros e pescadores, a Entrevistada 1 sobrevivia da pesca tanto para subsistência tanto para comércio. Com o cadastro socioeconômico feito há mais ou menos 5 anos, para a realização da sua remoção da ilha e indenização, sua vida sofreu com os “impactos”<sup>40</sup> que Belo Monte trouxe para sua região, porque sua ilha não foi alagada, mas ocorreu uma imposição por parte do empreendedor Norte Energia, para a retirada e venda dos seus bens da terra que habitava.

Para essa senhora, ser ribeirinha é fazer casa na beira do rio. Assim, para quem mora na beira do rio, cabe a denominação ribeirinho. Do mesmo modo que na cidade temos ruas e casas, para os ribeirinhos, os rios são as ruas e as casas são construídas ao longo dessas ruas. Há ainda, o que podemos dizer, uma construção por parte da entrevistada que procurou diferenciar ribeirinhos pescadores de ribeirinhos que vivem da roça.

Enquanto ser pescador compreende viver da pesca, ainda que tenha sua roça por exemplo, não será ribeirinho pescador aquele que vive na beira do rio, mas não depende do mesmo para a retirada do seu sustento. Nesse mesmo sentido, um ribeirinho pode ser pescador, se morar no rio e tiver seu ponto de apoio e de pesca, mas, assim como existem ribeirinhos que

---

<sup>40</sup> Uso o termo “impactos” porque foi um termo escolhido e repetido pela Entrevistada 1 por algumas vezes, para reafirmar que o seu modo de vida ribeirinho foi alterado com a construção da UHE Belo Monte.

não pescam, e vivem somente da roça, existem pescadores que não moram na beira do rio, e são pescadores do mesmo jeito.

Vale finalizar que a definição da identidade ribeirinha também pode ser complementada. Assim, a Entrevistada 1 compreendia que a sua identidade não se encerrava sendo somente ribeirinha pescadora. Existia também uma auto-identificação como indígena da etnia juruna, que não era vista de nenhuma forma como conflituosa com a sua auto-identificação como ribeirinha pescadora.

#### b. Entrevistado 2 - Ribeirinho “deslocado” (11.02.17).

Para o segundo ribeirinho entrevistado falar de identidade foi falar do seu modo de vida em equilíbrio com a conservação do rio e da natureza. Assim, ser ribeirinho natural do rio é ser pescador. Mas:

“Um ribeirinho não mexe com lavoura grande. [...] A roça dele é 6 tarefas, 5 tarefas. É a roça dele. Do ribeirinho. Ali ele planta uma mandioca, uma banana, um cara, uma macaxeira, uma abobora, um pouco de feijão [...] um aquilo ali para ele se manter com a família. [...] Ele sabe preservar. [...] E preserva o rio.”

Ser ribeirinho é então ser capaz de viver com base naquilo que a roça, e primordialmente, o rio lhe oferta. O peixe que não serve para o consumo é automaticamente devolvido para o rio, já o peixe que serve para alimentação e manter a sua família e/ou para o comércio é levado para casa.

Criadores de gado e plantadores de cacau, apesar de terem terrenos na beira do rio, partindo da visão do “eles”, não devem ser considerados como ribeirinhos, já que não dependem do rio para a garantia da sua subsistência.

Importa ainda mencionar que, como supramencionado, o modo de vida faz parte dessa construção de um conceito de ribeirinho. Então, saber que a vida geralmente se divide entre a ilha e a rua (Altamira) também é importante. No passado, o Entrevistado 2 fazia três viagens por semana para a rua, para vender seus produtos, e conseguir o sustento da sua família. Hoje, a sua identidade está ameaçada por uma série de fatores, sobretudo econômicos, que o afastam da pesca.

Ser ribeirinho, neste caso, também significa lutar por seus direitos de pescador. E o direito de voltar para o rio é uma das lutas mais marcantes para a defesa de uma identidade ribeirinha.

c. Entrevistado 3 - Ribeirinho “não deslocado” (13.02.17).

Nas palavras do terceiro ribeirinho a ser entrevistado por essa pesquisa, entendeu-se que: “Ser ribeirinho é morar na beira deste rio. É a coisa que eu mais me orgulho na minha vida”.

Foi com base na simplicidade dessa fala que ao longo da entrevista, percebi que a minha necessidade de formulação de uma definição mais completa, partindo da posição do “nós” é algo que para o interlocutor “eles” parece ser bem mais simples. O morar no rio já significa ser ribeirinho. E isso basta.

A distinção, por exemplo, de um ribeirinho, para ribeirinhos indígenas e ribeirinhos aldeados reside no fato de se estar ou não aldeado. Mesmo que se reconheça o indivíduo como indígena, na prática, o ribeirinho indígena acaba tendo seus direitos relativos a descendência indígena tratado de maneira distinta.

d. Entrevistado 4 - Ribeirinho “não deslocado” (13.02.17).

O ribeirinho é uma pessoa que depende do rio para navegar e dos peixes para se alimentar. Mais uma vez, a definição de ribeirinho pelos entrevistados incluiu a noção de rio e peixe como parte do modo de vida.

Assim sendo, o ribeirinho será sempre uma pessoa que vive do rio, se valendo daquilo que a natureza fornece. Um pescador, só de diferencia do ribeirinho, se ele mora na cidade, já que aquele pescador que mora no rio, também deve ser considerado como ribeirinho.

e. Entrevistado 5 - Ribeirinho não deslocado (13.02.17).

Da pergunta “o que é ser ribeirinho”, compreendi que para o Entrevistado 5 a existência do ribeirinho está atrelada ao sentimento de “gostar de estar na beira do rio”. Esse tipo de vida, não dependeria de dinheiro no dia-a-dia porque para sobreviver bastaria ir no rio e pescar. Isso permite ao pescador ser ribeirinho, e vice-versa, já que a vida do ribeirinho estaria atrelada à vida no rio e à pesca propriamente dita.

Do mesmo modo, o seu modo de vida permitiria uma dependência para com a vizinhança. Assim, em caso de necessidade seria possível pode contar com um vizinho em caso de “aperreio”.

Conclui-se esse tópico com uma consideração importante. Com relação as categorias ribeirinho e ribeirinho indígena, acima mencionadas, cumpre ressaltar que a união de diferentes “categorias” não é algo que deve ser visto com maus olhos. Ser ribeirinho e ser indígena, acumulando dois posições da sociedade em um indivíduo, para Little, compreende a formação e alinhamento de eixos de articulação tanto políticos como sociais, em um contexto jurídico (LITTLE, 2004b, p. 253).

#### 4.2 REPENSANDO A PROPRIEDADE: Propriedade do direito civil x propriedade comunal x propriedade individual em um contexto de comunidade

Em se tratando de Belo Monte se torna necessário repensar os conceitos padronizados de propriedade. As disposições do Direito Civil passam a dividir espaço com noções de territórios sociais, ou seja, territórios que fogem do regime de propriedade que é padrão no Brasil, terras privadas ou terras públicas, e que permitem a existência de terras partilhadas de maneira comunal. Mas, para se chegar a esse modelo nada tradicional de propriedade, é preciso se falar um pouco da propriedade privada e pública.

Prevista pelo Código Civil, a propriedade privada é compreendida em sua essência como a capacidade que um particular detém de livre uso, gozo e disposição de suas terras, em conformidade com uma lógica capitalista e individualista (LITTLE, 2004b, p. 258). Nesse sentido:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Garante-se, ainda, direitos relativos ao controle exclusivo, exploração com fins econômicos, possibilidade de venda, bem como, de reivindicação de uma propriedade que está indevidamente nas mãos de outra pessoa que não o seu titular (LITTLE, 2004b, p. 259). Todas essas noções reunidas reforçam o caráter mercantil da propriedade, que deve ser vista como um bem, que por seguinte, detém um valor econômico.

A propriedade pública, em contrapartida, representa as terras que pertencem ao Estado (União, estados e municípios). Ou melhor, pertencem à sociedade brasileira, cabendo ao Estado o domínio da terra. Ressalta-se ainda que, a existência desse domínio, não impede que haja uma posse privada de uma terra.

Deste modo, dentre as propriedades públicas que aqui importam, tem-se: “[...] os terrenos de marinha e acrescidos; os terrenos marginais; as ilhas fluviais, lacustres, costeiras e oceânicas; as áreas de várzea; os álveos abandonados pelas águas públicas [...]” (ROCHA, *et al*, 2015, p. 159).

A Constituição Federal preceitua então, que o domínio das águas é de competência da União e dos Estados. Cabe a União, conforme determinação do art. 20 da CF:

Art. 20. São bens da União:

[...]

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

[...]

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

Preceitua-se ainda, no art. 22, inciso IV da CF, que cabe a União a competência privativa para legislar acerca de águas e energia. Já os Estados, serão responsáveis pelas águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, conforme determinação do art. 26, I da Constituição Federal.

Ressalta-se que o art. 23, em seu inciso XI previu como competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios o dever de “registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios”.

Também se previu que Estados, Distrito Federal e Municípios terão participação na exploração de recursos hídricos, quando estes forem voltados para a geração de energia elétrica conforme se verifica no art. 20, parágrafo 1:

Art. 20 § 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

A água, por se tratar de um bem de domínio público tem sua exploração regulamentada pela própria Constituição Federal, que ficou responsável por determinar de que modo o aproveitamento dos potenciais energéticos deve ser realizado, permitindo que a construção de Usinas Hidrelétricas, como a de Belo Monte.

## RIOS, TERRENOS DE MARINHA, ÁREAS DE VÁRZEA E TERRA FIRME

Partindo do conhecimento de que os rios são considerados como de competência federal no caso de banharem mais de um estado, nascerem em outro país ou servirem de fronteira para o Brasil, as ilhas, várzeas e margens situadas nesses rios são, nesse caso, pertencentes à União. (IPEA, 2016, p. 12). Já, no caso de rios com nascente e foz em terras estaduais, há um domínio do estado.

As áreas de várzea, locais mais comuns de habitação dos ribeirinhos, apesar de não terem uma definição legal, são consideradas como: a “área alagadiça que incide no leito maior de um corpo de água, formado pelo álveo e a calha alargada do rio ou lado” (ROCHA, *et al*, 2015, p. 174). De domínio público (art. 20, CF; art. 1 do Decreto Lei n. 9760/46) a várzea será, portanto, a área inundada pela cheia do rio. Seu reconhecimento só poderá ser feito por meio da SPU, com a concessão de TAUS (que será melhor explorado em tópico próprio). Por fim, compreende como áreas de terra firme, como o nome explica, as áreas que estão fora dos limites dos terrenos de marinha, e são de terra firme.

Da análise teórica dessa repartição de competência, é possível empreender então que: as áreas de rios e seus afluentes, que são tradicionalmente de uso e domínio pelos ribeirinhos, compreendem os terrenos que poderão ser de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios.

Em outras circunstâncias, quando o domínio recai sobre áreas de “interior nacional”, a orientação é, no caso de existência de título de propriedade, recorrer ao processo de usucapião, comprovando a propriedade do local, de acordo com os requisitos que o usucapião apresenta. Na inexistência de títulos, deve-se recorrer ao SPU para a regularização da situação.

No caso de ocupação em terra firme, segue-se lógica semelhante a proposta acima. Tendo título, cabe processo de usucapião. Na ausência dele, o requerimento de domínio deverá ser feito para o Instituto de Terras do Pará (Iterpa). (IPEA, 2015-3, p. 13)



PROPRIEDADE RIBEIRINHA “FORA DA CAIXINHA”<sup>41</sup>

Em uma visão global, lidar com questões relativas à terra, territórios, propriedade e territorialidade tendo como sujeitos os ribeirinhos, requer um olhar atento, capaz de diferenciar o seu regime de propriedade do regime privado ou público. E mais, é preciso se considerar que o modo de vida daquele ribeirinho (ou sua cultura), está diretamente relacionado com o ambiente em que vive.

Assim sendo, considerando que cada grupo social possui uma forma de ocupação e organização territorial, a territorialidade desses grupos acaba sendo vista como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (LITTLE, 2004b, p. 253)

A formação de uma comunidade ribeirinha decorre das condições que o ecossistema imprime sobre eles. Assim, a organização social, localização e manutenção do modo de vida, como previamente mencionado se desenvolve ao longo do curso dos rios, onde essas comunidades podem ao mesmo tempo extrair da pesca, da agricultura e das criações em pequena escala, aquilo que é necessário para a subsistência.

Cada comunidade, apesar de apresentar traços em comum, não se encaixa a um padrão único na forma com que se lida com o ecossistema. Há, de acordo com seus ensinamentos tradicionais próprios, a formação de ribeirinhos completamente distintos entre si que não se conformam ao que poderia ser previsto como uma “caixinha” com as características dos ribeirinhos.

O mesmo vale para a propriedade. Cada grupo de ribeirinhos não terá um comportamento único, que poderá ser descrito com um conceito global. Há uma relação com a propriedade comum, que influi na dependência diferenciada do rio e seus afluentes, determinando que cada comunidade é única e pode sofrer transformações ao longo dos anos, diante das modificações históricas, sociais, econômicas e ambientais a que estão submetidas.

E assim, balancear os entendimentos que a antropologia traz, com as proposições jurídicas sobre propriedade é considerado como um desafio reconhecido para os juristas. Tanto que na obra “Manual de Direito Agrário Constitucional” reconhece-se que:

---

<sup>41</sup> O uso da expressão “fora da caixinha” é feito aqui porque se quer tratar de uma propriedade que está fora do molde conceitual (“caixa de critérios”) de propriedade tradicional. O que se procura demonstrar ao longo da exposição é que a propriedade ribeirinha possui várias interpretações e a depender da realidade da comunidade ribeirinha ao qual o conceito será aplicado, a propriedade será vista de maneira diferenciada.

“Esse novo paradigma é pouco comum para nós, profissionais do direito, acostumados a trabalhar os direitos sobre a terra como exclusividade ou domínios excludentes. Agora, felizmente, podemos ter clara a possibilidade dessa nova percepção do exercício comunal, e nada há de estranho nisso” (ROCHA *et al*, 2015, p. 96).

Apesar dessa orientação jurídica tratar de propriedade de comunidades tradicionais, é necessário que a avaliação da questão seja feita não somente por essa perspectiva estritamente legal. Por isso, este trabalho procura sempre entrelaçar as noções da antropologia com as proposições jurídicas.

Partindo-se do supramencionado Decreto n. 6.040/2007, que identifica os territórios tradicionais dos povos e comunidades tradicionais como:

[...] os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Se pretende analisar nesse caso, a forma com que tradicionalmente a propriedade é ocupada. Para tanto, se aplicará as considerações de Diegues (2001) sobre as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.

Assim sendo, mesmo que o terreno seja, na maioria dos casos, de titularidade originária da União, um grupo que ribeirinhos, quando passa a utilizar desse território, acabam instituindo um modelo diferenciado de propriedade comunal.

Tais áreas de uso comum, habitadas por comunidades tradicionais, como o nome já anuncia, são utilizadas de maneira comunitária. Assim, os recursos naturais, como plantas, ou peixes, são coletivamente acessados (extrativismo vegetal e extrativismo animal). Ao mesmo tempo em que se preserva a individualidade de alguns locais, como a casa, os quintais, e os animais domesticados (DIEGUES, 2001, p. 1).

A propriedade assume uma dinâmica diferente daquela conhecida tradicionalmente. O privado e o comum convivem de modo organizado, criando uma organização social, que é característica de comunidades tradicionais. O uso dos recursos será coletivo, ou seja, os bens naturais são de propriedade comum da comunidade, ao passo que, o respeito à propriedade privada ou acesso individualizado à moradia e bens pessoais, também subsiste.

## Propriedade comum

Há para esse tipo de propriedade um conceito. A propriedade comum. Para uma melhor conceituação do que seria essa propriedade, cito aqui, Elinor Ostrom e Margaret McKean:

“Propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos. (OSTROM e McKEAN apud RAMALHO, 2009, p. 11).

Nessa mesma linha, McKean (1989) define que existem seis tipos de propriedade, e a propriedade comum é uma delas (apud DIEGUES, 2000, p. 66). Esse tipo de propriedade permite uma apropriação comunitária de recursos naturais e dos espaços. Para Ostrom (1990), existem oito princípios aplicáveis à propriedade comum das comunidades tradicionais:

[...] fronteiras definidas, mecanismos para escolhas coletivas (para a elaboração de regulamentos internos), monitoração do uso dos recursos naturais pelos comunitários, sanções aplicáveis aos que desobedecem os regulamentos, mecanismos de resolução de conflitos, reconhecimento mínimo do direito a se organizar socialmente. (apud DIEGUES, 2001, p. 3)

Para Little, propriedade comum para os povos extrativistas da Amazônia compreende a “apropriação familiar e social dos recursos naturais, em que as ‘colocações’ são exploradas por famílias, os recursos da caça são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita seguindo normas de usufruto coletivamente estabelecidas” (LITTLE, 2004b, p. 262).

Delimitando esse conceito, para comunidades ribeirinhas, há, sobretudo, um respeito pela propriedade individual e coletiva. Ao ponto em que a água e os recursos que dela são aproveitados, também se insere, nessa esfera de domínio. Nesse sentido:

A marcação é “um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores. (...) A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território engloba também a noção de lugar mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar” (MALDONADO, 1993 apud LITTLE, 2004b, p. 263).

Essa citação, apesar de ter sido elaborada para pescadores do litoral brasileiro, é muito precisa na descrição da vida dos pescadores dos rios, os “velhos”. Assim, bastaria substituir mar, por rio, e teríamos uma demonstração do domínio ribeirinho sobre seus territórios, dentro das definições de propriedade comum, que seria aplicável a situação vivenciada em Belo Monte.

### **Posse agroecológica**

Cabe aqui, tratar, ainda, de outro conceito de propriedade tradicional. Seguindo um caminho diferente da crítica quanto à aplicação regional do conceito de “atingidos por barragens”, as noções de propriedade, ou mais precisamente, de posse, possuem sim, elaborações que são alinhadas com as realidades locais.

Deste modo, oriundo de uma construção teórica de autores da região amazônica, sobretudo da UFPA, o livro “Manual de Direito Agrário Constitucional” denomina a propriedade comum de outro modo, adaptando-a para atender às formas de posse diferenciada que comunidades tradicionais possuem sobre seu território, criando assim a posse agroecológica.

Como conceito, pode-se entender que:

A posse agroecológica é uma especial forma de relação com a terra, que compatibiliza a posse e restrições em defesa do meio ambiente, pois toma por uso comum determinados bens ambientais com práticas de manejo que permitem a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais (ROCHA *et al*, 2015, p. 96).

Marcada por um elemento objetivo e um subjetivo. O elemento objetivo da posse também conhecido como *corpus*, compreende: “atos que exteriorizam vinculações diretas, materiais e imediatas do possuidor com a área e que não rompem o ciclo ambiental dos recursos naturais” (ROCHA, *et al*, 2015, p. 95).

Já o elemento subjetivo da posse, também conhecido como *animus* da posse, compreende: “a intenção, é representada por identificar o local onde a comunidade vive para além do simples espaço onde reside, mas sem que isso importe a intenção imediata de exercer o direito de propriedade como se fosse seu titular (*animus domini*) e de forma exclusiva” (ROCHA *et al*, 2015, p. 95).

Essa modalidade de propriedade, é uma construção que segue a concepção de que a propriedade de comunidades tradicionais precisa ser vista de maneira diferente. Alinhada com

a necessidade de conservação do modo de vida tradicional e o uso de práticas de manejo sustentáveis, para tratar da propriedade dos ribeirinhos e enriquecer o debate voltado para a proteção dessas comunidades, é possível, sim, se incorporar o conceito de posse agroecológica ao discurso de proteção da especial relação com a terra ribeirinha.

### **O direito de uso sustentável concedido pelo TAUS**

Parte do atual processo de reconhecimento territorial de comunidades tradicionalmente vistas como invisíveis, já que estas não ocupavam uma posição de destaque na circulação monetária (marginalidade econômica), bem como, habitavam localidades distantes dos grandes centros urbanos (LITTLE, 2004b, p. 256), os programas de regularização das terras tradicionais ribeirinhas, podem ser considerados como um modelo viável de reconhecimento de propriedade que se encontra em conformidade com a necessidade de conservação ambiental e os interesses de comunidades tradicionais.

Considerando que as terras de domínio público são dotadas de particularidades únicas, cada área tem sua destinação determinada pela política agrícola ou pelo plano nacional de reforma agrária, como determina o art. 188 da Constituição Federal. E, seguindo uma ordem de “direito de preferência”, as áreas ocupadas por populações tradicionais, que são necessárias para a conservação do ecossistema, vem logo após as áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas e quilombolas (ROCHA, *et al*, 2015, p. 161).

Seguindo essa premissa, de que a regularização fundiária de áreas de comunidades tradicionais é relevante, desenvolveram-se projetos para regularizar a propriedade de comunidades ribeirinhas amazônicas como o projeto “Pró-Várzea/IBAMA”, que deu base para a formação do projeto em destaque, que é o “Nossa Várzea”.

#### *Regularização fundiária com o Pró-Várzea*

O Pró-Várzea/IBAMA surgiu como parte do Programa Piloto para Proteção das Flores Tropicais do Brasil. Com o objetivo geral de “estabelecer as bases técnica, científica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros”, a proposta seria atuar com a regularização fundiária, segundo informações da Série de Estudos do MMA denominada “Aprendizados do projeto de manejo dos recursos naturais da várzea – Pró-Várzea”.

Esse estudo demonstrou que a ocupação das áreas de várzea historicamente ocorre de maneira ilegal. Seja porque a propriedade original da terra é de domínio público, já que as margens ocupadas dos rios e lagos são influenciadas diretamente pela maré e por suas cheias e vazões, seja ainda, porque essas comunidades fazem uso de métodos alternativos, e não regularizados, como parcelamentos ou arrendamentos para adquirem a “propriedade” dessas terras, que em regra já são de domínio público (SANTOS, 2005, p. 24).

Apesar dessas informações, constatou-se ainda que:

A sugestão de processo para a regularização fundiária ainda não foi amplamente discutida e não resultou em nenhuma norma jurídica. O trabalho do PróVárzea/Ibama está sendo de fundamental importância para que as discussões tenham base jurídica [...] (SANTOS, 2005, p. 11).

Importa que a proposta regularização fundiária para essas comunidades, por meio do Pró-Várzea, procura identificar, analisar e propor soluções para a forma com que as terras estão sendo ocupadas em áreas de várzea. Dentre as propostas para a regularização, a destacada é aquela que apresenta a cessão coletiva de uso.

Levando em consideração que o domínio já é feito de maneira coletiva por comunidades, conceder o direito de uso de maneira coletiva é algo condizente com a realidade desses grupos sociais. Essa cessão coletiva dependeria do plano de uso e de manejo, garantindo assim que a área destinada para uso, bem como, seus recursos disponíveis para a exploração estariam bem delimitados.

#### *Regularização fundiária com o “Nossa Várzea”*

O Projeto “Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia” tem por objetivo equacionar a promoção de cidadania das comunidades tradicionais ribeirinhas com o desenvolvimento sustentável. E, é através da emissão de Termos ou Títulos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), que se garante segurança na posse da terra e o cumprimento da função socioambiental da propriedade (RESCHKE, 2005, p. 3).

Define-se como marcos legais para o desenvolvimento desse projeto, o artigo 186 da Constituição Federal, o art. 1 da Lei 9.636/98, a Portaria n. 284/2005, a Portaria n. 089/2010 e a Portaria n. 200/2010.

O artigo 186 da Constituição Federal, preceitua que:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Assim, o procedimento de regularização fundiária nas áreas de várzea na Amazônia, teria como objetivo garantir o cumprimento da função social da propriedade, com o aproveitamento racional e adequado que é proporcionado por comunidades ribeirinhas para as terras que ocupam.

A Lei 9.636/98 que dispõe sobre a “regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União”, prevê que a atuação da SPU estará voltada para a identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União. Além disso, também se prevê a competência da SPU para a regularização da ocupação desses imóveis.

Já por meio da Portaria n. 284/2005, determinou-se como objetivo:

Art. 1º Disciplinar a utilização e aproveitamento dos recursos naturais das várzeas, ribeirinhas de rios, sob domínio da União, em favor das populações locais tradicionais, através da concessão de AUTORIZAÇÃO DE USO PARA O DESBASTE DE AÇAIZAIS, COLHEITA DE FRUTOS OU MANEJO DE OUTRAS ESPÉCIES EXTRATIVISTAS, a ser conferida, em caráter excepcional, transitório e precário, nas áreas sob domínio da União, caracterizadas como de várzea, ou presumíveis terrenos de marinha e acrescidos.

Isso porque, compreendia-se que regularização de terras da União ocupadas por ribeirinhos, por meio de concessão de direito real de uso de terras, teria impactos positivos na afirmação do direito à moradia de comunidades ribeirinhas (Considerando n. 4).

Com isso, complementando as disposições necessárias para a concessão do TAUS, a Portaria n. 089/2010 do SPU foi apresentada com o seguinte objetivo:

Art. 1º Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.

Sendo a principal Portaria da Secretaria do Patrimônio da União, responsável por trazer esclarecimentos para a outorga desse termo de autorização de uso, que será concedido, como supramencionado, de maneira transitória e precária, determina-se ainda:

a. Quais áreas de domínio da União, mas que são de uso de comunidades tradicionais poderão receber o TAUS.

Entre elas, tem-se áreas de várzeas e mangues enquanto leito de corpos de água federais; mar territorial, áreas de praia marítima ou fluvial federais; ilhas situadas em faixa de fronteira; acrescidos de marinha e marginais de rio federais; e terrenos de marinha e marginais presumidos.

b. Quem são os sujeitos capazes de receber essa outorga.

Limita-se, conforme o art. 4, a:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que utilizam áreas da União e seus recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, econômica, ambiental e religiosa utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

c. É preciso que se comprove a posse tradicional e a utilização sustentável dos recursos naturais, para que seja reconhecido a posse para fins de moradia e uso tradicional dos recursos naturais disponíveis.

Por fim, coube a Portaria n. 200/2010 do SPU, delegar aos Superintendentes do Patrimônio da União, o exame e concessão da Autorização de Uso (Art. 1, II).

#### *TAUS e Belo Monte: um reconhecimento por parte do Estado*

A emissão de Termos ou Títulos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), visa:

a. “[...] assegurar o uso e aproveitamento de terras públicas federais localizadas nas margens, várzeas e ilhas dos rios federais” (GVCES, FGV PROJETOS, PDRS XINGU, 2015, p. 28).



Assim, áreas inalienáveis da União passam a ser destinadas ao interesse social, conservação ambiental e acesso a territórios de povos e comunidades tradicionais; e,

b. Viabilizar “[...] o acesso a diferentes benefícios, tais como a comprovação de endereço, comprovação da atividade rural para fins de aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), acesso ao crédito, dentre outros” (GVCES, FGV PROJETOS, PDRS XINGU, 2015, p. 28).

O TAUS, que pode ser concedido de maneira individual, em nome de uma família, prioritariamente da mulher, ou de maneira coletiva, em nome de todos os membros de uma comunidade ou de uma entidade comunitária que representa a todos, é o primeiro passo para um processo de regularização fundiária de terras da união (Anexo A).

Sua concessão, conforme disposição no próprio documento, é para uso exclusivo de uma família ou comunidade. Assim, o TAUS:

[...] não confere ao autorizado/beneficiário direito possessório ou dominical sobre a área em questão que continua de propriedade pública da União, concedida por liberalidade e que por este ato, em caráter excepcional e precário, reconhece o uso tradicional sustentável que efetiva a função socioambiental dos vens da União. (TAUS n.37.702/2012, disponibilizado no Inquérito Civil n. 1.23.003.000078/2015-39)

A consolidação do procedimento de reconhecimento fundiário só acontecerá com a concessão do direito real de uso (CDRU) das terras da União (art. 11 da Portaria n .89/2010). Essa disposição se encontra regulada inclusive em Portaria da SPU, o que garante que o TAUS não será a única forma de proteção do domínio ribeirinho de suas terras.

No ano de 2015, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, declarou em seu Relatório de Gestão do Exercício de 2015, que entre os anos de 2011 e 2012, foram emitidos e entregues de cerca de 5.600 TAUS para comunidades tradicionais ribeirinhas.

Para o Ministério, a atuação da Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Pará (SPU/PA) permitiu que a população afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte estivesse resguardada no que tange a sua propriedade, facilitando assim, seu realojamento em “áreas do reservatório em condições análogas àquelas do modo de vida tradicional ribeirinho” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; SPU, 2016, p. 27).

Em junho de 2015, foi noticiado pela SPU que 298 títulos de TAUS foram concedidos individualmente em favor de comunidades ribeirinhas que vivem no Rio Xingu, região de

Altamira<sup>42</sup>. A entrega desses títulos, é uma forma de se assegurar o cumprimento do direito de moradia dessas comunidades, por meio do reconhecimento da posse das áreas de titularidade da União. E é esse é um dos pontos de inovação dessa proposta, já que, ao mesmo tempo, se exige em contrapartida, que essas comunidades assumam uma postura sustentável no manejo da terra e de seus recursos naturais.

Essas informações compreendem na prática uma bonita teoria, pois a posse do TAUS não representou muito para as famílias ribeirinhas que tiveram que ser deslocadas. O “Relatório de Inspeção Institucional” previu que esse documento, no caso de famílias que tinham comprovado uso tradicional da ilha que habitavam, não teve nenhum impacto no processo de remoção compulsória. (MPF-PA, 2015, p. 25).

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, se manifestou no sentido de compreender que:

Há a sensação de incoerência de políticas, tendo em vista que muitos ribeirinhos receberam recentemente documento do SPU reconhecendo sua ocupação por décadas e autorizando o seu uso sustentável (TAUS). Esse documento reafirma a condição dos ribeirinhos como comunidades tradicionais. (MPF-PA, 2015, p. 102)

Ter o TAUS, que em tese foi desenvolvido para ser um símbolo na regularização fundiária nas áreas de rio, várzeas e afins, não representou ter o domínio de sua terra reconhecido. Existiu um claro descompasso entre a atuação da SPU, com a concessão da autorização de uso, e a pressão da Norte Energia para a liberação das áreas necessárias para o avanço do empreendimento.

### **ISA e o modelo ideal de propriedade**

Oriundo das pesquisas acadêmicas desenvolvidas em torno de Belo Monte, durante a semana de discussões que antecederam a Audiência Pública de 11/11/16, o Instituto Socioambiental apresentou um novo modelo ideal de propriedade comum.

---

<sup>42</sup> As comunidades apreciadas com esses títulos foram: 1. 60 títulos – Paksamba (Vitória do Xingu) e Belo Monte (Anapu); 2. 120 títulos – Arapari, Vila Esperança, Tamandua e todas as ilhas do entorno e das margens do Xingu do lado de Vitória do Xingu; 3. 50 títulos – Travessão da 15 (Brasil Novo), Itapuama, Salvaterra, Espelho, Poção, Cajituba, Lages e Assopra Cavalo (Altamira); 4. 20 títulos – Ilha da Barriguda, Poção, Costa Junior, Pedrão, Curicas Muricituba, Gorgulho da Rita e Ilha Redonda (Altamira); e, 5. 48 títulos – Ilhas do entorno da cidade.

Considerando que a área de reassentamento aplicada pela Norte Energia, era, em regra, de uma propriedade com 500m de margem por 250m de fundo<sup>43</sup>, o ISA elaborou uma proposta para o assentamento das famílias deslocadas, considerando duas situações que mereciam atenção. Uma eram aquelas famílias que ainda não tinham sido reassentadas devidamente, e a outra, eram famílias que já foram reassentadas, porém em localidades distantes do rio.

Assim, pensando na necessidade de se organizar e, sobretudo, regular a situação, para que esses ribeirinhos sejam assentados em novos lotes, com toda a segurança jurídica que merecem, o ISA, por meio dos seus pesquisadores, propôs o seguinte modelo:

1. A delimitação de uma área de uso familiar com 250m de margem/beiradeiro com 900m de fundo. O equivaleria a 22,5 hectares ou 110 linhas, com a delimitação de uma área para a roça.
2. A definição de uma área de uso comum, com uma mata ou área de recuperação disponível para toda a comunidade.

Ao meu ver, e até mesmo de algumas pessoas com que conversei informalmente, esse modelo é um “modelo ideal”, que demoraria anos para ser implantado. Apesar de ter, o que chamo de boas intenções, o que se encontra na realidade, são duas propostas fixas:

- a. A aquisição de lotes designados pela Norte Energia, geralmente localizados em locais distantes do centro urbano e principalmente dos rios. Sujeitos ainda, a uma variação no tamanho dos lotes ofertados a depender da família e/ou sua resistência; ou,
- b. Indenização em um valor estipulado pela Norte Energia, que é considerada como insuficiente para se adquirir um outro imóvel, agora geralmente urbano.

Qualquer outro modelo que fuja desse padrão, encontrará uma forte resistência por parte do empreendedor. E, mesmo que a intenção seja a de criar um modelo que atenda ao que os ribeirinhos procuram, ou seja, a concessão de um lote, que tenha uma área de uso comum e que

---

<sup>43</sup> Vale sempre mencionar que muito ouvi sobre essa questão. Apesar de existir um tamanho “ideal” apresentado pelo empreendedor, o que muitos ribeirinhos na prática contaram foi que a Norte Energia em diversos momentos mudou de ideia. Agora, como assim mudou de ideia? Existiam inúmeros casos em que os tamanhos das áreas eram desproporcionais, ou seja, uns foram reassentados com muito espaço, em boas regiões, enquanto outros tiveram que se contentar com o pouco que foi dado, muitas vezes em regiões distantes dos rios. Além disso, existiam famílias que viviam (e, provavelmente ainda vivem) na insegurança com relação aos seus “novos lotes”. Se instaura um constante quadro de medo. Medo de que novos vizinhos surjam. Medo de que o pedaço de terra que já tinha sido concedido para seu reassentamento, fosse redistribuído. Medo da diminuição do tamanho de seus lotes.

se localize onde seja possível manter o modo de vida ribeirinho, cria muitas dúvidas práticas que ainda não tinham sido solucionadas quando esse “modelo ideal” foi compartilhado.

Não se sabia qual regime jurídico seria aplicado para definir a titularidade da propriedade. Seria um modelo de propriedade privada? Seria um modelo de propriedade coletiva com restrições quanto a alienação da terra?

Além disso, também se questiona a forma com que a Norte Energia terá que adquirir esses lotes e realizar o repasse dos mesmos para os ribeirinhos. Essa propriedade, se adquirida pelo empreendedor não acabaria gerando mais entraves para a solução dos problemas relativos a questão de propriedade, enfrentados pelos ribeirinhos?

A concessão de um título coletivo de propriedade, dependeria além do processo de conscientização da comunidade, para que a gestão da terra fosse feita de maneira compartilhada e autônoma, de um reforço na atuação das associações locais, para que o cumprimento das regras tivesse uma forma de “fiscalização” da entrada e saída de famílias na propriedade que seria coletiva.

Trata-se de um modelo de controle utilizado pelo Estado que vem sendo incorporado por comunidades tradicionais. E que por isso, apesar de ser considerado como interessante, ainda se configura como um modelo ideal, dependente de um intenso debate para sua consolidação e flexibilização de acordo com os interesses e necessidades de cada comunidade ribeirinha.

#### PROPRIEDADE RIBEIRINHA: a rua e o rio

No caso de comunidades ribeirinhas, a todas essas características da propriedade que aqui foram apresentadas, soma-se outra particularidade. A distinta visão do rural e do urbano, ou o rio e a rua, que já foi mencionado ao longo dessa dissertação, mas que não foi apresentado de maneira mais completa.

Deste modo, compreende-se que:

O rio seria o lugar mais próximo da floresta, mais silencioso, de mais trabalho e também mais dádioso. Já a rua é o lugar do comércio, da escola, da saúde, do ruído e de mais dificuldades. No rio retiram seu sustento, seja pelo peixe, seja pela coleta do que plantam e do que recebem da natureza. Na cidade vendem o que produzem, e acessam hospitais e escolas. E nesse ir e vir, nesse fluxo constante a subir e descer o rio, em que tanto o rio como a cidade são fundamentais à sua vida, podem ser encontradas casas, tanto na beira do rio quanto na rua, fechadas, aparentemente desabitadas. (MPF-PA, 2015, p. 4)

O conceito de ponto de apoio<sup>44</sup> entra em contraposição com a tradicional noção moradia única. Para alguns ribeirinhos existe a “casa de cima” e a “casa de baixo”, uma no rio e uma rua. Cada uma delas existe para atender a uma determinada necessidade (ISA, 2015, p. 33). No rio se tem a moradia. É desse local que se tira a subsistência, se exerce a pesca e outras atratividades extrativistas de menor porte, necessárias para a manutenção do modo de vida tradicional. Também se foram relações de parentesco e vizinhança ao longo do rio.

A rua é o ponto de apoio. É aquele local necessário para se hospedar quando as famílias vêm para a cidade, por questões de educação, saúde, ou mesmo, no período do defeso, em que a pesca é proibida. Também é o local de referência do ribeirinho-pescador quando este precisa descer para a rua para vender seu pescado e adquirir bens de consumo.

#### OPINIÕES PESSOAIS: propriedade e indenizações

Da construção de uma propriedade comunal, bem como, de uma posse agroecológica, se torna necessário compreender, partindo-se da fala dos interlocutores com quem tive a oportunidade de conversar, o que é a propriedade para eles.

Cada fala, contou um pouco do que eles compreendiam como propriedade. Uma palavra que apesar de ter muita importância para “nós”, na maioria das vezes representava uma incógnita para “eles”, os velhos ribeirinhos. E algumas vezes foi preciso explicar com palavras mais coloquiais, o que seria a noção de propriedade, associada a um “ter”, para que os interlocutores pudessem compreender o que estava sendo questionado, e pudessem dizer o que era propriedade para eles.

Do desconhecimento da palavra “propriedade”, ou mais precisamente “do que seria a propriedade”, reforço a dificuldade que teria sido identificar com esses indivíduos o que seria sua “posse” ou ainda seu “domínio” que precisaria estava sendo ameaçado e precisava ser protegido.

Sendo assim, partirei para as constatações oriundas das conversas com alguns interlocutores ribeirinhos para entender um pouco mais do que seria essa propriedade, que tanto se quer proteger.

---

<sup>44</sup> O Relatório de Inspeção Interinstitucional constatou que o uso do termo “ponto de apoio”, é um conceito exógeno que teve que ser incorporado ao vocabulário dos ribeirinhos. Sua aplicação, contudo, é problemática ao exigir que ribeirinhos que possuem casas no rio e na rua que foram afetadas pelo empreendimento, escolham somente uma delas para serem indenizados.

## 1. Entrevistados 3, 4 e 5 - Categoria dos “não deslocados” fisicamente (13.02.2017).

Da conversa com os Entrevistados 3, 4 e 5, descobri, que todos não sabiam dizer ao certo o que era propriedade. Ao longo da conversa, constatei que a procura por um conceito fechado não seria a melhor forma de se encontrar uma resposta para a minha pergunta.

Os ribeirinhos que acreditavam em um conceito de propriedade abrangente, que incluiria suas terras e quintais, os barcos de pesca, a casa, além dos seus bens pessoais, não compreendiam que propriedade era necessariamente igual a “terra” em si. O sentimento de pertencimento, e aqui não estou falando de pertencimento a um lugar, mas de pertencimento das coisas, estava diretamente relacionado aos bens que integram o modo de vida ribeirinho.

Alguns apresentaram o rio como parte da propriedade, assim como a água que corre pelo rio Xingu. O peixe, por sua vez, também se enquadraria como propriedade porque sendo parte do cardápio dos ribeirinhos, se tornou um item necessário para se sobreviver. Mas, apesar de poder “ser propriedade”, o peixe continua sendo tratado como um bem de todos. Deste modo, não caberia a um ribeirinho ir em um determinado local, delimitar o mesmo como ponto de pesca exclusivo e não partilhar o peixe com todos aqueles que precisariam dele. Essa é uma atitude que foge das práticas tradicionais ribeirinhas.

E, apesar de não se pagar IPTU, como bem lembrou o Entrevistado 3 durante a nossa conversa, há um direito a terra, ao seu quintal, a uma parte fechada de uma determinada área. No caso dos ribeirinhos que possuem mais de uma casa, sendo uma na ilha e uma na rua (Altamira), a casa em seu sentido mais familiar, é aquela que está na ilha. A habitação na cidade, integra sua propriedade, mas para alguns ribeirinhos mais tradicionais, só é usada quando é preciso ir na rua para resolver algum problema e retornar rapidamente, bem como, é o local onde seus filhos fixam residência quando precisam ir para a cidade completar os estudos, ou ainda, por questões de saúde, por exemplo.

## 2. Entrevistada 1 - Categoria dos “Não deslocados, porém deslocados” (10.02.2017)

Ao se perguntar ao interlocutor dessa categoria, a Entrevistada 1, o que seria propriedade para ela, a imediata resposta foi: “não sei o que é propriedade”. O desconhecimento do conceito me levou a tentar explicar de maneira mais simples o conceito de propriedade, sem dar as respostas que estava procurando ouvir.

Assim, sua compreensão de propriedade naquele momento integrava: a vivência, a relação com os vizinhos, a terra, e as suas “coisinhas”. Já o peixe, por fazer parte do modo de vida ribeirinho e garantir a sobrevivência desses pescadores, por natureza, era (uma propriedade) de todos.

Uma questão interessante é que a Entrevistada 1 no início de nossa conversa listou tudo que tinha na sua ilha antes. Além da sua própria terra, tinha suas criações de animais, que incluía o gado, galinha e peru, bem como, sua roça de mandioca, arroz e feijão. Também possuía dois motores, um para o barco e outro para a energia, assim como, barcos de diferentes tamanhos, que se adequavam a sua necessidade diária. Tudo que era necessário para sua sobrevivência, bem como, para compartilhar com quem necessitasse, estava disponível na sua ilha.

Isso também compreenderia parte das suas “coisinhas”? Cada bem listado em um momento de recordação sobre aquilo que possuía em sua ilha é parte da propriedade que a Entrevistada 1 não sabia dizer que possuía. Possuía porque ao integrar essa categoria, “não deslocada, porém deslocada”, esta senhora foi retirada da sua ilha compulsoriamente quando não haveria necessidade. Sua propriedade não foi alagada com o enchimento do reservatório e funcionamentos das turbinas do Sítio Pimental, mas seus bens foram retirados de lá, e ela assinou documentos que nem sabe dizer quais são, já que é analfabeta, que lhe renderam uma indenização pela propriedade.

Todavia, importa compreender que sua propriedade, no sentido terra, permanecerá em sua memória, já que há por parte daqueles que detém um modo de vida tradicional, uma grande ligação com o lugar onde habitavam. Frases como, “Era tudo na minha vida, era o meu lar.”, “Minha terra, meus vizinhos” foram ditas como demonstrações de que a propriedade, e sobretudo, sua localização, são partes fundamentais para a identificação de uma pessoa como ribeirinho.

### 3. Categoria dos “deslocados” (11.02.2017).

Ao ser questionado sobre o que era sua propriedade, compreendi que a noção de propriedade para o Entrevistado 2 estava relacionada ao seu sítio, a sua criação e a sua pescaria. O peixe seria parte de sua propriedade porque sendo um ribeirinho pescador, o peixe faria parte do seu modo de vida.

A sua propriedade incluía entre dois barcos, um para se deslocar da ilha para a rua e outro que era utilizado para a realização da pescaria; sua roça, que garantia para a família a colheita de macaxeira, coco, cupuaçu; bem como, uma criação de galinha em larga escala, com cerca de 100 galinhas que eram utilizadas tanto para a alimentação quanto para o comércio.

Como alguns dos outros ribeirinhos com quem conversei, o Entrevistado 2 entende que tanto sua casa na ilha, como a casa que possui na cidade, usada como ponto de apoio, eram parte da sua propriedade. O conceito de dupla-moradia novamente aparece como um traço marcante para a compreensão da identidade ribeirinha.

Vale, por fim, mencionar que apesar de ter o domínio reconhecido pelo TAUS, o Entrevistado 2 enfrentou (e ainda enfrenta) alguns problemas quanto a sua indenização. No seu processo de deslocamento compulsório lhe foi oferecida uma carta de crédito, que dava direito a uma propriedade. Essa propriedade, contudo, nunca chegou nas mãos da família. O que eles receberam foi uma indenização pecuniária, que foi diretamente utilizada para o beneficiamento da sua casa na rua, que hoje, é a moradia principal de sua família.

E, como mencionei anteriormente, o Entrevistado 2 é uma pessoa que está na luta para manter seu modo de vida. Por meio de suas palavras foi possível compreender que o retorno ao rio era algo necessário. E o reconhecimento de que a propriedade de um ribeirinho, assim como, sua identidade está ligada ao rio, é um passo fundamental para que se reconheça que uma indenização pecuniária de longe foi suficiente para ser considerada como uma verdadeira indenização, já que a mesma deveria garantir ao ribeirinho que inexistisse prejuízos ao seu modo de vida, a sua subsistência e ao seu local de moradia, como bem preceituou a Lei do SNUC, no par. 2 do art. 42.

Como é possível compreender, e já se esperava, cada ribeirinho apresentou um conceito de propriedade que englobava noções básicas como sua terra e seus bens. E a partir do momento em que começaram a compreender o que o questionamento significava, os interlocutores começaram a tomar a liberdade de incluir outras coisas como a água do rio, os peixes, e até mesmo, a sua relação com a vizinhança.

Não nego que a construção de um conceito único de propriedade para se aplicar aos ribeirinhos, seria uma tarefa árdua, e porque não, preconceituosa do ponto de vista da antropologia. Cabe a mim, deixar aqui, na verdade, uma crítica para a atuação da Norte Energia,



na posição de empreendedora responsável por manter um diálogo com as comunidades ribeirinhas.

Se por meio de algumas simples conversas com ribeirinhos foi possível traçar um panorama do que seria esse “indivíduo ribeirinho”, e do que seria propriedade para eles, por que o empreendedor, com todo seu aparato, não assumiu essa posição que priorizava o diálogo ao invés do confronto?

E, é deixando essa pergunta no ar que concluo essa pesquisa, por considerar que em meio a um conflito socioambiental oriundo não só da construção, mas também do funcionamento de um empreendimento hidrelétrico no Rio Xingu, a definição clara de identidade e propriedade se tornam conceitos chaves para a procura de soluções favoráveis ao conflito ainda vivenciado pelos ribeirinhos da região.

Belo Monte é uma realidade. Abandonadas as possibilidades de se parar a construção, hoje, é preciso pensar em formas de se remediar a situação. E sabendo delinear quem são os sujeitos, ribeirinhos, bem como, seus direitos relativos a propriedade, tanto por uma perspectiva nacional, internacional, e até mesmo, antropológica, surgiu com o objetivo deste trabalho, definir cada categoria de ribeirinho afetada pelo empreendimento de modo a se permitir a elaboração de interpretações específicas.

São grupos, com conceitos de identidade e propriedade parecidos, mas que vivenciam Belo Monte de maneiras distintas. E por isso, merecem também ser tratados de maneira distinta, de acordo com suas particularidades e vivências.

## 5 REFLEXÕES FINAIS: o pescador sem rio

Um dos questionamentos realizados ao longo desse trabalho, depois de se apresentar como o Direito apoiado na Antropologia, identifica tanto os ribeirinhos (em uma percepção individual e coletiva), como o direito de propriedade desses indivíduos é: até que ponto era possível categorizar ribeirinhos?

A criação de categorias, como normalmente se encontra na literatura jurídica, apresentadas com “fins meramente didáticos”, em uma visão estritamente pessoal, trata-se de uma necessidade da ciência jurídica que precisa ordenar a sociedade de modo a poder aplicar a cada categoria um determinado direito, formando assim, categorias jurídicas necessárias para o ordenamento normativo de uma sociedade.

Contudo, da análise por uma perspectiva antropológica, a criação de categorias precisa ser feita de modo a não propagar o preconceito. Assim sendo, colocar os ribeirinhos, já fragilizados, e muitas vezes desacreditados de que melhorias ainda podem vir, em um contexto de pós-construção do empreendimento de Belo Monte, em um grupo denominado “comunidade de ribeirinhos”, precisa ser feito de maneira cuidadosa, em função da abrangência e da diversidade de pessoas que se incluem nessa “categoria de ribeirinhos” (LITTLE, 2004b, p. 252).

Henry Barretto Filho critica ainda o uso do termo “tradicional” acompanhado de povos ou comunidades ribeirinhas, por compreender que essa categorização é feita com uma visão externa, com “nossos olhos” e “nossas preocupações”, e não partindo de uma percepção dos membros do grupo atrelados ao conceito de “tradicional” (BARRETO FILHO, 2006, p. 137).

Já Eliane O’dwyer defende que discutir a organização espacial definida pelo Estado-nação é essencial, para que se possa dar às comunidades tradicionais o devido espaço para diálogo (O’DWYER, 2014, p. 23). E mais, tentar retirar a diferença cultural de grupos e comunidades, seria uma forma de se negar que existe um poder de hegemonia no mundo. (BARTH, 1995, p. 65 apud O’DWYER, 2014, p. 23).

Falar de categorias, como foi feito aqui, não teve a intenção de criar desigualdades. Também não foi feito com fins de isolar uma minoria, por compreender que a mesma seria capaz de ameaçar a união do Estado-nação. Longe disso. O objetivo era de se permitir reconhecer que existe um poder hegemônico que defende a unidade territorial, e que, contrariando essa necessidade de uniformização, também existem membros dos mais distintos grupos sociais que contrapõem as noções de brasileiros integrantes do “nós”.

Ainda assim, a necessidade de se identificar o “ribeirinho”, bem como, de se definir algo concreto que significaria “propriedade”, parte de uma necessidade do “nós”. Para “eles”, os velhos ribeirinhos, talvez nunca alguém tivesse antes perguntado a eles “o que é propriedade para você?”. Essa pergunta poderia ter sido algo que algumas famílias nunca teriam que enfrentar se não fosse pela instalação da UHE Belo Monte na região.

A parte da identificação é algo hoje tão debatido, que provavelmente os ribeirinhos do Rio Xingu, já se perguntaram, “o que era ser ribeirinho?”. E mais, aqueles que foram afetados de maneira negativa podem estender seus questionamentos para uma reflexão ainda mais dura. “Seria eu, ainda, um ribeirinho?”

Partindo dessa reflexão, a busca pela identificação dos ribeirinhos, e definição da sua propriedade nunca pareceu uma tarefa fácil. Reiteradamente vistos como invisíveis ao processo de construção e operação da UHE, a formulação de noções gerais aplicáveis a esses indivíduos, sempre teve a intenção de encontrar formas de se ampliar o discurso de proteção dessas comunidades tradicionais.

E foi, diminuindo a distância entre os livros e os “velhos”, interlocutores ribeirinhos, que se deu um passo essencial para a construção de uma dissertação mais humanizada e, por que não, mais próxima da realidade vivenciada por ribeirinhos afetados pela construção e operação da UHE.

Apesar de ter definido como objetivo inicial da pesquisa mapear os conflitos relativos as violações de propriedade ribeirinha, compreendi que, primeiro seria preciso dar um passo para trás e recuar no objetivo da pesquisa.

Era necessário compreender quem são os ribeirinhos e como a propriedade deles é tratada, de uma maneira mais geral. A apresentação do conflito socioambiental de Belo Monte, foi feita de maneira ampla, de modo a fornecer informações para a construção desse panorama geral que foi aplicado na categorização dos ribeirinhos afetados por Belo Monte.

Entre as categorias criadas de “ribeirinhos deslocados”, “ribeirinhos não deslocados, porém deslocados” e “ribeirinhos não deslocados”, todos sofreram com os impactos, sejam eles positivos ou negativos do empreendimento. Sua propriedade e sua identidade foram colocadas em debate. E a identificação da violação do direito de propriedade dessas pessoas, famílias sobretudo, parte dessa constatação de que o ribeirinho, como parte de uma comunidade tradicional, tem poucos direitos específicos para a sua pessoa, na posição de ribeirinho.

Como se percebeu, muitas das construções apresentadas são gerais. Outras, são decorrentes de interpretação para que também se apliquem aos ribeirinhos. E outras, são

produtos de discussão acadêmica, mas que ainda não foram aplicadas na prática. Ou seja, apesar de se reconhecer a existência de ribeirinhos, pouco se construiu para a proteção deles.

Foi com base nisso que as propostas iniciais dessa dissertação foram sendo alteradas até se chegar ao que foi apresentado aqui. Da busca por uma análise específica de violações ao direito de propriedade, construiu-se uma análise da identidade e propriedade ribeirinha que está em jogo quando o assunto é Belo Monte.

Me deparei ao final da pesquisa, com um resultado diferente do que planejei. Apesar dos questionamentos pessoais, percebi que isso é uma pesquisa acadêmica. Tendo como meta um objetivo referente a somente a violação do direito de propriedade ribeirinho, cheguei em uma construção de identidade e propriedade geral que levou em conta proposições jurídicas, antropológicas e empíricas para se compreender, por fim, quem seria esse velho ribeirinho afetado por Belo Monte.

Todos são pessoas ligadas ao rio. Sua casa, sua comida, seu círculo familiar e de amigos, estão ligados de tal modo, que sempre dependem do rio. Sua propriedade, do mesmo modo, não se distancia do rio. A propriedade do ribeirinho é aquilo que ele tem as margens do rio, e os bens, que alguns consideram como parte de sua propriedade, também integram aquilo que está relacionado ao rio.

Esse é o ribeirinho que representa as categoriais dos deslocados, dos não deslocados e dos em situação de incerteza. Não é possível se prender a um conceito fixo, para dizer que é e quem não é ribeirinho. As pessoas que mantem, ou pelo menos tinham, essa relação especial com o rio e as coisas que o cercam, podem ser consideradas como ribeirinhas. E merecem um tratamento que respeite essas diferenças.

Apesar da proposta de metodologia dos conflitos socioambientais também prever a possibilidade de se apresentar uma solução para o conflito, reconheço que essa pesquisa não teve essa intenção. Entendo, como forma de conclusão da produção aqui apresentada, que o que esta pesquisa foi capaz de apresentar, na verdade, foi um passo inicial para uma análise integral do conflito. E mais, a solução de um conflito socioambiental nas dimensões do de Belo Monte, ainda dependerá de muita produção acadêmica e posicionamentos jurídicos e doutrinários sobre a questão.

De todo modo, compreendo que a questão ribeirinha começou recentemente a ser tratada com maior cuidado na região do empreendimento e no meio acadêmico. Ainda assim, esse movimento tem apoio e crescente força no meio acadêmico e na sociedade civil. E, é com toda certeza que eu digo, a luta ribeirinha não irá parar até que se garanta que o modo de vida ribeirinho será preservado na região de Belo Monte.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24, v. 68, p. 103–119, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. DE. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9–32, mai 2004.

\_\_\_\_\_. DE. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: GSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas** (palestra – seminário sobre questões indígenas). Disponível em: <[www.agu.gov.br/page/download/index/id/639912](http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/639912)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

ALMEIDA, A. W. B. DE; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: OLIVEIRA, J. P. DE; COHN, C. (Eds.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 143–169.

ALMEIDA, G. R. DE. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. Dissertação de Mestrado - Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2007.

AMORA; AMOREI; AMOMEX. **Manifestação a respeito da implementação da condicionante 2.24, item c), da Licença de Operação de Belo Monte, emitida em novembro de 2015**, ago. 2016. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta\\_condicionante\\_pesca\\_terra\\_do\\_meio.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta_condicionante_pesca_terra_do_meio.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2016.

AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Quase concluída, Belo Monte mudará o pulso das águas do Xingu**, out 2015. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2015/10/quase-concluida-belo-monte-mudara-o-pulso-das-aguas-do-xingu/>>

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.

AZEVEDO, A. W. Metodologia de identificação de fontes de coleta de informação: uma proposta de modelo para cadeia produtiva de couro, calçados e artefatos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa**, v. 2, p. 149–158, out 2012.

AZEVEDO, L. E. L. **Sociedades indígenas na Amazônia e a ecologia**, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/111000136/Sociedades-Indigenas-na-Amazonia-e-a-Ecologia>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Eds.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109–143.

BERTIN NETO, S. **Atualização do Inventário Hidrelétrico da bacia do rio xingu: alternativas locais de Belo Monte**, 2006. Disponível em: <<https://www.elektrobras.com>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BOOTH, Wayne; COLOB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOTELHO, F. **Uma análise crítica do Plano 2015 ElektrobrásBlog Infopetro**, 2016. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2016/05/02/uma-analise-critica-do-plano-2015-elektrobras/#more-6629>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRAUN, Y. A. Interrogating large-scale development and inequality in Lesotho: bridging feminist political ecology, intersectionality and environmental justice frameworks. In: BUECHLER, S.; HANSON, A.-M. (Eds.). **A Political Ecology of Women, Water and Global Environmental Change**. New York: Routledge, 2015.

BRITO, A. Usina de mudanças. **Folha de São Paulo**, Seção Mercado, 20 set 2009.

BURSZTYN, M. Políticas públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CNDH. **Relatório da missão do CNDH em relação à população atingida pela implementação da UHE Belo Monte**. Conselho Nacional dos Direitos Humanos, , 2015.

COUTO, M. B. (ED.). **Comentários ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Curitiba: Clássica, 2013.

CUNHA, M. B. DA. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP, 2000.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: MOREIRA, A. DE C. C.; DIEGUES, A. C. S. (Eds.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras; USP, 2001.

ELEKTROBRÁS et al. **Análise das Críticas do Documento “Painel dos Especialistas”**, 2009. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ELEKTROBRÁS; ARCADIS TETRAPLAN. **Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do rio Xingu**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.elektrobras.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ESTUPIÑAN-SILVA, R. Pueblos indígenas y tribales: la construcción de contenidos culturales inherentes en la jurisprudencia interamericana de derechos humanos. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, v. XIV, p. 581–616, 2014.

FRAXE, T. DE J. P.; PEREIRA, H. DOS S.; WITKOSKI, A. C. (EDS.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

GONÇALVES, A.; CORNETTA, A. Sobreposições territoriais: uma análise geográfica sobre áreas de várzea no arquipélago de Mosqueiro, Belém – PA. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)**, 2014.

GRUPIONI, L. D. B. Os índios e a cidadania. In: **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. v. 3.

GUARIM, V. L. Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. **III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**, 2000.

GVCES; FGV PROJETOS; PDRS XINGU (EDS.). **Mapa dos Caminhos: deslocamentos no meio rural - fevereiro 2015/julho 2015**, 2015. Disponível em: <<http://indicadoresdebelomonte.eco.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

HENRIKSEN, J. B. **Research on Best Practices for the Implementation of the Principles of ILO Convention No. 169: Key Principles in Implementing ILO Convention No. 169**, 2008. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---normes/documents/publication/wcms\\_118120.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_118120.pdf)>

IHU. **Conjuntura da Semana Especial. Belo Monte: Uma obra emblemática** Instituto Humanitas Unisinos, fev 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/516563-conjuntura-da-semana-especial-belo-monte-uma-obra-emblematica>>

ICMBIO. **Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu**. MMA, fev. 2012.

ILO. **Indigenous & Tribal Peoples' Rights in Practice: a guide to ILO Convention No. 169**, ILO, 2009. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---normes/documents/publication/wcms\\_106474.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_106474.pdf)>

INTERNACIONAL FINANCE CORPORATION. **Handbook for preparing a Resettlement Action Plan** IFC, 2002. Disponível em: <<http://www.ifc.org>>. Acesso em: 24 out. 2016.

IPEA; SPU. **O ribeirinho e seu território tradicional: regularização fundiária em terras da União**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160805\\_cartilha\\_spu.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160805_cartilha_spu.pdf)>

IPEA. **Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia: Relatório Final de Avaliação da Política**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, jan. 2015a. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia: Relatório Territorial da Região do Médio Xingu**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fev. 2015b. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia: Relatório Territorial de Belém e Abaetetuba.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mar. 2015c. Disponível em: <<http://ipea.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ISA. **Dossiê Belo monte: não há condições para a licença de operação**, 2015. Disponível em: <[http://pib.socioambiental.org/anexos/31046\\_20150701\\_170921.pdf](http://pib.socioambiental.org/anexos/31046_20150701_170921.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Kararaô vem aí:** projeto tem a simpatia dos principais candidatos às eleições presidenciais, 2002. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/noticia/5020>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

IUCN. **Environmental & Social Management System (ESMS): Standard on Indigenous Peoples**, 2016. Disponível em: <[https://www.iucn.org/sites/dev/files/iucn\\_esms\\_standard\\_indigenous\\_peoples.pdf](https://www.iucn.org/sites/dev/files/iucn_esms_standard_indigenous_peoples.pdf)>

IVANAUSKAS, N. M.; MONTEIRO, R.; RODRIGUES, R. R. Estrutura de um trecho de floresta Amazônica na bacia do alto rio Xingu. **ACTA AMAZONICA**, v. 34(2), p. 275–299, 2004

KARARAO. **Índia Tuíra**, 2014. Disponível em: <<https://kararao.wordpress.com/tag/xingu/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

LIMA, R. K. DE. Antropologia jurídica. In: LIMA, A. C. DE S. (Ed.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília; Rio de Janeiro; Blumenal: ABA; LACED; Nova Letra, 2012. p. 35–54.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico - 2009**, n. 2, p. 25–51, 2010.

LIMA, V. **Comissão deve votar ‘fast track’ ambiental**, 24 nov. 2015. Disponível em: <<http://gvces.com.br/comissao-deve-votar-fast-track-ambiental?locale=pt-br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

\_\_\_\_\_. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Coleção Territórios sociais. [s.l.] Contra Capa, 2002. v. 6p. 39–47.

\_\_\_\_\_. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Paper apresentado em II Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, 27 mai. 2004a. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ecologia política como etnografia:** um guia teórico e metodológico. v. 12, n. 25, p. 85–103, jun. 2006.



\_\_\_\_\_. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico - 2002/2003**, p. 251–290, 2004b.

MARIN, R. A. Visão histórica da região do Rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Papers do NAEA**, n. 276, 2010.

MASCIA, M. B.; CLAUS, C. A. A Property Rights Approach to Understanding Human Displacement from Protected Areas: the Case of Marine Protected Areas. **Conservation Biology**, v. 23, n. 1, p. 16–23, 2008.

MENDES, A. B. V.; COSTA FILHO, A.; SANTOS, A. F. M. Tratados Internacionais: populações tradicionais e diversidade biológica. **Teoria & Sociedade: antropologias e arqueologias, hoje**, [s.d.].

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; SPU. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**, 2016. Disponível em: <[http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/idSisdoc\\_10829271v1-80%20-%20RelatorioGestao.pdf](http://patrimoniode todos.gov.br/pasta-de-arquivos/idSisdoc_10829271v1-80%20-%20RelatorioGestao.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2016.

MMA. **Povos e Comunidades Tradicionais. Ministério do Meio Ambiente**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Campanha 'Yikatu Xingu**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaRodrigoISA.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

MOREIRA, V.; GOMES, C. DE M. (EDS.). O Direito das Minorias. In: **Compreender os Direitos Humanos: Manual de Educação para os Direitos Humanos**. Portugal: Universidade de Coimbra, 2013. p. 467–500.

MOVIMENTO XINGU VIVO. **2ª reunião do Conselho dos Ribeirinhos do Reservatório Xingu realizado em 13 de janeiro de 2016, no escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre- Altamira-PA**, 16 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movxinguvivo/posts/1171580409557579:0>>

MPF-PA. **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO INTERINSTITUCIONAL: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. MPF, 2015. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **CCPR General Comment No. 23: Article 27 (Rights of Minorities)** UN Human Rights Committee (HRC), abr 1994. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/453883fc0.html>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ficha Informativa: os direitos das minorias**. ONU, 2008. Disponível em: <[http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha\\_18.pdf](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_18.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Report of the Working Group on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises on its mission to Brazil**

(A/HRC/32/45/Add.1) Assembleia Geral, mai 2016. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 79–103, ago. 2011.

NOBREGA, R. DA S. Os atingidos por barragem: refugiados de um guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 36, n. XIX, 2011.

NORTE ENERGIA. **Projeto Básico Ambiental (Vol 06, Item 15)** Norte Energia, set 2011a. Disponível em: <<http://www.norteenergiasa.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Básico Ambiental (Vol 02, Item 4)** Norte Energia, set 2011b. Disponível em: <<http://www.norteenergiasa.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Básico Ambiental (Vol 01)** Norte Energia, set 2011c. Disponível em: <<http://www.norteenergiasa.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **UHE Belo Monte**, [s.d.]. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

NUPAUB. **Povos/Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas no Brasil: conflitos e direitos**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, 2011. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

O'DWYER, E. C. Conflitos ambientais: saber acadêmico e outros modos de conhecimento nas controvérsias públicas sobre grandes projetos de desenvolvimento. **Revista Antropolítica**, v. n. 36, p. 11–25, 2014.

OEA. **Indigenous and tribal people's rights over their ancestral lands and natural resources: norms and jurisprudence of the Inter-American Human Rights System**. Doc. 56/09 ed. [s.l.] Organização dos Estados Americanos, 2010. v. II

OLIVEIRA, K. R. A. Regimes jurídicos fundiários no Brasil e função socioambiental da posse agrária: a regularização fundiária de populações ribeirinhas da várzea amazônica. **Revista Uniara**, v. 18, n. 1, p. 85–95, 2015.

OLIVEIRA, R. C. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev 2010.

OLIVEIRA, R. M. DE. **A ambição dos pariwat: consulta prévia e conflito socioambiental**. Dissertação de Mestrado—Pará: Universidade Federal do Pará, 2016.

OLIVEIRA, J. P. DE; COHN, C. (EDS.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

OLIVEIRA, J. P. DE. Perícia antropológica. In: LIMA, A. C. DE S. (Ed.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa, LACED, ABA, 2012. p. 125–140.

PAINEL DOS ESPECIALISTAS. **Painel dos Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EI\\_A.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI_A.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2016.

PDRSX. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**, 2016. Disponível em: <<http://pdrsxingu.org.br/siteAdmin/anexos/1469551077836.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu**. PDRS Xingu, [s.d.]. Disponível em: <<http://pdrsxingu.org.br/site/quemSomos>>

PEGORARI, B. O choque de jurisdições e o diálogo das togas: uma proposta dialógica para o conflito interpretativo entre o STF e a Corte Interamericana em matéria de direito à propriedade coletiva para os povos indígenas. In: **Direito Internacional em Expansão**. Belo Horizonte: Arraes Editores, [s.d.]. v. VI, p. 481–500.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PROGRAMA XINGU - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. ISA, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

RAAD, K. O.; SUMAR, C. **Novos rumos para o licenciamento ambiental**, 7 maio 2016. Disponível em: <<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/novos-rumos-para-o-licenciamento-ambiental?locale=pt-br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

RAMALHO, C. Páginas da resistência: Os escritos de Elinor Ostrom. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, v. 21, p. 9–12, 2009.

RESCHKE, A. (ED.). **Experiência Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira**. p. 1–7, 2005.

ROCHA, I. et al. **Manual de direito agrário constitucional: lições de direito agroambiental**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MURRIETA, Julio Ruiz (editor); RUEDA, Manuel Pinzón. **Reservas Extrativistas**. [s.l.] UICN; CEE; CNPT, 1995.

SALES, C. J. D.; UHLIG, A. Licença de Instalação parcial é ilegal? **Correio Braziliense**, 19 mar. 2015.

SANCHES, R. A.; VILLAS-BÔAS, A. Os formadores do rio Xingu: desafios para a preservação ambiental e a gestão ambiental. In: BENSUSAN, N. (Ed.). **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por quê**. São Paulo; Peirópolis; Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, M. T. DOS. **Aprendizados do projeto de manejo dos recursos naturais da várzea - Pró-Várzea**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. The “Political Ecology” of Amazonia. In: LITTLE, P. D.; HOROWITZ, M. M. (Eds.). **Lands at risk in the Third World: local level perspectives**. Boulder: Westview Press, 1987. p. 38–57.

SEVÁ FILHO, A. O. Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012). In: OLIVEIRA, J. P. DE; COHN, C. (Eds.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 170–205.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002. p. 17–43.

SHIRAISHI NETO, J. (ED.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: PPGSCA-UFAM; Fundação Ford, 2007.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 18, 1992.

SILVA, J. N. **NÃO É FÁCIL SER VERDE E CONSTRUIR UMA HIDROELÉTRICA: O processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte**. Monografia—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SILVA, K. Conscientização, tradição e desenvolvimento: a luta pela terra, o uso dos recursos naturais e conflitos em Unidades de Conservação no estado do Amazonas. **Revista Intratextos**, v. 6, n. 1, p. 1–24, 2014.

SILVA, M. R. **Parcerias Público-Privadas e PAC: o espaço social do setor elétrico como mecanismo de inclusão social via mercado**. SPG 01 - As ações econômicas governamentais como construções sociais apresentado em 38º Encontro Anual da ANPOCS. , [s.d.].

SPU. **Secretaria do Patrimônio da União concede a ribeirinhos direito a terra em que vivem**, 19 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/noticias/secretaria-do-patrimonio-da-uniao-concede-a-comunidades-ribeirinhas-o-direito-a-terra-em-que-vivem>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SPU/PA. **Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará - SPU/PA: apresentação projeto Nossa Várzea**, [s.d.].

STAVENHAGEN, R. **Los Pueblos Indigenas y sus derechos**. México: UNESCO, [s.d.].

STAVROPOULOUT, M. Indigenous peoples displaced from their environment: is there adequate protection? **Colorado Journal of International Environmental Law and Policy**, v. 5, n. 105, 1994.

TEIXEIRA, R. T. Terrenos reservados as margens de rios públicos – código das águas. **A Mira**, n. 162, p. 76–77, 2012.

TOLEDO, V. M. Povos/Comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: **Encyclopedia of Biodiversity**. Tradução Antônio Carlos Santana Diegues. [s.l.] Academic Press, 2001.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos? **Ponto Urbe**, v. 11, 2012.

VAINER, C. B. **CONCEITO DE “ATINGIDO”: UMA REVISÃO DO DEBATE E DIRETRIZES**. Rio de Janeiro: Prelo, 2003.

## APÊNDICE A - ENTREVISTAS

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

“O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DOS ESQUECIDOS RIBEIRINHOS: os “velhos” no mar de Belo Monte”

Responsáveis pela pesquisa:

Pesquisadora e mestrandia: Janaina Nascimento Silva

Orientadora: Profa. Dra. Michelle Ratton

Esta pesquisa será guiada pela seguinte proposição: “Estou estudando os impactos que a construção da obra da UHE Belo Monte está gerando em comunidades tradicionais ribeirinhas, porque quero compreender, pela perspectiva da antropologia jurídica, como os ribeirinhos estão lidando com a violação/ou risco de violação do seu direito de propriedade, que consequentemente tem impactos diretos na preservação do seu modo de vida tradicional”.

A pesquisa envolve compreender pelas perspectivas do Direito e Antropologia, dois pontos essenciais. Como comunidades tradicionais ribeirinhas são identificadas, seja por lei, seja por uma construção social, bem como, qual o posicionamento do ordenamento jurídico brasileiro (leis/decisões judiciais) no que tange a proteção e violação do direito de propriedade de ribeirinhos. Para tanto, gostaria de ouvir as impressões das pessoas que estão envolvidas com a temática.

A participação do(a) entrevistado(a) é **voluntária** e envolve responder perguntas relacionadas à Belo Monte. Importante destacar que o(a) senhor(a) pode se recusar a responder a qualquer pergunta relacionada ao tema durante a entrevista, bem como para a entrevista a qualquer tempo.

Sobre o uso de dados e gravação colhidas a partir desta entrevista, o entrevistador e entrevistado ficam cientes de que **as informações obtidas a partir deste estudo serão confidenciais e anônimas, utilizadas tão somente com a finalidade de pesquisa acadêmica.** Nenhuma informação pessoal será divulgada para fins do presente estudo.

Caso seja possível, o uso das imagens colhidas por esta entrevista fica condicionada a **expressa autorização** por parte do entrevistado, respeitando sua decisão no caso de permissão ou negativa.

Para obter informações adicionais sobre este estudo, você pode entrar em contato com a responsável pela pesquisa de Dissertação de Mestrado Janaina Nascimento Silva pelo e-mail

nascimento.janaina.silva@gmail.com ou janaina.silva@gvmail.br ou telefone (11)9426-811193; ou com a orientadora Profa. Dra. Michelle Ratton pelo e-mail michelle.sanchez@fgv.br.

Ao assinar abaixo, o (a) senhor(a) concorda com os termos desta entrevista.

Data:

\_\_\_\_\_

Entrevistadora

Janaina Nascimento Silva

\_\_\_\_\_

Entrevistado(a)

Nome:

O(a) senhor(a) concorda com a gravação da entrevista com fins exclusivamente acadêmicos para aumentar a precisão dos relatos? Ressalta-se a possibilidade de ser interrompida ou pausada a gravação a qualquer momento, de acordo com a vontade do(a) entrevistado(a).

☐ Sim      ☐ Não

Caso exista, o(a) senhor(a) concorda com o uso das imagens feitas nessa entrevista para fins exclusivamente acadêmico?

☐ Sim      ☐ Não

## ROTEIRO PARA ENTREVISTA

O roteiro aqui apresentado demonstra como a entrevista realizada com ribeirinhos afetados pela UHE Belo Monte foi elaborada com um tom mais voltado para uma conversa. Assim, sempre considerando os interlocutores com quem conversei, as perguntas buscaram ser diretas, sofrendo algumas alterações quando necessárias, no decorrer da conversa.

1. Nome, idade, onde mora?
2. O que acha de Belo Monte?
3. O que mudou na sua vida com a construção de Belo Monte?
4. O(a) senhor(a) é ribeirinho?

Em alguns momentos, ocorreu adaptação de acordo com a compreensão do interlocutor. Deste modo, também se perguntou: O(a) senhor(a) é pescador/beiradeiro?

5. O que é ser ribeirinho?
6. O que o difere os ribeirinhos de pescadores?
- No caso de ribeirinhos com descendência indígena: O que difere os ribeirinhos dos indígenas?
7. O que é propriedade para você?

Ou de maneira variada, o que aconteceu em praticamente com todos os interlocutores: O que é sua propriedade?

8. O peixe é propriedade?
9. O que você espera para o futuro? Para a UHE Belo Monte/Norte Energia?
10. Pergunta aberta, para caso o interlocutor tivesse algo para acrescentar.





## QUADRO DE ENTREVISTADOS

QUEM É?	LUGAR DE ONDE FALA?	PERFIL DO ENTREVISTADO
<b>Entrevistado 01</b> <b>Data: 10.02.2017</b>	– Altamira – Bairro Bonanza	Ex-pescadora, com descendência indígena, 69 anos. Habitava a Ilha do Jatobá por mais de 10 anos. Trata-se de uma pessoa que não foi propriamente deslocada, mas que também não pode retornar para sua ilha. Mora atualmente em Altamira, com o marido doente.
<b>Entrevistado 02</b> <b>Data: 11.02.2017</b>	– Altamira – Bairro São Domingos	Pescador, 44 anos, morava na região do Palhal. Deslocado compulsoriamente, porque sua ilha foi submersa, mora na Rua (Altamira), em casa que adquirida antes da construção da UHE Belo Monte (ponto de apoio).
<b>Entrevistado 03</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Morador da Ilha da Fazenda, por toda a sua vida, 66 anos. Ribeirinho indígena que não foi deslocado pela construção do empreendimento, mas, que convive diariamente com os impactos ambientais e sociais ocasionados pela UHE Belo Monte.
<b>Entrevistado 04</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Morador da Ilha da Fazenda, 44 anos. Já viveu em outros lugares, além da Ilha da Fazenda, no Brasil e no exterior. Escolheu a ilha como sua casa, e trabalhou para NE no processo de retirada de animais silvestres de ilhas que seriam submergidas.
<b>Entrevistado 05</b> <b>Data: 13.02.2017</b>	– Senador José Porfírio – Ilha da Fazenda	Pescador, 48 anos, mora na Ilha da Fazenda. Vendedor de peixes ornamentais, sofre economicamente com as alterações

ambientais que o rio Xingu apresenta após o barramento feito pelo UHE Belo Monte.


#### **ANEXO A – Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)**

Todas as informações pessoais do interlocutor que disponibilizou o seguinte TAUS foram omitidas, preservando assim sua identidade enquanto colaborador da presente pesquisa.

 <b>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b> <b>SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ</b>	 <b>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL</b> <b>Nº 1</b>
Processo: _____	Registro Imobiliário Patrimonial – RIP: _____

A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU/PA, por delegação de competência da Senhora Secretária do Patrimônio da União, através do art. 1º, III da Portaria nº 200/SPU, de 29/06/2010 e Portaria nº 089/SPU, de 15/04/2010, considerando a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas situadas na Região Amazônica, como fator econômico capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais que promovem seu aproveitamento racional e sustentável, bem como a necessidade de promover a ordenação do uso das áreas da União alagáveis situadas na orla fluvial e marítima da Amazônia, dá início ao procedimento de regularização fundiária das áreas da União mediante o reconhecimento da posse para fins de moradia e uso tradicional dos recursos naturais pelas famílias ribeirinhas, como forma de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso social, cultural, ambiental e econômico da região, vem de acordo com processo administrativo formalizado junto a esta Superintendência e cadastro no Sistema de Administração Patrimonial – SIAPA, **CONCEDER** a \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, profissão: **PESCADOR - AGROEXTRATIVISTA**, e a \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, profissão: **AGRICULTORA - AGROEXTRATIVISTA**, ambos de nacionalidade **BRASILEIRA**, estado civil **UNIÃO ESTÁVEL**, a **AUTORIZAÇÃO DE USO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS DE FORMA SUSTENTÁVEL**, a ser cumprida de acordo com a licença ambiental do órgão competente, com referência à área de domínio da União que ocupa há **15** anos, denominada \_\_\_\_\_ localizada no(a) \_\_\_\_\_ Município de **ALTAMIRA**, neste estado do Pará, circunscrita a um raio de até 500m a partir do ponto geodésico, definido com as coordenadas geográficas Latitude (S) \_\_\_\_\_ e Longitude (W) \_\_\_\_\_, referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro DATUM SIRGAS 2000, estabelecido no local da moradia do autorizado/beneficiário, alcançando a delimitação de 15m presumível dos terrenos marginais, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local.

**A presente Autorização de Uso Sustentável:** I) Não confere ao autorizado/beneficiário direito possessório ou dominial sobre a área em questão que continua de propriedade pública da União, concedida por liberalidade e que por este ato, em caráter excepcional e precário, reconhece o uso tradicional sustentável que efetiva a função socioambiental dos bens da União; II) Não poderá ser transferida ou vendida a terceiros em hipótese alguma, sendo a Autorização para uso exclusivo do beneficiário e sua família, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação ao autorizado; III) Será cancelada se dado outro uso, pelo autorizado/beneficiário ou terceiro, diverso da moradia, atividades agroextrativistas para fins de subsistência e geração de renda das famílias ribeirinhas ou socioculturais.





Em, 23/02/2012

**LÉLIO COSTA DA SILVA**  
Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Pará

Declaro estar ciente dos termos da presente Autorização de Uso Sustentável da área nela referenciada, me comprometendo a cumprir todos os ditames estabelecidos pela mesma, assim como me responsabilizando por qualquer dano físico ou ambiental promovido sobre a área, em descumprimento a autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente que é parte integrante deste Termo.

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2012

  
 Beneficiária/Autorizada

  
 Beneficiário/Autorizado